



# Uma Sociologia do Género

Maria Johanna Schouten

**hnmus**



# **Uma sociologia do género**



# Uma Sociologia do Género

**Maria Johanna Schouten**

**hnmus**



**Universidade do Minho**  
Centro de Investigação em Ciências Sociais



*À memória de Jorge Patuleia*





## Notas introdutórias

É ainda recente a história dos estudos sobre o género, ou, na designação que hoje é menos corrente, dos estudos sobre as mulheres. As assimetrias sociais entre homens e mulheres começaram a requerer um lugar próprio na pesquisa científica e no ensino académico no fim dos anos 60 do século passado, em simultâneo com o dealbar da segunda vaga feminista. Hoje em dia, os estudos de mulheres, de género, ou estudos feministas (*women's studies*, *gender studies*, e *feminist studies*) têm um lugar na maioria das universidades do mundo.

O estudo sobre o género, e a sociologia do género em particular, não é uma categoria científica residual, mas sim um modo específico de observação e análise de todas as áreas da realidade social. Atende-se às formas de envolvimento das pessoas em relações sociais e às suas ideias, em função de serem homem ou mulher. Também na perspectiva epistemológica os estudos sobre o género são fundamentais, pois contrabalançam a tendência secular em que a produção do saber tinha o masculino como norma. O género deve ser estudado pela grande importância deste princípio na organização da vida social, mas também por ser um factor que está na raiz de muitas situações de desigualdade e injustiça. A subalternização de mulheres passa ainda demasiadas vezes incontestada, sendo considerada como “natural”. Assim, o estudo de “um assunto difícil” (Bourdieu 1998: 7) como as relações de género é motivado e justificado pela sua relevância, a sua abrangência e pelas novas possibilidades que proporciona à análise social.

Em Portugal, a institucionalização dos estudos sobre as mulheres iniciou-se em 1977, com a instalação da CCF, a Comissão da Condição Feminina (hoje CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género), por iniciativa do governo e conforme o princípio de igualdade de direitos entre mulheres e homens, estipulado na nova Constituição. As tendências internacionais também contribuíram para o interesse pela “Questão Feminina”, já que o ano de 1975 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano da Mulher. Seguiu-se a Década para as Mulheres (1976-1985),

com o desenvolvimento de projectos à escala global, visando a melhoria das condições de vida e a autonomia das mulheres.

Os estudos sobre a “condição feminina”, ou temas relacionados com o género, multiplicaram-se, e um marco em Portugal foi o ano de 1985, quando se organizaram dois grandes congressos. O primeiro, *Mulheres em Portugal*, foi iniciativa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e o outro, *A mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais*, teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC). Desde então, não tem parado de crescer o número de investigações dedicadas aos assuntos de género como tema, principal ou secundário. Tem sido grande, mas bem precisa, a quantidade de livros e artigos publicados sobre essa temática, assim como as dissertações e teses defendidas. Em 1991 nasceu a Associação Portuguesa de Estudos sobre a Mulher (APEM), que desde 2000 publica a sua revista, *ex aequo*. No mesmo período foi criada, pelo departamento de História da Universidade Nova de Lisboa, a publicação *Faces de Eva*, revista dedicada aos estudos históricos sobre mulheres.

No ensino superior português, a temática do género conquistou lentamente um lugar nos planos curriculares. Por exemplo, em 1990, o curso de Mestrado em Sociologia do Trabalho no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) incluía no seu programa a disciplina de Divisão Sexual do Trabalho. Poucos anos depois, foi criado o Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta. Disciplinas relacionadas com o género foram adoptadas em várias licenciaturas e mestrados nas áreas de sociologia, antropologia, psicologia, letras, desporto, educação, entre outras. Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), foi iniciado um programa de Mestrado em Estudos Feministas no ano lectivo 2007-2008, e pouco depois um Doutoramento com a mesma denominação. Na Universidade do Minho foi também introduzida como opcional em 2004 a disciplina de Género e Sexualidade no curso de Licenciatura em Sociologia. Na Universidade da Beira Interior (UBI), a introdução explícita do ensino de Sociologia do Género começou em 1998, quando a disciplina desse nome surgiu, como optativa, no programa do Mestrado em Sociologia. Na Licenciatura em Sociologia dessa universidade, a Sociologia do Género é desde 2003 uma disciplina de opção, no último ano do curso. A leccionação destas disciplinas e o diálogo inerente com os discentes formam bases importantes deste livro.

É um livro de sociologia, área científica em que se questiona e problematiza a *doxa*, os hábitos e as análises do dia-a-dia. Mas a sociologia tam-

bém, através de uma análise adequada, deve contribuir para intervenções na sociedade, visando o seu melhoramento. Por isso, consideramos que, no caso das assimetrias de género, uma formação académica que abrange esta matéria é indispensável para sociólogos.

Por outro lado, o livro não se limita de forma restritiva à sociologia. Pesquisas e dados de outras áreas científicas têm contribuído bastante para os estudos sobre o género (que, por si só, já é uma área transdisciplinar), pelo que convém dar a devida atenção a estas. O apreciar de obras de arte e o conhecimento de resultados de pesquisas em biologia ou linguística são em si experiências aprazíveis, que, juntamente com o olhar sociológico atento a questões de género são mais enriquecedores ainda – embora nem sempre tão agradáveis porque se detectam facilmente situações de injustiça. Dos vários campos de conhecimento, existirá neste livro um estreito entrelaçamento da sociologia com a antropologia cultural e a história – disciplinas científicas muito associadas à própria sociologia e com as quais a autora começou o seu percurso académico. Outras experiências pessoais transpiram no texto, como a vivência e as pesquisas em países fora de Portugal. É particularmente o caso das experiências dos Países Baixos e da Indonésia (e, *in extenso*, do Sudeste Asiático). Essas experiências intensificaram a consciência da diversidade cultural e, em particular, das diversas formas de ser homem ou mulher.

Assim, e como já sugerido pelo seu título, neste livro apresenta-se a sociologia do género de uma das muitas formas possíveis, a saber, de forma pluridisciplinar e elementar, com breves exemplos e referências a fontes que podem ser exploradas. No primeiro capítulo, será apresentado o tema geral com ênfase no seu interesse sociológico e epistemológico, incluindo as perspectivas de vários autores e correntes sobre a matéria de género. É incontornável nesta fase inicial abordar já a aparente supremacia masculina, o que implica uma primeira aproximação a conceitos como patriarcado e feminismo.

No capítulo a seguir, serão abordadas as imagens de homens e mulheres e as suas inter-relações com atitudes e comportamentos. As diferenças sociais não raras vezes são naturalizadas e isso mesmo é uma justificação por alguma atenção à biologia humana. Com referência aos hábitos e crenças em diversas culturas, questiona-se a validade de uma divisão rigidamente binária entre homens e mulheres, na vertente cultural, mas também biológica. Relevo especial é dado a questões de “masculinidade” e “feminilidade”. Espalhadas neste capítulo estão exposições básicas sobre temas como o desporto, a sexualidade e a religião. São temas fortemente ligados às áreas de representações, de corpo e de distinção sexual.

O capítulo sobre maternidade e paternidade dá continuação à temática do segundo capítulo, já que se trata de um tema com vertentes biológicas e sociais, convidando a um confronto de ideias com dados provenientes de análises sociológicas, antropológicas e históricas. A maternidade tem sido motivo de mistificação e celebração, mas também de culpabilização das mães por inúmeros males, e tem servido muitas vezes como pretexto de injustiças entre homens e mulheres. Quanto ao papel do pai, optámos por abordar, principalmente, as mudanças a decorrer nas sociedades modernas.

O tema da parentalidade leva-nos para o quarto capítulo, dedicado à família. A tónica será colocada nos aspectos gendricados da família, *in concreto* os papéis dos homens e das mulheres nas lides domésticas, no cuidar e como provedores de sustento. Neste sentido, várias abordagens ao fenómeno da mulher doméstica (*housewife*) serão apresentadas, comparando diversas realidades geográficas e históricas. Por outro lado, destaca-se o assunto da chamada “conciliação” entre trabalho, família e vida privada, questão que tem sido importante objecto de debate e que efectivamente afecta o grau de acesso a oportunidades de trabalho e estudo.

O debate sobre a articulação é uma das indicações da forte relação da família e da vida privada com a vida económica, tema do quinto capítulo. Serão discutidos assuntos como a participação no mercado de trabalho, o estatuto profissional e a gendricação de recursos como rendimentos e tempo. Neste capítulo, ao abordar a segregação profissional, ou seja, horizontal, também a educação será objecto de reflexão, como a correlação entre género e escolha de curso. Aspectos da educação são discutidos também em vários outros capítulos.

O sexto e último capítulo aborda a política no sentido lato, incluindo temas como os direitos cívicos de homens e mulheres numa perspectiva histórica, a participação nos órgãos da democracia e as manifestações de cidadania. Vários tipos de grupos femininos e feministas serão retratados, e a atenção vai principalmente para o movimento feminista. Enquanto no primeiro capítulo foi efectuada uma exposição do feminismo como forma de pensar, neste último voltamos ao feminismo numa perspectiva de acção. Não é com a intenção de separar o pensar do agir, mas por razões decorrentes da estrutura do livro e, acima de tudo, para fechar este círculo e a partir dali pensar no futuro.

## Capítulo 1

### O enigma género

O mistério não é como é que os homens são superiores, é como é que as mulheres e os homens acreditam que eles são.

*Ernestine Friedl*

#### Porquê estudar o género?

O género é um dos princípios organizadores mais importantes da vida social. Por género entendemos a especificidade de homens e mulheres sob os pontos de vista social, cultural e psicológico. Assim sendo, a sociologia do género estuda as relações entre homens e mulheres e as ideias que estão na sua base e/ou são criadas por essas relações<sup>[1]</sup>.

As relações de género operam a todos os níveis e aspectos da vida social. Trabalho, educação, religião, população, e todas as outras áreas que são objecto da sociologia, integram o elemento de género e, em contrapartida, o género pode ser estudado focando qualquer um dos aspectos da vida social. Sociólogos proeminentes de hoje dedicam-se às questões de género e consideram o estudo desta problemática uma dimensão imprescindível, e como tal a integram nos seus trabalhos acerca de outros temas<sup>[2]</sup>.

Na sociologia do género analisa-se a realidade social tomando as relações e representações de género como ponto de partida. O conhecimento aprofundado da problemática do género ajuda a compreender melhor e de forma mais completa a sociedade e traz também uma vantagem prática na execução de projectos de investigação e de intervenção social.

<sup>1</sup> Segundo Bradley (1996: 82), o objecto de estudo consiste nas “relações vividas entre homens e mulheres através das quais as diferenças sexuais e ideias sobre essas diferenças são construídas”. Bradley e muitos outros autores salientam nas suas definições de género e sexo as diferenças entre homens e mulheres, enquanto uma outra possibilidade seria a de focar a especificidade de cada categoria. Esta abordagem tem como vantagem atenuar a fronteira ou distinção entre essas categorias, muitas vezes exagerada. Aliás, em certas culturas, a dicotomia é pouco manifesta, ou existem mais do que dois géneros (ver adiante neste capítulo e no seguinte).

<sup>2</sup> Exemplos são as obras de Beck e Beck-Gernsheim (1990); Bourdieu (1998); Giddens (1992, 2004); Luhmann (1982).

## **A diversidade dos estudos sobre o género**

A sociologia do género e mais amplamente os estudos sobre o género têm uma existência ainda recente, o que não surpreende visto que o género como dimensão na análise social foi aceite apenas nos anos setenta do século passado. Até então reinava o androcentrismo<sup>3</sup>, em que a atenção era quase exclusiva para o homem e as conclusões acerca de uma sociedade ou comunidade no seu todo eram retiradas a partir da vivência masculina. O facto de os investigadores, na maior parte das vezes, serem homens influenciou as opções das pesquisas e também as possibilidades de contacto com a realidade empírica. E mesmo quando investigadores ouviam e entrevistavam mulheres, tal não significava a garantia de que elas se exprimissem livremente. Por motivos de adaptação e intimidação, podiam fazer eco das opiniões e depoimentos dos homens, transmitindo, assim, a ideia de uma uniformidade de opiniões e práticas no grupo em consideração. O antropólogo Edwin Ardener (1975) cunhou o conceito de cultura silenciada (*muted culture*) para os conjuntos de ideias e normas existentes no seio dos grupos com pouco poder (por exemplo, as mulheres) que não são explicitadas em público e por isso raramente registadas pelos investigadores. Em público, os *muted groups*, ou seja, os grupos silenciados, devem exprimir-se nos moldes prescritos pelos dominantes<sup>4</sup>.

A identificação do masculino com o universal – regra nos estudos científicos até há uma geração atrás – significava que as mulheres fossem encaradas como a “Outra”, como elemento complementar ou, conforme o título de um dos livros de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*. Este livro, publicado em 1949, foi precursor das novas tendências nas ciências sociais e humanas que desde o final dos anos sessenta visavam colocar as mulheres no centro da investigação e desta forma, como diz Conceição Nogueira (2001: 152), “... estudar o que sempre terá sido esquecido”. Esta orientação traduziu-se num grande número de estudos acerca da “mulher”, apresentando muitos deles uma nova perspectiva sobre fenómenos já anteriormente estudados e sobre análises aceites. Mais tarde e na mesma linha apareceram (embora em menor número) os estudos explicitamente sobre os homens, que não devem

<sup>3</sup> Ou “viricentrismo”, conceito normalmente utilizado na Holanda (ver Schrijvers 1975). A americana Charlotte Perkins Gilman empregara já o termo “androcentrismo” em 1911, no seu ensaio *Our androcentric culture, or the man-made world*.

<sup>4</sup> Ardener (1975: 21-23). Na paráfrase de Henrietta Moore (1988: 3), “[O]s grupos silenciados são-no pelas estruturas de dominação e, se eles desejam exprimir-se, são forçados a fazê-lo através dos modos de expressão dominantes”. Não quer dizer que as mulheres fossem silenciadas, mas “o seu modelo da realidade, a sua mundividência não pode realizar-se nem exprimir-se utilizando os termos do modelo dominante masculino”.

ser confundidos com os trabalhos prévios em que se equiparava humanidade a “hominidade”. Estes novos estudos abordavam as relações entre homens e mulheres, mas também entre os homens, explorando a “cultura masculina”<sup>[5]</sup>. Entretanto, o conceito de *gender* foi amplamente acolhido, por ter a capacidade de integrar todos os seres humanos. Em Portugal, esse termo, traduzido como *género*, está a ser usado entre os peritos, mas parece que o público em geral ainda não está bem familiarizado com este sentido específico<sup>[6]</sup>.

Embora os conceitos de estudos das mulheres, estudos dos homens e estudos de género (em inglês, *women’s studies*, *men’s studies* e *gender studies*) existam hoje lado a lado, uma evolução nos temas fundamentais e orientadores é perceptível: primeiro o acento caía nas diferenças entre os sexos, nas condições sociais e nos comportamentos dos homens e mulheres; agora trata-se, principalmente, da abordagem do género como componente essencial das relações sociais (ver Ferreira 2001).

Acrescentemos os estudos feministas (*feminist studies*), em que se sublinha a rotura paradigmática provocada pela consciência de que o saber feminino é distinto do saber dominante (Nogueira 2001: 152) e de que a análise duma sociedade será alterada pela focalização nas realidades femininas e masculinas e nas inter-relações das mulheres e dos homens. Inerente à análise feminista está o objectivo de lutar contra as injustiças e desigualdades entre os sexos.

Desde já devemos estar atentos ao facto de que na análise social não se pode abordar os géneros como opostos e que deve ser evitado o *a priori* de um sistema binário, que contém o perigo de essencialismo. Fundamentalmente, o género é um sistema de significados e depende, portanto, do contexto social. Whitehead (1981: 97) apontou três critérios que indicam o género de um indivíduo: 1) as actividades por regra realizadas por ele/ela; 2) as normas – incluindo a maneira de vestir e enfeitar o corpo, o comportamento e a linguagem; e 3) a orientação sexual, ou seja, o sexo/género do parceiro. As regras destes aspectos para homens e para mulheres e, também, a importância relativa dos critérios dependem da sociedade e da época. Em geral, uma pessoa tem nos pontos 1, 2 e 3 as características que no seu contexto social corres-

<sup>5</sup> Mencionemos os estudos de Jeff Hearn (por exemplo, Hearn *et al.* 2006) e, entre nós, Vale de Almeida (1995), bem como o livro *Aprender a Ser Homem*, organizado por Lúcia Amâncio (2004a).

<sup>6</sup> Noutros países as respectivas traduções têm-se revelado de difícil aceitação, o que em França acontece com *genre*. Na Indonésia aplica-se o termo inglês, com ortografia adaptada (*jender*), enquanto na Alemanha se mantém, em geral, o termo *Geschlecht*. O finlandês em si já tem a distinção entre o equivalente de “sexo” e “género”, tal como no caso do letão, onde o termo *dzimte* (“género”) tem uma afinidade próxima com *dzimta* (“parentesco”) e uma mais afastada com *dzimums* (“sexo”) e *dzimsana* (“nascimento”) (ver, entre outros, Turkina 1962: 148-149).

podem ao seu sexo biológico. Mas às vezes não acontece assim, ou apenas parcialmente, e isso indica que os conceitos de género e sexo são bastante complexos. Esta complexidade será mais explorada no segundo capítulo.

## **Desigualdade de poder: o patriarcado**

O patriarcado é, na definição de Sylvia Walby (1990: 20), “um sistema de estruturas sociais e práticas nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Walby distingue e analisa várias destas estruturas sociais em que opera o patriarcado, sobretudo o trabalho remunerado e doméstico, a sexualidade, o Estado e a cultura. Apesar da variedade cultural, as investigações antropológicas e históricas não têm revelado uma única sociedade em que não são, em última análise, os homens os detentores do poder. O exemplo de mulheres líderes surge apenas em determinadas áreas da realidade social, ou em breves episódios, e não corresponde ao padrão geral na sua sociedade. Contudo, nalgumas culturas, as mulheres têm possibilidades significativas de alcançar posições de destaque, por exemplo, em sociedades matrilineares. É sabido que, em certas comunidades de caçadores-recolectores, as mulheres podem assumir a liderança do bando (Kuper 1994: 199-200).

Donde vem o patriarcado? Ou, nas palavras de Simone de Beauvoir (1949, 1: 17): “Donde vem esta submissão na mulher?” Como é que se explica a sua universalidade? É difícil dar uma resposta satisfatória a estas questões. Descurando, por enquanto, de certas explicações biologistas, que apontam um suposto *libido dominandi* como inerente ao homem, enunciamos teorias que contemplam como móvel primário a família (Millett 1978 [1969]), a desigualdade perante a sexualidade e a reprodução (Firestone 1970), a associação de mulheres com a natureza e os homens com a cultura (Ortner 1974) e o trabalho doméstico não pago (Delphy 1970) ou as transacções matrimoniais (Lévi-Strauss 1967 [1949]). Nos próximos capítulos estes factores serão abordados mais em pormenor.

## **As perspectivas feministas**

No seguimento da discussão do patriarcado, convém, desde logo, traçar uma primeira abordagem ao feminismo, um movimento que questiona e se opõe àquela constelação desigual.

“Feminismo” é um termo recente com interpretações e conotações diversas. Na segunda metade do século XIX, *féminisme* era, em França, esporadicamente utilizado em meios médicos para indicar homens com traços físicos e



comportamentais considerados femininos<sup>7</sup>. Mas nesse mesmo período “feminismo” assumiu, em diversas línguas e em traços gerais, o significado que ainda hoje tem e que adoptamos nestes capítulos: um “movimento de procura de compreensão das condições sociais das mulheres, tendo como objectivo melhorá-las e lutando por esse objectivo” (Ferreira 1988: 94). Existem muitas outras definições, algumas delas enunciadas em Nogueira (2001: 132), mas a vantagem daquela apresentada por Ferreira é a de indicar a interligação entre conhecimento e prática; trata-se de um “saber emancipatório”. Os movimentos feministas, ao nível político, social e científico, já tinham dado os primeiros passos durante o século XIX, antes do surgimento do termo.

Preocupante é a persistência, hoje, de equívocos quanto ao significado do termo “feminista”. É ainda com demasiada facilidade aplicado a qualquer mulher com actividade ou comportamento não encarado como apropriado para senhoras. Às vezes o termo tem um toque de admiração, quando se trata de mulheres que têm actividades consideradas masculinas, mas que são únicas nesse aspecto. Foi assim por exemplo em 1923, quando a presença de uma equipa de mulheres futebolistas em Lisboa foi relatada num artigo no jornal *Sporting* (publicado em Aveiro) sob o título “Os teams feministas franceses em Portugal” (Cruz 2003: 93). Figuras como Leni Riefenstahl e Margaret Thatcher também já receberam o epíteto de feministas, apenas pelo facto de serem mulheres que se destacavam numa ocupação encarada como masculina. Na realidade elas não ajudaram em nada a causa da igualdade de oportunidades.

Sobre as primeiras deputadas em Portugal (na primeira Legislatura da Assembleia Nacional, instituída em 1933)<sup>8</sup>, a revista *Alma Feminina* comentou: “As três senhoras escolhidas pelo Estado Novo [...] são três verdadeiras feministas” (Gorjão 2002: 77). O que a revista pretendia dizer com isso é pouco claro, mas certo é que pelo menos uma dessas deputadas tinha uma noção negativa do termo. Maria Guardiola, reitora do liceu feminino Maria Amália Vaz de Carvalho, tinha já declarado ser “absolutamente contrária àquilo que se chama feminismo. A mulher nasce para a missão confiada ao sexo e ela não pode fugir, ainda que seja arrastada para qualquer outra actividade como aquela que eu exerço”<sup>9</sup>. Esta rejeição do feminismo, tão comum

<sup>7</sup> Timm e Sanborn (2007: 83); Freedman (2001: 2-3). Esta autora cita também a utilização pejorativa por Alexandre Dumas Filho deste termo. A atribuição da invenção do termo “feministe” – com o significado de reivindicação dos direitos das mulheres – a Charles Fourier (entre outros por Rowbotham (1992: 9) e pelo *Grand Dictionnaire Robert*), já nos anos 30 do século XIX, parece incorrecta.

<sup>8</sup> Eleita em 1934 e a entrar em funcionamento em 1935.

<sup>9</sup> Gorjão (2002: 77), citando o *Diário de Lisboa* de 22 de Novembro de 1934.

até hoje, baseia-se na ideia errada de que este corresponderia à negação parcial ou completa dos valores que uma sociedade atribuiu à feminilidade. Contra este tipo de mal-entendidos, já Adelaide Cabete, uma das grandes personalidades do feminismo português, tinha repetidamente avisado: “Por feminismo não se entenda masculinização da mulher”<sup>10</sup>.

Este mesmo equívoco era usual por todo o mundo, mas exemplos impressionantes vêm dos Estados Unidos dos anos cinquenta do século XX. Os psiquiatras Edward Strecker e Vincent Lathbury, na sua distinção entre feminino e feminista, não apenas se enganaram como consideraram o mesmo feminismo uma ameaça perigosa: “Por feminilidade entendemos a motivação biológica e arte psicológica de ser mulher. Interpretamos o feminismo como o profundo desejo de competir com os homens, não porque pode ser necessário ou as circunstâncias da vida assim o requerem, mas motivado pelo desejo de provar que o masculino é inferior ao feminino. Expressa insatisfação com o facto de ser mulher e um certo grau de hostilidade para com os homens” (Strecker e Lathbury 1956: 144).

Esta caracterização incorrecta e amarga do feminismo reflecte talvez bem as noções prevaletentes nos Estados Unidos dos anos 1950, mas o mais chocante é o facto de ainda ser aplicada neste novo milénio. Em Portugal muitos consideram que o feminismo é uma corrente radical, ou, em alternativa, o termo não é tomado a sério. Não são muitas as mulheres, e ainda menos os homens, que se atrevem “a usar os termos feminismo e feminista destemidamente” (Tavares 2004: 159) quando se referem a si próprios. Os discursos que apontam injustiças entre homens e mulheres são, frequentemente, acompanhados pelas palavras “Não sou feminista, mas...”<sup>11</sup>. Lígia Amâncio verificou a ignorância e a repulsa relativamente ao feminismo através de um estudo realizado entre estudantes universitários em 1995: “O que é o feminismo ninguém sabe, mas toda a gente sabe que *a feminista* é uma mulher horrível, porque não corresponde ao padrão socialmente desejável da feminilidade” (Amâncio 1998: 80). O feminismo continuou a assustar muitas pessoas, como bem registado pelo título do livro organizado por Ann Oakley e Juliet Mitchell (1997), “*Who is afraid of feminism?*”.

Há um século, Ana de Castro Osório comentou sobre o feminismo: “É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam (...) e de que a maioria das mulheres coram, coitadas, como de falta grave cometida por algumas colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus!”

<sup>10</sup> Relatório do primeiro Congresso Feminista e da Educação (realizado em 1924), citado por Anne Cova (2007: 33).

<sup>11</sup> Título em português do popular livro (tipo BD) de Sophie Grillet (2001 [1997]).

(citado por Teresa Tavares 2004: 159). A alteração rápida nesta situação que a autora vislumbrava ainda não se concretizou. Ou, o uso da palavra será “ainda” demasiado otimista?

Alguns dos feministas<sup>[12]</sup> visam a igualdade e o igualitarismo entre homens e mulheres, enquanto outros celebram a diferença entre os sexos, na crença de que as mulheres poderiam contribuir com algo especial para a sociedade; são respectivamente os “minimizadores” e os “maximizadores” das diferenças (Nogueira 2001: 167). Estes divergentes pontos de partida originaram, em particular em França, uma controvérsia, com Sylviane Agacinski (1998) como uma das protagonistas dos “diferencialistas”. Segundo estes, o dualismo deve ser respeitado numa sociedade de *mixité*, e as mulheres não devem, em nome da emancipação, deixar-se assimilar pelo modelo masculino. Por sua vez, os “universalistas”, assumindo a herança de Simone de Beauvoir, encaram uma “humanidade única”, em que homens e mulheres têm um destino em comum (ver Badinter 1986, 2003).

As ideias e acções do feminismo serão recorrentes nos capítulos que se seguem. Como já referido, dentro do pensamento feminista há diversidade, e apresentam-se agora algumas das orientações principais.

No feminismo “liberal”, o mais divulgado, o problema central é a dominação masculina das estruturas institucionais públicas. Estas estruturas não são contestadas, mas devem ser alteradas, eliminando os entraves para as mulheres. Como causa fundamental da desigualdade é apontada a socialização diferencial, e as mudanças devem ser atingidas pela alteração nas leis, no ensino e nas acções de formação.

Segundo o feminismo marxista, a causa da desigualdade será o domínio masculino das relações económicas. Nas teorias de carácter evolucionista elaboradas por Friedrich Engels a partir dos apontamentos de Karl Marx<sup>[13]</sup>, a opressão das mulheres começou com a introdução da propriedade privada e desaparecerá no socialismo, em simultâneo com a desigualdade económica. Por sua vez, para o feminismo materialista, o patriarcado e o capitalismo têm pesos similares na opressão da mulher. Nos debates sobre a inter-relação das perspectivas de género e de classe – teorizada, entre outras,

<sup>12</sup> Feministas são todos os seres humanos que reconhecem e não aceitam as injustiças decorrentes das desigualdades entre homens e mulheres – entre esses seres também os homens são representados. Exemplos do século XIX são John Stuart Mill e Sebastião de Magalhães Lima (ver Garnel 2001: 90). Por isso, e respeitando as regras da língua portuguesa para categorias de composição mista, optamos por referir os feministas. Todavia, consideramos necessário um aumento do número de feministas, no masculino.

<sup>13</sup> Engels (1972 [1884]). Engels e Marx, na elaboração dessas ideias, apoiaram-se nas teorias antropológicas de Bachofen, McLennan e sobretudo Morgan.

na *dual-systems theory* de Juliet Mitchell (1970) e Christine Delphy (1970, 1984) –, o valor do trabalho doméstico tem um lugar de destaque.

O feminismo radical, protagonizado por Shulamith Firestone (1970) e Andrea Dworkin (1981), entre outras, contesta a sociedade patriarcal na sua totalidade, com as suas estruturas legais, políticas, familiares e culturais que mantêm os homens no poder. A noção de que os problemas das mulheres estão relacionados, em primeiro lugar, com a sua situação individual (já que em matéria de sexualidade e de reprodução elas têm poucos direitos) e que as grandes estruturas não podem ajudar ou até fazem parte do problema, é traduzida no conhecido *slogan* “o pessoal é político”, embora às vezes também seja assumido por feministas de outras orientações.

Bem diferente, e já por isso digno de menção, é o feminismo islâmico. Pode parecer uma *contradictio in terminis* para certas pessoas, mas de facto dentro do mundo actual e histórico do Islão há grandes diferenças quanto aos direitos e oportunidades das mulheres. O feminismo muçulmano procura uma melhoria da posição das mulheres através da religião. O Alcorão e os *hadith* (tradições sobre a vida e os pensamentos de Maomé) devem ser interpretados “à luz do espírito verdadeiro da crença”, o que implica que as prescrições anacrónicas não devem ser necessariamente seguidas e que os problemas de hoje precisam de respostas modernas. Um objectivo é a revitalização do espírito de *ijtihad*, que é a exegese e reflexão independente<sup>14</sup>. Estes feministas constituem uma pequena minoria e em certas zonas do mundo são silenciados, ou pior. As mais internacionalmente conhecidas devem ser a marroquina Fatema Mernissi e a egípcia Nawal El Saadawi.

Entre as muitas outras correntes contam-se o feminismo psicanalítico, o *black feminism*, o ecofeminismo, o feminismo cultural e o feminismo pós-estrutural ou pós-moderno. Sobre esta matéria, são dignas de referência Nogueira (2001: 146-150), que apresenta e elucida quatro tendências importantes, e o livro de Rosemarie Tong (1994), que já passou por várias reedições.

Estas correntes já têm décadas de existência, sendo que algumas vão perdendo a importância, enquanto outras, novas, ideias emergem. Hoje, no feminismo “prático”, o preponderante e sujeito à associação com o feminismo liberal, continua a ser feito um esforço para a igualdade de oportu-

<sup>14</sup> Ver Manji 2003. Rowbotham (1992: 106) refere as autoridades religiosas do século XIX: “No Egipto, nos anos de 1870, o sheik Mohamed Abduh, que acreditava que o islamismo deveria ser guiado por um espírito de indagação racional, disse que a religião muçulmana não era hostil ao tema da igualdade das mulheres (...) Qasim Amin (...) em 1895 (...) sustentou que não foi o islamismo mas sim os costumes ‘que prevaleceram nos povos conquistados pelo islamismo’, os responsáveis pelo isolamento das mulheres”. Para o feminismo islâmico na Indonésia, ver Feillard (1997).

tunidades entre homens e mulheres. As estratégias e acções já não estão limitadas apenas às instituições públicas, mas também ao que se passa na esfera privada: questões de sexualidade e direitos reprodutivos, a divisão do trabalho doméstico e a violência doméstica estão no topo da agenda.

## **Mulheres como objecto e sujeito nas ciências e na arte**

O surgimento tardio dos estudos sobre o género e sobre a mulher não significa que as mulheres não tenham sido alvo de consideração ao longo da história da ciência ocidental. Por outro lado, houve mulheres sábias que poderiam ter conquistado um lugar na história da ciência, mas faltou-lhes a autoridade epistémica e o tempo para uma plena dedicação à ciência, razões que explicam o porquê de as suas obras e até os dados sobre as suas vidas serem extremamente escassos. Da Antiguidade conhecemos, por exemplo, as filósofas Hiparquia e Aspásia<sup>[15]</sup> e a matemática Hipatia. Pietra (2001) adianta como uma das razões para o esquecimento o facto de os seus colegas, masculinos, não terem tido o devido cuidado com as cartas e outros escritos das mulheres. Da Idade Média restam-nos as obras de algumas grandes místicas: Hildegard de Bingen, Hadewijch de Antuérpia, Beatriz de Nazaré<sup>[16]</sup>, sem esquecer as Doutoradas da Igreja: Catarina de Siena, Teresa de Ávila e Teresa de Lisieux, esta última já do século XIX. Contudo, a cultura científica no Ocidente tem sido, nas palavras de David Noble (1992), “um mundo sem mulheres”. No período do Renascimento até ao Iluminismo foi mais tolerada a dedicação feminina à ciência e à arte<sup>[17]</sup>, voltando depois a ser novamente suprimida.

Mas mulheres com grandes capacidades obtiveram pouco reconhecimento. Está praticamente esquecida Ada Lovelace (1815-1852), cujo cálculo de algoritmos foi fundamental para Charles Babbage no desenvolvimento do seu modelo pioneiro de computadores e que pode ser chamada a *first computer programmer*, a primeira pessoa a desenvolver um programa para computadores<sup>[18]</sup>. Já no século XX, Rosalind Franklin fez descobertas fundamentais para a identificação da estrutura *double helix* do ADN. A supressão na memória colectiva destas mulheres que tiveram contributos-chave para fenómenos importantíssimos do mundo da ciência e tecnologia de hoje (na

<sup>15</sup> Tuana (1993); Santos (2001).

<sup>16</sup> Épiney-Burgard e Zum Brunn (1988). Ver também Joaquim (1997: 125-126).

<sup>17</sup> Ver em Portugal o exemplo de Púbia Hortênsia de Castro, doutora no século XVI; sobre as *scientific ladies* do Renascimento e do Iluminismo, ver Noordenbos s.d.; Rang (1998); Schouten (2008).

<sup>18</sup> Ver também Ferreira (2007: 378).

informática e na *bioscience*) são apenas exemplos. Talvez haja apenas uma mulher do âmbito das ciências exactas que é conhecida do grande público: Marie Curie. Mesmo assim, ela é às vezes referida na comunicação social como “a única mulher que ganhou dois Prémios Nobel”, como se muitos homens tivessem realizado esta proeza!

Algumas das mais destacadas obras literárias têm mulheres como figura principal (Electra, Ana Karenina, Hedda Gabler, Effi Briest, entre muitas outras), e a história da pintura conta com fascinantes retratos femininos<sup>[19]</sup>. Na música clássica não faltam peças que têm no título o nome de uma mulher: de Beethoven *Für Elise* e de Smetana *Louisina Polka*, por exemplo. Na música *pop* existem centenas de canções cujo título consiste numa só palavra: o nome de uma mulher. Mas a razão é precisamente o facto de o autor ou intérprete ser homem. O papel feminino na arte tem sido preferencialmente o de “musa”, como inspiradora ou apoiante do artista. O papel masculino era aquele de criador, e apenas com dificuldade mulheres eram aceites como tal. Por exemplo, na história moderna houve muitas mulheres escritoras, mas elas tiveram que combater os preconceitos como se fossem simplesmente *scribbling women*<sup>[20]</sup>. Por isso, várias mulheres publicavam sob pseudónimo masculino, entre elas George Elliot e George Sand (*noms de plume* de, respectivamente, Mary Ann Evans e Aurore Dupin), bem como as irmãs Charlotte, Emily e Anne Brontë (que publicavam como Currer, Ellis e Acton Bell). Jane Austen não disfarçou o seu sexo, mas ficou no início no anonimato: na capa da primeira edição de *Sense and Sensibility* consta simplesmente “*by a Lady*” (“Por uma Senhora”). Escrever era talvez a actividade artística mais exequível para mulheres, mas nem por isso bem vista. Jane Austen escrevia quando estava sozinha e, ao aperceber-se da aproximação de pessoas não pertencentes à família, rapidamente escondia a folha<sup>[21]</sup>. A escritora holandesa Hèlène Mercier, activista da segunda metade do século XIX, só tinha autorização do pai para abrir os livros depois das nove horas da noite (De Wilde 1985: 59).

## As luzes e os sexos

Esta secção refere-se apenas ao Ocidente a partir do século XVIII, época-charneira na história da ciência. Às ideias assentes na teologia (abordadas

<sup>19</sup> Vale a pena visionar a breve (2:53 minutos) *medley* de retratos de mulheres na pintura, no [http://www.youtube.com/watch?v=nUDIoN-\\_Hxs&feature=related](http://www.youtube.com/watch?v=nUDIoN-_Hxs&feature=related)

<sup>20</sup> Termo utilizado pela primeira vez por Nathaniel Hawthorne, meados do século XIX, por exemplo para Harriet Beecher Stowe (Ogden 1986). Hoje o termo é *nom de guerre* em círculos feministas.

<sup>21</sup> Woolf (1929); ver também Woolf (1992 [1918]: 12).

no próximo capítulo) aliavam-se (e, mais comumente, contrapunham-se) os paradigmas do pensamento científico: o empirismo e o racionalismo. Portanto, as noções acerca da mulher e do homem já não se baseavam (apenas) numa doutrina, mas em investigações científicas, em que novos instrumentos de análise foram aplicados, entre outros na área da biologia humana. Jean-Jacques Rousseau, nas suas obras sobre *Émile* e a sua companheira Sophie, sublinhou a diferença sexual qualificando as mulheres como mais frágeis e emocionais, justificando, deste modo, a sua exclusão de certas actividades e a sua dedicação às lides caseiras. A educação das raparigas devia ser orientada para essas tarefas (Joaquim 1997: 135-195).

As ideias políticas da época das Luzes culminaram na Revolução Francesa com o seu ideal de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. No entanto, o princípio de igualdade (*égalité*) não se aplicava às relações entre homens e mulheres. Thomas Paine, um dos apologistas da Revolução, argumentou na sua influente obra *The Rights of Man* (1791/2) que a única desigualdade *natural* na humanidade era aquela entre os sexos. Mulheres francesas, feministas *avant la lettre*, que com a Revolução esperavam novas oportunidades, foram caladas ou, pior, condenadas à guilhotina, como foi o destino, em 1793, de Olympe de Gouges<sup>[22]</sup>. Na Inglaterra no mesmo período, Mary Wollstonecraft, impressionada pela Revolução Francesa e pela fraca consideração dos homens revolucionários para com as mulheres, redigiu *A Vindication of the Rights of Women* (1792).

Dos muitos grandes filósofos da cultura alemã oitocentista menciono Arthur Schopenhauer, que escreveu um ensaio expressamente sobre as mulheres (*Sobre as Mulheres*, 1851). Foi com esta obra que Schopenhauer estabeleceu a sua fama de misógino, já que atribui ao que ele chamava *sexus sequior* (literalmente: o sexo que segue, o segundo sexo) uma longa série de características consideradas negativas. Nem ao nível da beleza física mostrava um mínimo de apreço, contestando a expressão *das schöne Geschlecht*, ou seja, o belo sexo. Como afirmam Maria João Costa Pereira e Michael Knoch num comentário à sua tradução de Georg Simmel (2004: 247, nota 2): “A expressão alemã ‘das schöne Geschlecht’, na época de Simmel, sugeria subtilmente qualquer coisa como: *bonita, mas pouco inteligente*”. Enfim, para Schopenhauer, nem bonitas nem inteligentes eram. Resta observar que o “belo sexo” (*the fair sex*, em inglês; *het schone geslacht* em neerlandês) é uma terminologia utilizada em muitas línguas para designar a mulher, semelhante a expressões no sentido de “a mulher é um ser fantástico”, geralmente

<sup>22</sup> Olympe de Gouges publicou, em 1791, a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* como reacção e complemento aos manifestos da Revolução Francesa.

empregue por homens que se opõem a uma participação feminina em áreas consideradas masculinas. Lígia Amâncio (2004d: 338) chamou a esta atitude e discurso de “sexismo benevolente”<sup>[23]</sup>.

## **Os primórdios da sociologia**

No século XIX, com os seus avanços científicos e tecnológicos, a tendência de “naturalização” das diferenças entre os géneros acentuou-se. A opinião sobre o papel da mulher como sendo auxiliar e secundário, justificada pela “natureza”, reflectiu-se nas obras dos primeiros sociólogos clássicos, dos quais passamos a referir alguns.

Alexis de Tocqueville, na sua exploração da sociedade americana (1986 [1835/40]), apontou o respeito com o qual, na sua opinião, as mulheres foram tratadas e a racionalidade e justiça da divisão de tarefas entre os sexos estabelecida nesse país (sendo que as mulheres desempenhavam as tarefas caseiras). Por sua vez, Auguste Comte, no seu *Catéchisme positiviste* (1852: 32-98), sublinhou também a função doméstica da mulher e a obrigação do homem de a sustentar<sup>[24]</sup>. Alguns anos mais tarde, Herbert Spencer defendeu, na sua teoria “organicista”, que as mulheres deviam ser libertadas do trabalho fora de casa para poderem dedicar todas as suas energias à gestação e educação dos filhos, sendo esta a forma mais “progressiva” e “eficaz” da organização humana<sup>[25]</sup>.

Émile Durkheim, nos seus estudos sobre a divisão do trabalho (1989 [1893]), tinha também uma postura de diferencialismo, acentuando a complementaridade entre homens e mulheres, com ênfase no casal e não no indivíduo. Por outro lado, apoiando-se em concepções biológicas, sustentou que a mulher era mais afectiva e mais próxima da natureza. Surpreendentemente, o sociólogo que estabeleceu a célebre tese de que os factos sociais devem ser explicados por factos sociais, invocou, no caso do género, tal como os seus predecessores, a “natureza” como factor explicativo.

Nas obras publicadas de Max Weber encontra-se pouco ou nenhum interesse pelo princípio do género ou pelo movimento feminino. Isso pode surpreender, atendendo ao envolvimento desse sociólogo em questões sociais, e mais ainda se tivermos em conta que a sua esposa, Marianne Schnitger, era pro-

<sup>23</sup> Já Harriet Martineau mostrou desconfiança acerca do cavalheirismo – apontado como virtude por Alexis de Tocqueville – dos homens americanos em relação às mulheres, no século XIX, alegando que elas recebiam indulgência em vez de justiça.

<sup>24</sup> Consta no prefácio: “O homem deve alimentar a mulher, a fim de que ela possa cumprir convenientemente o seu santo destino social”.

<sup>25</sup> H. Spencer, *The Principles of Sociology* (1882); Hargreaves (1994: 46).



tagonista do movimento feminino e autora de várias obras sobre a “questão feminina”. Mas talvez o empenho da sua mulher tenha sido precisamente a razão para o silêncio de Weber.

Georg Simmel dedicou-se explicitamente ao estudo sobre a mulher, tendo ainda tido o mérito de reconhecer o *bias*, ou seja, a preponderância da perspectiva masculina nas ciências sociais. No seu opúsculo *Weibliche Kultur* (*Cultura Feminina*), o autor refere que a cultura não é neutra no que diz respeito ao sexo: “Foram os homens que criaram a arte e a indústria, a ciência e o comércio, o Estado e a religião” (Simmel 2004 [1911-1919]: 201). Segundo o autor, os homens teriam mais capacidades intelectuais, enquanto o pensar e agir das mulheres seria um *Verfliessendes* (pouco nítido, não permanente)<sup>[26]</sup>. Simmel subscreve a afirmação de Schopenhauer de que as mulheres seriam “crianças grandes durante toda a vida” (Simmel 2004 [1911-1919]: 206). Por outro lado, atribui às mulheres qualidades como a empatia (que faria delas boas médicas) e a capacidade de imitação (que faria delas boas professoras)<sup>[27]</sup>. De resto, as mulheres poderiam funcionar como auxiliares e “impulsionadoras” do marido e do seu trabalho criativo. Sendo a divisão gendrificada de trabalho um produto social, era sujeita à mudança, e, como tal, Simmel previu um processo de maior autonomização das mulheres e a sua aproximação social aos homens.

Para finalizar, apresentam-se dois sociólogos americanos. William Isaac Thomas – principalmente conhecido pelo *Thomas teorema*<sup>[28]</sup> e pelo estudo dos imigrantes oriundos da Polónia<sup>[29]</sup> – merece aqui atenção pela evolução do seu pensamento em relação aos papéis sexuais. Na sua tese de doutoramento de 1896<sup>[30]</sup> sobre a divisão sexual do trabalho defendeu, com base na biologia – mais precisamente no sistema metabólico –, a complementaridade dos papéis sexuais. Nos anos seguintes redigiu inúmeros textos sobre a “questão feminina” e é interessante ver como Thomas se afastou do determinismo biológico e se tornou um defensor duma maior participação das mulheres na vida pública.

<sup>26</sup> Segundo os tradutores (na página 24 da introdução na edição de Simmel [2004]), “entregue ao caso singular, algo que nasce e morre segundo a exigência do instante, não um construir um mundo culturalmente permanente”.

<sup>27</sup> Cf. A. L. Thomas (1771), citado por Joaquim (2001: 22): “Elas não criam, reflectem”.

<sup>28</sup> No teorema de Thomas (“If men define situations as real, they are real in their consequences”), ou seja “Se pessoas (literalmente: homens) definem situações como reais, elas são reais nas suas consequências”), admite-se que a acção das pessoas depende da sua interpretação da situação – um prelúdio à ideia da “Construção social da realidade”, desenvolvida por Peter Berger e Thomas Luckmann (1971 [1966]).

<sup>29</sup> William Thomas e Florian Znaniecki (1918-1920), *The Polish Peasant in Europe and America*. Urbana, IL (1996).

<sup>30</sup> *On a Difference in the Metabolism of the Sexes*, tese defendida na University of Chicago.

O último sociólogo clássico que citamos aqui é Talcott Parsons, que analisou os papéis sexuais na sociedade em função da complementaridade, dando um seguimento sofisticado a tantos dos seus predecessores: na família nuclear monogâmica o homem teria o papel instrumental e a mulher o expressivo<sup>[31]</sup>. Estas análises, feitas em meados do século XX, seriam pouco depois contestadas pelos sociólogos que não se reconheciam no funcionalismo ou por aqueles que sublinhavam a heterogeneidade das sociedades. Seriam também censuradas pelo feminismo, por exemplo, por Betty Friedan. Esta criticou severamente, não só Parsons, mas as ciências sociais em geral: “Em vez de destruir os velhos preconceitos que restringem a vida das mulheres, as ciências sociais na América simplesmente lhes deram uma nova autoridade. Num curioso processo circular, as considerações de psicólogos, antropólogos e sociólogos, que deveriam ter sido poderosas armas para libertar as mulheres, de certa forma, anularam-se umas às outras, armadilhando as mulheres num beco sem saída.”<sup>[32]</sup>

Com a sua censura aos pressupostos e procedimentos de diversas ciências sociais e humanas, Friedan deu um contributo decisivo para a transformação epistemológica que emanava do feminismo e também para o movimento político assim denominado (ver o sexto capítulo).

## **A antropologia**

Nos estudos de antropologia cultural sobre muitas sociedades, a mulher tem uma presença incontornável, pela sua importância nos processos de produção; para além disso, nesta área científica o parentesco e a reprodução física e social – onde a mulher é figura central – são de interesse fundamental. Porém, nas análises tradicionais e até nas mais inovadoras (no seu tempo), tais como as de Claude Lévi-Strauss (1967 [1949]; 1958), Claude Meillassoux (1975) e

<sup>31</sup> Parsons (1951); Giddens (2004: 113-114).

<sup>32</sup> Friedan (1965 [1963]: 126). Friedan visava, entre outros, o sociólogo Parsons, o psicanalista Sigmund Freud e os autores de livros sobre a educação de crianças pequenas, Benjamin Spock e John Bowlby. Também criticou a antropóloga Margaret Mead, que, após a espantosa obra *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* (publicada em 1935, cujos estudos de caso, ainda hoje em dia, são frequentemente referidos, porque ilustram como os papéis de género são diferentes de sociedade em sociedade), publicou em 1949 *Male and Female*, parecia consentir na divisão dos papéis entre homens e mulheres nos Estados Unidos nessa época. Descreveu sem críticas aparentes a dedicação da mulher à família e sugeriu como solução para o período em que os filhos já estavam mais autónomos a vinda de mais um filho (*little post script* ou *little frost blossom*) ou então a dedicação a um emprego ou voluntariado (Mead 1955 [1949]: 246-253).

Maurice Godelier (1982), as mulheres são abordadas principalmente como objectos: circulação ou troca de mulheres são expressões-chave<sup>[33]</sup>.

Nos seus primeiros anos, no século XIX, a antropologia estava dominada pela corrente evolucionista, e alguns dos principais representantes, entre eles J. F. McLennan, J. J. Bachofen e L. Morgan, presumiram a existência, nas fases primordiais de todas as sociedades, de um sistema matriarcal. Esta ideia foi abraçada por Marx e Engels<sup>[34]</sup> e, mais tarde, por alguns segmentos do movimento feminista, que consideravam que as sociedades humanas “caíram do paraíso de igualdade” que caracterizaria as primeiras sociedades. Deste modo, justificou-se um regresso à situação original, isenta da submissão feminina. Contudo, nas teorias da antropologia, o evolucionismo unilinear tem sido abandonado desde há muito.

Apesar do lugar de destaque de algumas mulheres na antropologia (por exemplo, Ruth Benedict e Margaret Mead), o androcentrismo permaneceu uma realidade nesta área científica até à segunda metade do século XX. De qualquer forma, noções da antropologia têm fornecido um contributo enorme ao questionamento dos papéis sexuais aceites no mundo ocidental e serviram, também, para dirigir o nosso olhar para outras sociedades, bem diferentes.

## Uma visão global

A questão do género não pode ser devidamente estudada se a limitarmos apenas a Portugal ou ao Ocidente e aos dias de hoje. A comparação com outras sociedades e épocas é fundamental para uma melhor percepção da situação perto de casa. Essa visão mais ampla dá maior consciência acerca do destino das mulheres a uma escala global. Embora haja sociedades com muitas mulheres autónomas com acesso ao ensino e a uma carreira profissional, na maior parte dos países a condição feminina não é favorável. Existe um grande *gender gap*, ou seja, *um* fosso entre homens e mulheres em termos de educação, poder político e económico, posição no mercado de trabalho, acesso a serviços de saúde e outros aspectos, especialmente nas zonas do Médio Oriente, Norte de África e Sul da Ásia<sup>[35]</sup>.

<sup>33</sup> Contudo, compare-se com os comentários posteriores de Godelier (1991: 112): “Dizer que o casamento é uma troca é verdade, e a ideia é fundamental; mas dizer que esta troca deve sempre tomar a forma de troca de mulheres pelos homens é colocar a dominação masculina entre os factores da natureza.”

<sup>34</sup> Publicado por Engels em 1884.

<sup>35</sup> Hausmann, Tyson e Zahidi (2007). O World Economic Forum, com sede em Genebra, actualiza todos os anos o *Global Gender Gap Report*.

São de várias naturezas as situações críticas enfrentadas pelas mulheres, com destaque para o que sucede nos chamados países do Sul. Um primeiro campo é o da sua condição física, ameaçada por práticas como a mutilação (genital e outras), negligência de raparigas pelos pais (por estes darem preferência a filhos-varões), trabalho desgastante desde tenra idade, violência de várias ordens, violação como arma em situações de guerra e a parca autonomia das mulheres em termos de direitos reprodutores. O mais flagrante é a grande frequência das mortes directamente induzida às mulheres, em fenómenos como as *dowry murders* (homicídios motivados por conflitos sobre o dote), o *satee* (morte “voluntária” das viúvas) no Sul da Ásia, os *honour killings* (homicídio para restabelecer a “honra” perdida), assim como o infanticídio feminino<sup>[36]</sup>.

E existem ainda muitos outros problemas para as mulheres em países em desenvolvimento. As mudanças ecológicas aumentam as distâncias que as mulheres têm de percorrer para buscar água e apanhar lenha, e nestes percursos elas estão sujeitas a riscos de assaltos de animais, ou, cada vez mais frequente, de homens. A sida provoca muitas vítimas entre as mulheres que têm poucas possibilidades de protecção. Constata-se ainda que a mortalidade materna se mantém elevada nesses países.

Mas as desigualdades entre homens e mulheres não se ficam por aqui. Há as injustiças decorrentes da poligamia; a exclusão de direitos e a segregação de mulheres em várias comunidades e estados; o menor acesso à educação e ao poder político; a diferença salarial e o facto de o trabalho de muitas mulheres nem sequer ser remunerado (ILO 2007). Acima de tudo isto está a interiorização pelas mulheres da ideia de que elas valem menos do que os homens e de que a sua “vocação” é a de se sacrificarem pelos outros.

Vários são os factores subjacentes a estas situações críticas, predominantemente de índole cultural, mas também podem ser apontados o colonialismo e o neocolonialismo bem como o sistema económico neoliberal. Infelizmente, os progressos são poucos, apesar das legislações *gender-friendly* em vários países e dos esforços de organizações transnacionais, entre elas a ONU com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio<sup>[37]</sup>.

<sup>36</sup> Várias descrições e análises sobre estes temas estão reunidas em Brettell e Sargent (1997). Ver também Momsen (1991) e vários contributos no livro *Mulheres Rebeldes* (Lisboa, 2004).

<sup>37</sup> Estes objectivos são: 1) eliminação da pobreza extrema e da fome; 2) ensino básico acessível a todos; 3) promoção da igualdade de género e de *empowerment* das mulheres; 4) redução da mortalidade infantil; 5) melhoria da saúde maternal; 6) combate à VIH/Sida, malária e outras doenças; 7) garantia da sustentabilidade ambiental e 8) concretização duma parceria global para o desenvolvimento.

## Capítulo 2

### Representações de mulheres e homens

Uma mulher é sempre variável e mutável  
*Virgílio*

O que é ser homem ou mulher é uma definição social,  
pois a fisiologia é sempre mediada pela cultura.  
*Bryan Turner*

O Género é um processo fluido, contingente, caracte-  
rizado pela contestação, ambivalência e mudança.  
*Aihwa Ong e Michael Peletz*

#### **Natureza e cultura**

O aparente dimorfismo sexual do ser humano é frequentemente invocado como explicação ou justificação da diversidade em traços e papéis atribuídos a cada um dos sexos. Na sociologia e na antropologia, onde a análise vai para além da biologia e para além das aparências, interpela-se a validade de oposições binárias e da tendência para “naturalizar” fenómenos sociais e culturais.

Os séculos XVIII e XIX constituíram um período de transição no pensamento ocidental sobre biologia e cultura. Na época das Luzes afiguravam-se várias opiniões acerca da preponderância da *nature* ou da *nurture*. Autores como Diderot, Rousseau e Voltaire explicaram o estatuto inferior das mulheres através da sua biologia, enquanto outros, como Condorcet, indicaram a educação como factor basilar (Joaquim 1997: 142-146). A explanação médica-biológica, à qual se juntava mais tarde a psicológica, seria a dominante no século XIX, o período do desenvolvimento da ciência e da sua divulgação junto da classe média. A publicação de um grande número de obras sobre a fisiologia e a psicologia da mulher (*weibliche Sonderanthropologie*, bem explorada por Claudia Honegger [1989a, 1989b]) comprova a curiosidade que a “mulher” despertava, sendo considerada a “Outra”, a desconhecida e a diferente. Na antropologia, no seu significado de “estudo do Outro”, durante algum tempo, as mulheres, de qualquer que fosse a cultura, foram objecto de estudo especial. Tal como os membros de povos exóticos, e os “doentes mentais, físicos, ou com anomalias diversas, as prostitutas, os delinquentes ou os criminosos” (Matos 2006: 58), as mulheres eram consi-

deradas bastante diferentes da norma, o Homem europeu da classe média. Eusébio Tamagnini, figura proeminente da escola antropológica de Coimbra, apresentou em 1904 uma dissertação sobre a “psicologia feminina”<sup>[1]</sup>. Expressões como “sexo fraco” e “sexo forte” baseiam-se, principalmente, em diferenças físicas perceptíveis, tais como o tamanho e a altura do corpo e a maior força que os homens, em geral, demonstram. “Força” é, no entanto, um conceito multi-interpretável. Tendo os homens proporcionalmente mais massa muscular, as mulheres têm mais massa gorda<sup>[2]</sup>. Esta constitui uma reserva de energia que, aliada ao seu metabolismo, por regra mais lento, lhes permite uma maior capacidade de resistência. O trabalho que em muitas culturas é executado pelas mulheres, amiúde monótono, árduo e prolongado (por exemplo, moer os cereais ou lavar a roupa), parece corresponder bem às características fisiológicas femininas. Por outro lado, é um facto que entre os seres humanos as capacidades físicas são desenvolvidas ou suprimidas conforme o contexto social e, por isso, com treino, nenhuma actividade parece inalcançável às mulheres. De resto, a biologia não explica por que é que o trabalho das mulheres é quase sempre menos valorizado (Brightman 1996: 716).

A menor capacidade craniana das mulheres foi já por Aristóteles apontada como razão ou até prova duma inteligência inferior<sup>[3]</sup>. No século XIX, quando a frenologia era uma das novas e aparentemente promissoras áreas da ciência (Dias 1996), era comum retirar conclusões sobre as aptidões, sobretudo dos seres humanos que não eram o “Homem europeu”, a partir do volume e da forma do crânio<sup>[4]</sup>. Os antropólogos dedicaram-se, entre outros assuntos, à definição do “ângulo facial”, utilizando as medições e teorias desenvolvidas no século XVIII pelo holandês Pieter Camper. Atenção especial era dada ao grau de prognatismo (a proeminência dos dentes em relação ao plano da face), que, para muitos cientistas, sobretudo na França do século XIX, era indicador de mais ou menos “animalidade”<sup>[5]</sup>. A tese do

<sup>1</sup> Um antecessor de Tamagnini, Ferraz de Macedo, tinha elaborado a sua tese de doutoramento, em 1873 no Rio de Janeiro, sobre a prostituição (Santos 2005: 93, 171).

<sup>2</sup> O corpo dos homens tem, em média, 40% de massa muscular e 15% de gordura; no caso das mulheres as percentagens são cerca de 23% e 25%, respectivamente.

<sup>3</sup> Birke 2001; Timm e Sanborn (2007: 1); Joaquim (1997).

<sup>4</sup> Na colecção do Musée de l’Homme, em Paris, encontra-se o crânio de Sophie Germain (1776-1831), uma matemática brilhante. Para perceber melhor esta genialidade, e ainda por cima, no feminino, as pessoas da sua época – inclusive a própria Germain – achavam que seria importante proceder à análise da morfologia do seu crânio após a sua morte (Lumley 1999: 124).

<sup>5</sup> Em Portugal, pesquisas nesse espírito foram efectuadas, entre outros, por Eusébio Tamagnini (1944). Ver também Schouten (2008b). Um caso que parecia confirmar a tese do prognatismo foi o de Saartjie Baartman (ver figura 1) e Fausto-Sterling (2001); Lammes (2007); Jahoda (1999: 79-82).

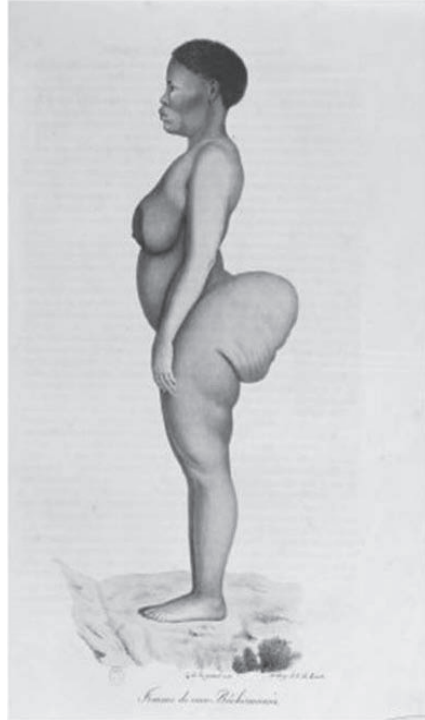


Imagem de Saartjie Baartman. Esta mulher da África do Sul, designada como Vénus hottentot, esteve presente em exposições na Inglaterra, em 1814, e posteriormente em Paris. Atraiu muita atenção como ser humano exótico pelo tamanho das nádegas e pelo perfil do rosto, considerado um bom exemplo do fenómeno do “prognatismo”. O artista provavelmente salientou alguns aspectos da sua fisionomia.

antropólogo Paul Topinard<sup>[6]</sup> de que o prognatismo entre as mulheres era superior e mais divulgado do que entre os homens teve grande influência (Jahoda 1999: 71, 78, 80).

No célebre livro de Herrmann Heinrich Ploss, *Das Weib in der Natur- und Völkerkunde* (*A Mulher na História Natural e na Etnologia*), com a primeira edição em 1884, ampla atenção é dedicada à dentição e ao crânio. Este livro, cujo autor era ginecologista, gozou de grande popularidade e inúmeras reedições, sem dúvida pelo tema da biologia da mulher, nomeadamente das mulheres exóticas, bem como pela inclusão de numerosas figuras de mulheres nuas ou seminuas<sup>[7]</sup>. No exemplar da primeira edição deste livro que consultei, na Biblioteca da Universidade de Leiden, reparei que uma folha tinha sido retirada ao capítulo ilustrado dedicado à temática dos seios

<sup>6</sup> Publicitada na sua obra *L'Anthropologie* (1876). Topinard foi discípulo de Paul Broca. Ver Roque (2001: 137-164).

<sup>7</sup> Mas aparentemente este livro também teve peso no mundo académico. Para Marcel Mauss, por exemplo, no seu discurso sobre *Techniques de la naissance et de l'obstétrique* (uma das célebres “técnicas do corpo”), Ploss serviu como fonte de informação (Mauss 2003: 376).

femininos. Terá sido por censura, por interesse científico ou pela atractividade das fotografias ou litografias porventura existentes nessas páginas?

Segundo autores da época, a fisiologia das mulheres e, em especial, da sua cabeça tinham ainda outros efeitos, nomeadamente uma menor propensão para o crime<sup>8</sup>. O crime era considerado como um acto viril e, por isso, assumia-se que a mulher criminosa tinha traços masculinos, faltando-lhe boa parte das características “femininas”. Sob influência de Cesare Lombroso e da sua escola, a mulher prostituta era considerada o correspondente ao criminoso masculino (Lombroso e Ferrero 1927 [1893]). O médico Alfredo Tovar de Lemos (1908) concluiu, a partir de estudos fisiológicas das prostitutas internadas no Hospital de Desterro, em Lisboa, que muitas delas tinham uma fisionomia viril, uma tendência para a homossexualidade e uma fecundidade reduzida; em suma, não correspondiam aos padrões de feminilidade.

Só gradualmente foi aceite que o tamanho e a forma da cabeça à partida não ofereciam indicações acerca das faculdades cognitivas ou caracterológicas, e que, quando a proporção da cabeça relativamente ao volume do corpo é tomada em consideração, as mulheres e os homens encontram-se ao mesmo nível<sup>9</sup>.

## **A histerização das mulheres**

A convicção de que tudo no organismo feminino é condicionado e determinado pelo aparelho genital, nomeadamente o útero, encontra-se em muitas culturas. No mundo ocidental, tornou-se mais forte no século XIX e, como tal, Michel Foucault (1976) cunhou o conceito de *hystérisation*. Considerou este processo de quase identificação da mulher e da sua saúde com o útero como uma técnica de disciplinação da mulher. Joaquim (1983, 1997) e Porter e Teich (1994) apresentam um leque de exemplos das inúmeras ideias existentes acerca do útero e da sua influência no modo de ser e de estar da mulher. Para os especialistas médicos do século XIX, a propensão das mulheres para perturbações psíquicas era um facto assumido. A fragilidade do sistema nervoso, considerada inerente à condição feminina, originou o

<sup>8</sup> A definição do conceito de “crime” depende do contexto histórico e cultural. Na Europa, por exemplo, foram condenadas mulheres pelo exercício de prostituição, o que não acontecia com os homens envolvidos. Também, ao longo da história, muitas mulheres foram presas e até mortas sob acusação de infanticídio, mesmo se a criança tivesse morrido por razões naturais (Muechembled 2007).

<sup>9</sup> Ver Amâncio (1994: 17-18). O cérebro das mulheres até é proporcionalmente maior (Alsop, Fitzsimons e Lennon 2002: 23; Falk 1997).



desenvolvimento de novos modelos e nomes de doenças especialmente para mulheres, como neurastenia e melancolia<sup>10</sup>, e, na prática (confirmando a tese da construção social da doença), muitas mulheres sofriam de problemas psíquicos e eram tratadas com sangrias, uma estadia numa estância termal, ou intervenções cirúrgicas sobre os órgãos genitais.

A muita energia que as funções reprodutoras pressupostamente exigem das mulheres tem sido um motivo invocado para o seu afastamento de estudos e outras actividades tidas por não-femininas. O funcionamento dos órgãos genitais manifesta-se pela menstruação, sendo que um ciclo regular era e é considerado um sinal de saúde. Aristóteles encarou-a como *catarse*, ideia prevalente também em várias sociedades contemporâneas; por exemplo, os camponeses (homens) da Andaluzia, estudados por Brandes, consideraram que esta “purificação” mensal era uma das causas da maior longevidade das mulheres<sup>11</sup>.

No entanto, a menstruação em geral está associada a noções negativas, tais como as possíveis consequências funestas do contacto dos outros (em especial, homens) com o sangue menstrual<sup>12</sup>. O mêsruo pode ser encarado como sinal de fertilidade, mas também como testemunho de uma concepção não sucedida<sup>13</sup>. Tal “fracasso procriacional” já foi, por motivos de analogia, adiantado como hipótese explicativa para a exclusão, em muitas sociedades, de mulheres menstruadas da preparação de comida como enchidos, queijo e bolos, e até da congelação de alimentos<sup>14</sup>. Outra razão da imposição de interdições às mulheres durante o seu período na execução de certas tarefas seria a sua impureza ou a sua passagem por um período de transição<sup>15</sup>. Em várias sociedades, nomeadamente no Sul da Ásia, as mulheres menstruadas devem estar totalmente segregadas dos outros, em condições às vezes terríveis – em regiões do Nepal, segundo Christmann (1999), nem sequer têm um abrigo e comida confeccionada é-lhes inalcançável.

<sup>10</sup> O protótipo é Emma Bovary, no romance de Gustave Flaubert.

<sup>11</sup> Cf. Joaquim (1997: 60-70); Brandes (1980: 85).

<sup>12</sup> Plínio o Velho relatou que na proximidade de mulheres menstruadas o vinho se estraga, as sementes perdem a efectividade e a relva e as plantas murcham. Paracelso estava convencido da existência de um veneno menstrual (“menotoxine”).

<sup>13</sup> Joaquim (1997: 82); Brightman (1996). Turner (1967) avança esta sugestão acerca dos Ndembu (África central), onde o sangue menstrual é classificado na categoria de “bad blood”. Ver as análises de Douglas (1970 [1966]: 115-116).

<sup>14</sup> Lawrence (1982); Vale de Almeida (1995: 67); Barreira (1991: 289-291); Almeida *et al.* (2004: 166). O exemplo da congelação é da Holanda e reportado por Van Reenen (1983: 10).

<sup>15</sup> Liminaridade e transição são conceitos elementares nas obras de Mary Douglas (1970 [1966]) e Victor Turner (1967). Ver também Joaquim (1997: 60-70, 243); Perez (1996).

A sujeição das mulheres a alterações biológicas é um argumento repetidamente utilizado contra o seu acesso a posições de responsabilidade<sup>16</sup>. Durante a luta pelo sufrágio feminino, por volta de 1900, um deputado de Massachusetts afirmou que a participação política das mulheres ia provocar um considerável aumento de manicómios e de casos de divórcio: “As mulheres são demasiado nervosas e histéricas para entrar na política” (citado em Malson 1998: 58-59). Em Espanha, nos anos 60 do século passado, as alterações hormonais foram explicitamente mencionadas por adversários da admissão de mulheres à magistratura (Hernando 1998). Lembre-se que em Portugal só após o 25 de Abril as mulheres tiveram acesso a estas funções (e também à diplomacia). Mas também noutros países foi tardia a admissão de mulheres a cargos em que “o juízo certo, no momento certo” era fundamental, como na Holanda e na Bélgica, onde aconteceu só por volta de 1950 (Schandevyl 2008).

O estereótipo da volatilidade feminina, muito divulgado e imortalizado em frases como “la donna è mobile (Verdi, *Rigoletto*)” (a mulher é volátil) e “frailty, thy name is woman (Shakespeare, *Hamlet*)” (fragilidade, teu nome é mulher), são convenientes para os homens. Contudo, em certas circunstâncias convém aos homens etiquetarem-se a si próprios como sujeitos a fraquezas e caprichos. É o caso da sexualidade e agressividade: a impossibilidade de os homens se controlarem tem sido por inúmeras vezes a desculpa de assédio sexual, violação e outros tipos de violência, em especial contra as mulheres. O argumento de que um homem “por natureza” não pode resistir a uma mulher que anda sozinha à noite ou que veste roupa “ousada” (que, dependente do contexto cultural, varia da mini-saia até ao uso incorrecto do véu islâmico) é bem divulgado. A médica e feminista holandesa Aletta Jacobs desmascarou no século XIX este raciocínio, invocando e subtilmente minando a noção geralmente aceite da racionalidade masculina e irracionalidade feminina e também a ideia do maior grau de “animalidade” das mulheres: “Como se os homens não fossem seres humanos, dotados de livre vontade e razão” (citada em De Vries 1997: 189).

Também noutros assuntos as mulheres na prática são as mais racionais: é comum que as mulheres se encarreguem da gestão dos recursos financeiros da família, conferindo aos homens o dinheiro para os seus vícios, como os gastos na adega, os cigarros, as apostas (Cole 1994: 105; Peletz 1994), e até as idas às prostitutas, como verifiquei no Sudeste Asiático. Nesta região do mundo, tanto homens como mulheres costumam confessar que essa é a

<sup>16</sup> Hoje dir-se-ia que são as hormonas, termo só introduzido em 1905.

melhor estratégia para evitar a acumulação de dívidas, visto que as “mulheres sabem lidar bem com dinheiro”<sup>17</sup> e os homens não sabem quando parar de o gastar. E estas práticas e convicções não se limitam à Malásia e à Indonésia. A atribuição às mulheres da gestão das finanças domésticas não quer dizer que realmente lhes seja cedido “poder”. Em muitos lares os recursos são escassos e a sua gestão para a mera sobrevivência da família é um fardo doloroso.

### **Dimorfismo: uma construção conceptual?**

O chamado dimorfismo sexual, ou seja, a diferença física fundamental entre homem e mulher é uma noção bastante frisada. Contudo, as dicotomias não são tão absolutas: certos indivíduos, os chamados intersexuais<sup>18</sup> ou hermafroditas, nascem com traços biológicos de ambos os sexos<sup>19</sup> e o padrão cromossómico pode não corresponder nem a XX nem a XY. No desporto, onde em muitas modalidades a fisiologia do ou da participante é de grande importância, desde os anos 1950 começaram a ser efectuados testes para “definir o sexo” dos atletas. Nos anos 1960 começaram a ser aplicados testes dos cromossomas. Uma das primeiras vítimas destes testes foi a jovem velocista polaca Ewa Klobukowska, cujo padrão de cromossomas era XXY. Esta constatação originou a sua exclusão de provas desportivas, com a justificação oficial de que ela tinha “feminilidade insuficiente”. Um caso amargo, que já tinha acontecido anteriormente, foi aquele da velocista neerlandesa Foekje Dillema que atingiu quase o nível da sua compatriota Fanny Blankers-Koen, a vencedora de quatro medalhas de ouro nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948. Pelo seu aspecto masculino e pela sua atitude pouco cooperativa aquando dos exames médicos, Dillema foi expulsa da selecção de atletismo

<sup>17</sup> “As mulheres são boas para gerir o dinheiro”, registaram Papanek e Schwede (1988) em Java. Entre as várias descrições e análises da “racionalidade” das mulheres sudeste-asiáticas, ver Brenner (1995; 1998: 138-170) e Carsten (1989: 118). Na Java Central, nas associações de crédito rotativo (*arisan*), são quase sempre as mulheres as gestoras financeiras, sendo os homens etiquetados como *nakal* (“malandros”), não capazes de resistir à tentação das grandes importâncias de dinheiro ao seu alcance. Das associações que não se encontram sob a gestão de uma mulher, uma parte considerável é gerida por pessoas de género ambíguo, tais como travestis (ver Brenner 1995: 160-161).

<sup>18</sup> Harper (2007); Fausto-Sterling (2001); Oliveira (2007).

<sup>19</sup> Estes casos ocorrem em cerca de um a dois em cada mil nascimentos (Fausto-Sterling *apud* Connell 2002: 29). Porém, Sax (2002), na sua crítica a Anne Fausto-Sterling, aponta para dois em cada dez mil nascimentos, perto da percentagem apresentada por Badinter (1993 [1992]: 63). Sax advoga a restrição do conceito de “intersex” aos casos de não-correspondência do sexo cromossómico ao sexo fenotípico, ou na impossibilidade de classificar o fenótipo como masculino ou feminino.

holandesa em 1950. Após a sua morte, em 2007, testes de ADN revelaram a existência, embora não em grande percentagem, de cromossomas Y. Na comunicação social neerlandesa era manifesto o pensamento binário em relação aos sexos, já que as notícias anunciavam: “Afinal, não era homem, mas sim mulher”<sup>[20]</sup>.

A ambiguidade pode existir não apenas quanto aos cromossomas, mas também no caso de outros marcadores de sexo, como as funções hormonais, gonadais e reprodutoras. Um fenómeno como a secreção de leite não é exclusivamente feminino, e a ocorrência dessa condição entre homens e mulheres sem filhos até foi o tema da tese de doutoramento de uma das primeiras médicas na Holanda<sup>[21]</sup>. De resto, como referimos, as características anatómicas e fisiológicas podem mudar durante a vida, como efeito do tipo de trabalho ou de treino (Birke 2001).

Quanto à observação e interpretação dessas diferenças, é significativo que, sendo a roupa uma das indicadoras e produtoras da diferença sexual, na Europa durante a maior parte da Idade Média não houve grandes diferenças no vestuário<sup>[22]</sup>. Com efeito, no período que vai de Aristóteles até Newton não era reconhecida uma distinção essencial entre o corpo masculino e o feminino. A mulher seria um homem imperfeito, ou seja, homem e mulher seriam o direito e o avesso<sup>[23]</sup>. Só nos finais do século XVIII as diferenças anatómicas foram reconhecidas e bem descritas, sobretudo por Jakob Ackermann<sup>[24]</sup>. Este cientista concluiu a partir destas diferenças que a anatomia e a fisiologia do cérebro feminino indicavam uma maior aptidão para a ciência, uma tese que não encontrou eco entre os colegas e sucessores. O século XIX salientava as diferenças corporais e a sua relação directa com a “essência” feminina, mas de uma forma nada favorável às mulheres.

Os novos e rápidos desenvolvimentos nas ciências biomédicas e na neurociência merecem a atenção e a devida interpretação dos cientistas sociais.

<sup>20</sup> NRC *Handelsblad* 21-07-2008. Ver [www.foekjedillema.nl](http://www.foekjedillema.nl).

<sup>21</sup> Van Tusschenbroek (1887); Schoon (1988).

<sup>22</sup> No dealbar do Renascimento o vestuário foi diferenciado e houve desenvolvimentos como a introdução do *sidesaddle* (selim para mulheres) nos finais do século XIV (Rackin 2005: 28-29). Contudo, na Holanda, ainda no século XX, rapazes e raparigas usavam saias até à idade de seis ou sete anos. Flagrante é o contraste com os dias de hoje, da “polaridade entre cor-de-rosa e azul” (*pink and blue polarity*), já existente nos preparativos antes do nascimento. Muitos dos futuros pais hoje em dia justificam a sua curiosidade em saber qual o sexo do bebé com as razões práticas: qual a roupa a comprar, como decorar o quarto do bebé? Em azul ou cor-de-rosa?

<sup>23</sup> Ver Laqueur (1992); Joaquim (1997: 117); Birke (2001).

<sup>24</sup> Jakob F. Ackermann (1788) *Über die körperliche Verscheidenheit des Mannes vom Weibe ausser den Geschlechtstheilen*. (Koblenz: Huber) (<http://zs.thulb.uni-jena.de/>). Ver Honegger (1989a: 147).

A compreensão do funcionamento do cérebro aumentou através das novas tecnologias tais como a FMRI (*Functional Magnetic Resonance Imaging*). Existem, com efeito, diferenças entre o cérebro chamado masculino e o cérebro chamado feminino, por exemplo no grau de lateralização, e mais recentemente foi construída por Simon Baron-Cohen (2003) uma tipologia de cérebros do tipo S (*systemising*), E (*emphatising*) e B (*balanced*). Baron-Cohen é bastante criticado nos círculos do feminismo e das ciências sociais, contudo, as suas obras merecem uma leitura atenta. Baron-Cohen alerta contra uma correspondência fácil: “o seu sexo não pode dizer-lhe qual o tipo de cérebro que você tem... A principal reivindicação desta nova teoria é só em torno da média: há mais homens que mulheres a ter um cérebro de tipo S e mais mulheres que homens a ter um cérebro tipo E”. Por outro lado, existe também a hipótese na neurobiologia de que o cérebro humano é plástico e adaptável<sup>[25]</sup>.

Uma vez que o dimorfismo biológico não é universal, é ainda menos universal a polaridade social e comportamental entre homens e mulheres. Muitas sociedades reconhecem um “terceiro género”, como assinalado em pelo menos 150 culturas de índios da América do Norte. Os indivíduos pertencentes à categoria chamada de *berdaches* ou *two-spirit* em geral são biologicamente homens, mas adoptam as actividades, o vestuário e o modo de ser e estar das mulheres (Whitehead 1981). Também noutros continentes uma ou mais categorias intermédias entre homem e mulher podem ser encontradas, como revelam os casos incluídos no livro de Herdt (1994). Em África um “terceiro género” parece raro, mas na Ásia é bastante divulgado, como atestam os cinco ou seis milhões de *hijras*<sup>[26]</sup> na Índia e no Bangladesh.

No Sudeste Asiático, a dicotomia sexual não tem grande importância e para o estatuto social outras variáveis para além do género têm muitas vezes mais relevo. Por exemplo, nas línguas principais da região, não existem termos diferentes para irmãos e irmãs, mas há distinções entre os mais velhos e os mais novos. Um caso curioso reporta-se aos bugis de Sulawesi do Sul, onde já o português António de Paiva descreveu em meados do século XVI os *bissu*, os chamados “sacerdotes do rei”, indivíduos biologicamente masculinos que adoptavam aspectos do traje e outros hábitos comuns das mulheres e que tinham homens como parceiros sexuais e matrimoniais (Leonard Andaya 2000). O papel ritual proeminente dos *bissu*

<sup>25</sup> Ver Oliveira (2007: 272), com referência a Anne Fausto-Sterling.

<sup>26</sup> Vestindo-se como mulheres, alguns recorrem à castração. Nanda (1997: 198) refere que o hinduísmo não apenas “acomoda tais ambiguidades, mas também vê-as como significativas e mesmo poderosas”.

na sociedade bugis existe ainda hoje, sendo eles considerados como entes sagrados, já que combinam de forma perfeita as características femininas e masculinas. Constituem um *meta-gender*. Mas, para além desses, existem entre os bugis também as *calalai*, que têm corpo feminino e atributos masculinos, e os *calabai*, biologicamente homens com identidade e modo de vida femininos. Portanto, somando às duas formas mais convencionais (em que existe convergência entre sexo e género), os bugis contam cinco géneros (Davies 2007).

Em muitas outras sociedades do Sudeste Asiático são reconhecidos mais do que dois géneros, conforme a abordagem émica de género existente na sociedade em questão (exemplos são os *iban*, os *lio*, os habitantes de Bali). Às vezes os *banci* ou *waria* – denominações na Indonésia para pessoas com aspecto e/ou comportamento andrógino – são reconhecidos oficialmente como categoria distinta. Na zona de Surabaya (Java oriental) aos *banci* masculinos é-lhes atribuída (opcionalmente) a designação de *laki-laki (waria)* no seu bilhete de identidade, ou seja, “masculino (andrógino)”. Em certas casas de banho públicas as indicações são, por um lado, *wanita* (senhoras) e, por outro lado, *laki-laki/waria* (“homens e andróginos”)<sup>[27]</sup>. Aliás, na sociedade javanesa, os homens com mais poder e prestígio (membros da aristocracia, líderes espirituais), muitas vezes tinham e têm uma postura física e modo de agir que os ocidentais facilmente podem chamar de “feminizado” (Errington 1990: 6-7). Na sua pesquisa na ilha de Bali, Margaret Mead e Gregory Bateson ficaram impressionados com a semelhança física entre homens e mulheres (Mead 1962 [1949]: 135).

Quanto à diversidade sexual na Europa, um caso interessante é o das *sworn virgins* dos Balcãs. O meio rural do Norte da Albânia, onde esse fenómeno foi explorado por Antonia Young (2000), é fortemente patriarcal e violento, marcado por uma cultura de vingança (*blood feuds*) (ver Smith 2008). Torna-se assim essencial para cada família ter um homem como representante e como defensor da honra. Se não nascer ou sobreviver nenhum filho varão, uma rapariga (por regra, a filha mais nova) é socializada como rapaz, assumindo mais tarde o papel masculino. Ela adota a linguagem, os gestos e o porte masculinos, e frequenta lugares (como cafés) vedados a mulheres. Quanto à roupa, o *cross-dressing* estende-se ao uso de acessórios exclusivamente masculinos, como relógio e óculos de sol. Porém, relacionamentos sexuais são impensáveis.

<sup>27</sup> Oetomo (2000); Boelstorff (2004; 2005); Oostvogels (1990; 1994). Nos últimos anos, têm-se sucedido na Indonésia algumas acções de violência, sob a bandeira do Islão, contra *gays* e *queers* (Boelstorff 2004).



Uma *sworn virgin*, Albânia  
(<http://msnbcmedia3.msn.com/j/msnbc/Components/Photo/2008/Oct/081004/081005-Albania-Sworn-Virgins-hmedw-830p.hmedium.jpg>).  
A roupa, os acessórios, a postura e o espaço onde se encontra apontam para o género masculino.

Numerosos são os relatos sobre mulheres que embarcavam numa actividade masculina e, na tentativa de escapar à expulsão e ao assédio sexual, recorriam ao *cross-dressing*: militares como Maria de Antuérpia e Jeanne d’Arc, mas também a ilustre historiadora Eileen Power ao atravessar o Kyber Pass entre o Afeganistão e o Paquistão, em 1920 (Melman 1996: 153). Da história da China constam muitas dessas mulheres, sendo a mais famosa Hua Mulan<sup>28</sup>. Neste país, em especial durante a dinastia Qing, era bastante vulgar as mulheres disfarçarem-se de homem para escapar ao regime impiedoso que lhes era imposto (Alves 2004: 363).

Em Portugal, Cole (1994: 92) qualificou, na comunidade piscatória nortenha onde fez a sua investigação, algumas mulheres como tendo “uma identidade pertencente a um terceiro género, no contexto local” devido a factores como roupa e a aparência, o tipo de actividade e a independência económica.

A título de curiosidade, recorde-se o texto de 1970 do antropólogo português Jorge Dias sobre o que ele chama “intersexualidade”, em que o autor não faz uma distinção clara entre bissexualidade, hermafroditismo e outros

<sup>28</sup> Hua Mulan, trajada de homem, ocupou o lugar no exército para o qual o seu pai, doente, fora chamado. Pela sua grande proeza marcial, o imperador pretendia atribuir-lhe um cargo elevado, o que Mulan declinava para poder cuidar do seu pai em casa, conforme o que cabia às filhas. A figura ficou conhecida no mundo inteiro pelo filme homónimo dos estúdios Disney (1998).

termos que exprimem ambiguidade de aspectos de sexo ou género. Jorge Dias baseou-se nas suas próprias observações entre os Zuni do sudoeste dos Estados Unidos e na Guiné-Bissau e declarou detectar na sociedade ocidental uma evolução no sentido da ambiguidade sexual: mulheres adoptavam hábitos masculinos, por exemplo fumar, enquanto “vemos os homens (...) dedicarem-se aos trabalhos domésticos, por vezes usando até avental de plástico, sem que isto tenha qualquer coisa de *travesti*” (Dias 1990 [1970]: 299). A aparente confusão do autor, provocada por pequenas alterações no comportamento de cada um dos sexos, deverá ser uma indicação da rigidez do binómio homem-mulher na classe média portuguesa na sua época. Resumindo, ao ter em consideração as abordagens émicas, o género não é necessariamente dicotómico, enquanto a binaridade biológica também não é absoluta. Além disso, a relação sexo-género não é linear, porque a construção social do género não está por definição ligada à biologia. Autores de horizontes diversos como Laqueur (1992), Fausto-Sterling (2000, 2001) e Butler (1990) defendem que a observação e a definição dos sexos, ou seja, das diferenças biológicas, são produtos sociais, derivados em parte de taxonomias presentes nas ciências médicas e biológicas e em parte das normas sobre o género correntes na sociedade. Assim sendo, a célebre frase de Sigmund Freud “Anatomie ist Schicksal” (“anatomia é destino”) deveria ser invertida. Porém, talvez seja melhor assumir uma influência mútua, sempre tomando em consideração o contexto cultural.

## **Os estereótipos e os papéis sexuais**

Apesar destas ambiguidades e armadilhas, é inegável a tendência humana de mentalmente dividir a sociedade conforme um modelo binário, entre homens e mulheres, aplicando os estereótipos respectivos. Estereótipos são vectores orientadores do quotidiano, que influenciam e justificam o comportamento, e suportes na “construção da realidade” (Berger e Luckmann 1971 [1966]). Estes baseiam-se frequentemente na biologia: a diferenciação sexual, a cor da pele ou uma outra característica rapidamente observável, tal como uma deficiência ou a expressão verbal. Os estereótipos sexuais na sociedade ocidental são como que antagónicos: mais feminino significa menos masculino<sup>29</sup>. Observa Amâncio (1994: 33): “[Parece que] o senso comum associa ao diformismo sexual um conjunto de características de personalidade e orientações de comportamento, organizados em modos de ser homem e de

<sup>29</sup> Afonso (2003); Carreiras (2004: 45-46).



ser mulher, que não encontram fundamento nas diferenças biológicas, antes as utilizam como pretexto.” As pesquisas efectuadas por esta autora acerca de imagens do masculino e do feminino e a valorização destes traços revelavam que aos homens estão mais associados traços de poder e assertividade e às mulheres características como afectividade e sensibilidade<sup>[30]</sup>.

Muitos estudos foram realizados acerca da associação de características pessoais a um dos géneros, ou seja, acerca dos estereótipos de género, como em Portugal por Amâncio, já referida, e Poeschl<sup>[31]</sup>. Os estudos nas sociedades ocidentais acerca deste tema apontam todos na mesma direcção. Por exemplo, em consequência da sua pesquisa, na Grã-Bretanha, acerca do discurso da capacidade das mulheres para desempenhar profissões tecnológicas, Alison Phipps (2007) desenvolveu o seguinte esquema binário de características de homens e de mulheres, que são praticamente antonímicas.

RAPARIGAS/MULHERES	RAPAZES/HOMENS
[Feminino]	[Masculino]
[social]	[técnico]
[identificação com o lar (privado)]	[público]
[suave]	[duro]
[interessada em aplicações]	[interessado em abstracções]
[consciente]	[brilhante]
[insegura]	[confidente]
[cautelosa]	[aventureiro]
[temerosa]	[corajoso]
[dependente]	[independente]
[incapaz de lidar com as dificuldades]	[capaz de lidar com as dificuldades]
[colaborativa]	[competitivo]
[ilógica]	[lógico]
[não muito boa em matemática]	[bom em matemática]
[ignorante acerca das oportunidades]	[ciente das oportunidades]
[com necessidade de apoio]	[sem necessidade de apoio]
[com necessidade de encorajamento]	[sem necessidade de encorajamento]
[equivocada nas suas percepções]	[preciso nas suas percepções]
[frívola]	[sério]
[sem imaginação]	[imaginativo]
[maleável]	[constante]
[passiva]	[activo]
[biologicamente regida (corpo)]	[capaz de escapar à biologia (mente)]
[patológica]	[normal]

<sup>30</sup> Ver, entre outros, Amâncio (1994: 63-84).

<sup>31</sup> Poeschl, Murias e Costa (2004).

Nas análises efectuadas no âmbito da antropologia cultural tem sido recorrente a constatação de que ambos os sexos acham que as qualidades atribuídas aos homens têm mais valor do que aquelas atribuídas às mulheres. No entanto, e com referência ao conceito de "grupos silenciados", não é de afastar a hipótese de que as mulheres em privado tenham ideias diferentes.

## **Papéis sexuais em religiões mundiais**

Uma vez que as religiões justificam e influenciam os sistemas de representações e as acções, será de todo o interesse ter noções básicas sobre algumas das grandes religiões do mundo, no que toca às suas perspectivas em relação ao género.

No Cristianismo são diversas as atitudes sobre os papéis dos homens e das mulheres; no entanto, a mulher quase sempre é colocada em segundo plano. Figuras femininas antagónicas marcam a imagem das mulheres: Maria, que combina as qualificações supremas, mas aparentemente inconciliáveis de virgem e de mãe, e Eva, a pecadora e sedutora<sup>[32]</sup>. A Bíblia relata a Criação em duas versões. Na primeira, no Génesis 1:26-27, Deus criou os seres humanos à sua semelhança, Homem e Mulher. Na outra variante (Génesis 2: 21-23), Eva foi criada como companheira para o Homem, Adão, a partir de uma costela deste. A primeira versão parece apontar para uma igualdade, a segunda para a codificação da submissão da mulher, já que a origem de Eva era "um osso 'supranumerário' de Adão" (De Beauvoir 1949, 1: 15). É esta a versão que tem prevalecido<sup>[33]</sup>. No Antigo Testamento consta ainda a famosa sentença de Deus: "E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará" (Génesis 3:16). Quanto ao Novo Testamento, Paulo adquiriu a fama de defensor do patriarcado, exigindo das mulheres obediência, modéstia e proibindo-as de ensinar os homens<sup>[34]</sup>.

Para além da Bíblia, a tradição cristã foi marcada pelos Doutores da Igreja e, como tal, a Igreja Católica ainda hoje não admite mulheres no ofício religioso e tem uma atitude restritiva em relação à sexualidade e ambivalente em relação ao matrimónio. Outros grupos de cristãos também encontram

<sup>32</sup> Simon (1972: 88-95); Hamington (1995).

<sup>33</sup> Exegeses feministas importantes são efectuadas, entre outros, pela teóloga Mary Daly (1973, 1985) e a filósofa Nancy Tuana (1993). Uma influente revista feminista britânica, durante os anos 70 e 80 do século passado, chamava-se justamente *Spare Rib*.

<sup>34</sup> 1 Timóteo 2:9-15; 1 Coríntios 11:2-15; 1 Coríntios 14:34-35; Efésios 5:22-33. Ver também Pedro, 1, 3:1-7.

na Bíblia justificações para papéis bem diferentes de homens e mulheres. Na Holanda, um partido político baseado numa variante ultra-ortodoxa do calvinismo não admite mulheres como militantes de pleno direito e, muito menos, como representantes em órgãos governativos<sup>35</sup>. Todavia, existem fragmentos da Bíblia, e correntes no Cristianismo, que são mais simpáticos para com as mulheres.

No Islão, a separação entre os géneros é aliada à ideia das diferenças intrínsecas entre ambos e, oficialmente, tal não constitui uma questão de superioridade e inferioridade. No entanto, a desigualdade está presente em várias passagens do Alcorão<sup>36</sup> e dos *hadith*, e nas práticas islâmicas, nomeadamente aquelas que constam da lei religiosa (*shariah*). Entre as regras islâmicas encontram-se: a possibilidade de poliginia; o direito das mulheres a uma parte da herança, mais pequena do que a dos homens; a obrigação de obediência, de castidade e de modéstia em roupa; a tutela ou acompanhamento obrigatório por homens; o reduzido valor de depoimentos prestados por mulheres. O grau do seguimento destas regras tem uma enorme diversidade (Schouten 2005).

Eis, ainda, algumas noções básicas de outras grandes religiões: no Judaísmo ortodoxo existe uma grande diferenciação de papéis entre homens e mulheres, em particular no aspecto ritual. Idealmente, o homem deve dedicar-se aos estudos enquanto a mulher trata dos assuntos do dia-a-dia.

O Hinduísmo, em toda a sua diversidade, assume como princípio a desigualdade hierárquica entre os seres humanos. Estreitamente ligadas a esse princípio estão a crença na reencarnação, destinada pela *karma*, e a importância das condições de pureza e poluição, sendo que a mulher está muito mais sujeita a esta última (Perez 1994, 1996).

No Budismo existe também uma assimetria entre homens e mulheres. Uma vez que “mérito”, “meditação” e “ultrapassar o sofrimento” são objectivos centrais e inter-relacionados nesta religião, nomeadamente na vertente teravada, os homens estão em vantagem pela sua capacidade supostamente maior para a reflexão sobre os textos espirituais e pela menor exposição ao sofrimento. O sofrimento singular da mulher consiste na menstruação, na gravidez, no parto, na separação dos pais por ocasião do casamento e na obrigação de

<sup>35</sup> Já que estas regras entram em choque com o princípio de igualdade, este partido (Staatkundig Gereformeerde Partij, SGP) deixou em 2006 de receber subsídio do estado neerlandês. O partido justifica a sua postura no documento *Man en vrouw schiep Hij hen. Politieke participatie in bijbels perspectief* (O homem e a mulher que Ele criou. Participação política na perspectiva bíblica) (publicado em Haia, em 2006).

<sup>36</sup> Por exemplo, Sura II: 228; IV: 34; XXIV:31.

servir o marido<sup>37</sup>. O princípio budista de “a vida é sofrimento” implica uma atitude ambígua em relação à maternidade, porque é assumido que uma mãe, ao dar à luz, transmite o sofrimento ao filho ou à filha (Gombrich 1988). Na mundividência chinesa, os princípios complementares e opostos de *yin* e *yang* são fundamentais. O primeiro, o feminino, compreende os atributos de obscuridade, fragilidade e passividade, enquanto o masculino (*yang*) significa os princípios valorizados de luz, força e actividade. A doutrina do confucionismo, que tem penetrado fortemente a sociedade chinesa, tem como base as “três ligações”, sendo que o filho deve obedecer ao pai, o súbdito ao governante e a mulher ao marido.

### **Honra, vergonha e reputação**

Ligado aos papéis e às supostas características masculinas e femininas está o binómio “honra-vergonha”, que ganhou popularidade entre antropólogos que se dedicavam à zona mediterrânica, especialmente após a publicação, em 1965, do livro homónimo, organizado por J. G. Peristiany. De acordo com a maioria dos adeptos desse modelo, a honra de um homem e da sua família relaciona-se principalmente com o comportamento sexual das mulheres, que deve ser vigiado pelos maridos, pais e irmãos. Por honra compreende-se igualmente a capacidade da mulher em gerir os recursos em prol da família e de cuidar bem do seu lar. O que conta é a aparência, que deve suprimir qualquer motivo para a má-língua<sup>38</sup>.

Existem, no entanto, dúvidas acerca da pertinência desta teoria e da ideia, proferida por Gilmore (1987: 3) e outros, de que esse complexo seria caracterizador da cultura mediterrânica. A categoria cultural “Mediterrâneo” em si já foi bastante criticada, por exemplo, por Pina Cabral (1991) e Goddard (1993 [1987]: 171-172). O mundo mediterrânico (em que muitos autores agregam Portugal) apresenta uma grande variedade quanto aos papéis dos homens e das mulheres e às suas posições relativas. Basta comparar Cole (1994, sobre o litoral norte de Portugal) com Campbell (1974, sobre os sarakatsani no Norte da Grécia); e confrontar esses estudos, por sua vez, com as análises sobre Marrocos (Silva 1999) e o Egipto (Abu-Lughod 1986). Vários críticos à concepção de um complexo de “honra-vergonha” apontam

<sup>37</sup> Fan Hong (1997: 17-22); Alves (2004: 140-148).

<sup>38</sup> Ver a discussão deste binómio em Manuel Carlos Silva (2003), num artigo que expõe as várias abordagens. O título do capítulo dedicado a esta problemática de Delamont (1994) é *The Gossips of the Town*, assim indicando a importância das aparências e a fatalidade da má-língua, assuntos também abordados por Lever (1987: 94-95); M. C. Silva (1998: 218) e Papataxiarchis (1991: 157).

outros factores que influenciam os papéis dos homens e das mulheres, sejam eles económicos ou políticos, e referem-se ainda ao carácter androcêntrico desta abordagem<sup>[39]</sup>.

“Honra” é uma noção fundamental também noutras sociedades e noutras épocas (lembre-se o herói Egas Moniz, na Idade Média). Julian Pitt-Rivers, um dos primeiros antropólogos “mediterrânicos” e apologista da noção de uma zona cultural mediterrânica, reconheceu implicitamente no seu livro de 1954 uma convergência entre o Mediterrâneo e a Inglaterra, no que diz respeito aos traços considerados mais adequados para homens e mulheres: “Seria fastidioso tentar enumerar as qualidades morais afectas à masculinidade ou à feminilidade porque em geral elas são idênticas na nossa cultura tradicional: ‘Os cavaleiros são ousados e as damas são justas’” (Pitt-Rivers 1971: 89).

No Mediterrâneo<sup>[40]</sup> e em sociedades do Médio Oriente e do Sul da Ásia, mas também da Rússia (Stearns 2000: 110), são conhecidos casos extremos de uma segregação gendrificada do espaço. Está simbolizada e materializada pela *reja* da janela que, na Andaluzia, separa a donzela da rua e eventualmente do seu galanteador (Pitt-Rivers 1971: 95). Mesmo estar à janela (ser “janeleira”) não era, para portuguesas de boas famílias, comportamento decente, e os pedagogos do século XVIII e XIX aconselhavam o seu “claustro”<sup>[41]</sup>. Em certas comunidades, as mulheres quando saíam, sabendo que iriam estar na companhia de homens não-aparentados, cobriam totalmente o corpo e os cabelos<sup>[42]</sup>. Sobre as mulheres das classes abastadas nos Açores, no início do século XIX, o aventureiro irlandês Thomas Ashe observava que são “[p]erpetuamente reclusas; saindo raramente e com um véu que lhes cobre completamente a cara (...). Nestes lugares estabelece-se uma barreira insuperável que separa as duas metades que constituem a espécie humana”<sup>[43]</sup>.

Neste sentido, verifica-se uma convergência com as prescrições correntes no Islão, acerca do distanciamento entre os homens e as mulheres. O conceito geral para este princípio, *hijab* ou “véu”, representa “todo o sistema social que separa homens e mulheres” (Mernissi 2001: 60). No Sul da Ásia – islâmico e hindu – o equivalente é o *pardah* ou *pardah*, literalmente “cortina”, ou seja, separação, divisão. *Purdah* também pode ser concretizada pela roupa, quando usada por uma mulher com o intuito de criar uma fronteira entre ela e

<sup>39</sup> Goddard (1993 [1987]); Silva (2003); O’Neill (1984); Cole (1994); Lever (1987).

<sup>40</sup> Campbell (1974); Papataxiarchis (1991); Nisbett e Cohen (1996).

<sup>41</sup> Joaquim (1997: 251); Pais (1986: 756).

<sup>42</sup> Campbell (1974); Gilmore (2001: 113).

<sup>43</sup> Traduzido e citado por Vicente (2001: 146).

os homens não-parentes. Diz Rosa Maria Perez (1994: 103, nota 7): “No contexto hindu, o *pardah* é formado por uma ponta do sari, com a qual a mulher casada vela a face a partir do casamento. No universo islâmico constitui uma peça de vestuário autónoma com a qual a mulher deve cobrir o rosto.” Pelo *pardah* ou véu a mulher cria o seu próprio espaço que é muito limitado, mas o importante é que seja inacessível aos homens – só assim é que as mulheres têm a possibilidade de se movimentar na esfera pública<sup>[44]</sup>. Esta “solução” já foi chamada de “*portable seclusion*” (Papanek 1982), e o vestuário de “*mobile homes*” ou “*mobile habitat*”, mas também de “prisão móvel”<sup>[45]</sup>. Nas décadas recentes assiste-se a uma *hijabization* no mundo islâmico, não apenas manifestado no aumento do uso do véu, mas também em fenómenos como a separação, por sexo, nas caixas nos supermercados ou nos transportes públicos<sup>[46]</sup>. Ester Boserup, no seu clássico livro sobre o papel feminino na vida económica a nível global, assinala uma correlação entre o grau de marginalização das mulheres numa sociedade e a sua participação no processo produtivo. Constata que esta participação também está relacionada com a direcção tomada pela transmissão de bens entre famílias por ocasião do casamento (Boserup 1970: 24-28). A gendrificação dos espaços verifica-se ainda nas sociedades modernas ocidentais<sup>[47]</sup>, já que a mulher se relaciona mais com a cozinha, a casa e as actividades no interior<sup>[48]</sup>. A esfera pública e a esfera privada mantêm os seus rótulos implícitos de, respectivamente, masculina e feminina – independentemente de se aplicar ao espaço, ao tempo ou às actividades.

<sup>44</sup> Ver também Schouten (2003a).

<sup>45</sup> Expressão empregue, entre outros, pela Ministra das Cidades francesa, Fadela Amara (*Burqa barrier* 2008). Ver sobre a Indonésia, Smith-Hefner (2006) e, para várias abordagens ao uso da roupa islâmica feminina, Schouten (2005). No Egipto, as mulheres coptas estão e estavam na sua maioria ainda mais sujeitas à seclusão do que as islamitas. Como diz Weidegger (1986: 39), acerca da viagem do cientista Rudolf Virchow, em 1888: “Virchow visitou senhoras coptas que não podiam sair dos seus quartos para se juntarem aos maridos às refeições ou sair à rua para apanhar ar...”.

<sup>46</sup> Na Malásia e na Nigéria, entre outros países.

<sup>47</sup> Na Europa e na América, há cem anos, existiam compartimentos nos comboios, cafés e restaurantes, secções nos teatros, etc., só para mulheres e outros espaços apenas para homens. A médica holandesa Aletta Jacobs conseguiu, nos finais do século XIX, só com muita dificuldade a sua inscrição como sócia da biblioteca pública (Leesmuseum) em Amesterdão. O motivo invocado pela resistência era o de que as senhoras assim não podiam ficar tranquilas se os seus maridos fossem à biblioteca, já que a presença de mulheres poderia sugerir outros motivos para tal saída do que a leitura. Jacobs (1978 [1924]: 66-73) relata também outros exemplos de espaços em Amesterdão vedados a mulheres, o que dificultou a sua actividade profissional.

<sup>48</sup> Ver Ferreira (1999); Schouten (2003a).

## As normas da masculinidade

Como vimos, as características associadas ao homem, na cultura ocidental, são, entre outras, força, autoridade, agressividade, audácia e empreendedorismo. Esta é a norma da “masculinidade hegemónica”, termo divulgado por R. W. Connell e apontando para uma forma particular de masculinidade que subordina outras variedades, e que supostamente assegura a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres<sup>49</sup>. As masculinidades constroem-se através das práticas e nas relações com os outros, sendo que os traços considerados “masculinos” são ensinados aos rapazes e constantemente inculcados aos jovens e adultos. Eles próprios devem mostrar, e confirmar amiúde, que são “homens”. Uma vez que os homens se movimentam no espaço público, a sua “masculinidade” é incessantemente avaliada, podendo ser posta em causa<sup>50</sup>.

Entre as várias formas de expressar e construir a masculinidade merece destaque a inclinação para o risco, especialmente entre os jovens. Esta nota-se no estilo de conduzir, no empreendimento de aventuras perigosas e no descuido da saúde<sup>51</sup>. Quanto aos dados de 2001 sobre Portugal, Vasco Prazeres (2004: 133) verifica que, entre os 15 e os 34 anos, a mortalidade masculina é 3,5 vezes superior à feminina.

Neste contexto, convém referir a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis, que entre os homens é bastante menor do que entre as mulheres<sup>52</sup>. Esta situação prejudica mais as mulheres – fisicamente mais susceptíveis a contrair estas doenças – quando não têm a capacidade de negociação sobre o uso de preservativo, como é o caso em meios de prostituição de rua ou em geral nas sociedades africanas. A agressividade e a violência são outros atributos da masculinidade hegemónica. Trata-se de violência contra mulheres, mas também de confrontos entre homens<sup>53</sup>. Estes actos de violência podem ter a forma dos duelos clássicos e de lutas com facas, comuns nalgumas sociedades, mas podem também decorrer sem violência física, como a troca de insultos, às vezes cantados<sup>54</sup>. Entre certos grupos de jovens de cor em bairros urbanos dos Estados Unidos existe o costume de *woofing* ou *playing the dozens*, a troca de provocações, por regra com referência ofensiva à mãe do adversário.

<sup>49</sup> Connell (1987, 1995); Vale de Almeida (1995: 149-155).

<sup>50</sup> Gallant (2000); Vale de Almeida (1995: 66).

<sup>51</sup> Laranjeira (2004); Martinho (2004); Ferreira (2003).

<sup>52</sup> Ferreira (2003: 44, 55-72); Santos (2004); Ribeiro *et al.* (2008).

<sup>53</sup> Ver, para uma abordagem histórica, Spierenburg (1998); Hearn (1998).

<sup>54</sup> Herzfeld (1985); ver também Brandes (1980: 75-114).

Efectivamente, grande parte dos insultos, ou dos motivos para a agressão física, alude ao comportamento sexual da esposa ou dos elementos femininos da família, o que põe em causa a honra individual e familiar, a ser defendida pelo homem. Outras ofensas também fazem parte do campo sexual: são expressões de dúvidas acerca da heterossexualidade do outro – o que é grave nesse ambiente, dado que a homofobia, às vezes bastante forte e violenta, faz parte da masculinidade hegemónica. Como Lopes (2005: 102-122) registou de forma pormenorizada, nos jogos de futebol, as agressões verbais do público contra o árbitro ou os jogadores têm, na sua maioria, estes mesmos pendores sexuais.

A ostentação da masculinidade acontece mais entre os pares. Em contraposição à interrogação de Freud “O que é que a mulher quer?”, Giddens (1992: 60) apontou: “O que querem os homens?” Num sentido a resposta tem sido clara e compreendida por ambos os sexos desde o século XIX até hoje. Os homens querem estatuto entre os outros homens, conferido pelos bens materiais e conjugado com os rituais da solidariedade masculina”. Desejar um estatuto acontece principalmente em contextos de jovens solteiros, como antigamente nos colégios masculinos, nas universidades, no exército<sup>[55]</sup>. Não obstante a feminização da universidade portuguesa, ainda existem fortes indícios da cultura masculina, como é o caso das praxes, bem assinalado por Estanque (2006).

Também certos cafés (tabernas) são terrenos masculinos, embora não de forma tão exclusiva como há algumas décadas, quando a americana Elizabeth Colman se admirava por ver nos cafés de Lisboa apenas homens<sup>[56]</sup>. Numa pesquisa recentemente efectuada por nós no interior rural de Portugal, um empresário duvidava dos efeitos da licença por paternidade: “[Os homens estão] sempre no bar. [...] São hábitos que adquirem ao longo dos anos e quando casam mantêm esses hábitos”<sup>[57]</sup>. E até os homens dos quais é sabido que dão uma mão no cuidar, cozinhar e limpar podem ser alvo de troças no café. Contudo, as aparências podem ser bem diferentes da realidade: “[O]s homens das classes populares tendem a afirmar discursivamente que dão menos poder às mulheres do que efectivamente

<sup>55</sup> Ver Estanque (1986); Carreiras (2004: 93-102).

<sup>56</sup> Citada em Vicente (2001: 244-245). O livro de Colman (*Portugal, wharf of Europe*) foi publicado em 1944. Faz também menção ao costume de as mulheres em Lisboa não poderem sair sozinhas: até as estudantes de Medicina eram acompanhadas para e da faculdade por uma *factotum* (criada). Evidentemente, no que se refere à classe média e alta: ver também Mónica (2005: 111).

<sup>57</sup> Trata-se do projecto *RoMann – O Papel dos Homens na Conciliação da Vida Familiar e Profissional em Pequenas e Médias Empresas* (2006). [Disponível em <http://www.project-ro-mann.eu/>].



lhes atribuem, enquanto os das classes médias e altas fazem precisamente o contrário” (Torres [2004: 139] citando William Goode). Esta afirmação é congruente com as constatações de Carla Melo (2006) sobre os homens que ajudam nas lides domésticas, mas “às escondidas” porque à noite têm que enfrentar os “compadres” no café.

Existe, especialmente entre os jovens, um espírito de competitividade, expresso no consumo de bebidas alcoólicas (de forma regular ou como *binge drinking*) e conversas sobre proezas sexuais. Espaços de homosociabilidade são também os estádios de futebol e os seus arredores (e os meios de transporte público utilizados pelos adeptos), que podem transformar-se facilmente num ambiente de *hooliganismo*, na sua essência um fenómeno masculino<sup>58</sup>. A “teatralização da virilidade” (Amâncio 2004b: 23) está bem patente nas despedidas de solteiro, cuja duração nos países do Noroeste da Europa já pode atingir vários dias. Hoje, estes *stag weekends*, (fins-de-semana de machos) são frequentemente festejados longe da área de residência, sendo que uma cidade como Riga acolhe semanalmente muitos milhares de jovens ingleses, embriagados, barulhentos e provocadores.

Os jovens aprendem os ideais da masculinidade na família e no grupo dos pares. Muitas culturas conhecem provas de iniciação como ritos de passagem para a idade adulta. No mundo moderno, as escolas e os Estados têm dado o seu contributo, como foi o caso na Grã-Bretanha, na época do colonialismo. Então, os rapazes deviam ser educados para o seu futuro papel ao serviço do Império, nas *public schools*, colégios de elite, num regime austero, frugal e com grande disciplina, onde a dureza e a resistência física eram salientadas<sup>59</sup>. A prática de desporto era essencial para o desenvolvimento da chamada *muscular Christianity* (“Cristandade musculada”), assim como a dedicação, de inspiração cristã (mormente protestante), “à saúde e à masculinidade” (Putney 2003). Já no século XX, e de forma diferente, na Alemanha nazi e na Itália fascista enfatizava-se também a masculinidade e a diferenciação entre homens e mulheres, tendo ambos os sexos a sua própria missão no Estado.

O desporto proporciona um ambiente favorável ao aperfeiçoamento e à ostentação de virtudes masculinas, em particular desde o surgimento do desporto moderno, na Inglaterra do século XIX, praticado em equipas masculinas. Era um ambiente de agressividade e de emoção, mas tinha regras que serviam principalmente para limitar a violência e seguir as orientações dos líderes (treinador, capitão de equipa, etc.). Assim, o desenvolvimento do

<sup>58</sup> Murphy, Williams e Dunning (1994); Marivoet (2002; 2006: 71-126); Schouten (2002).

<sup>59</sup> Kanitkar (1994); Spiers (2004).

desporto moderno andava em paralelo ao processo civilizacional, delineado por Elias (1989/90 [1939]), autor reconhecido – entre os seus outros méritos – como o grande impulsionador da Sociologia do Desporto.

Embora todas as modalidades, incluindo o boxe e o *American football*, hoje em dia tenham praticantes dos dois sexos, existem certos desportos com cunho explicitamente “masculino”, com destaque para o rãguebi. Na Nova Zelândia, onde o rãguebi é o desporto nacional, “um traço incontornável de viver” e “idioma partilhado de normalidade” (Park 2000: 445), este é considerado um “jogo de verdadeiros homens” (Pringle 2001: 425). Park define o homem neozelandês, ou seja, “the kiwi bloke”, como “heterossexual, agressivo, estóico, fisicamente forte e capaz e um bom companheiro (*homosocial*)” (Park 2000: 446). Jogar rãguebi, na Nova Zelândia, faz parte da masculinidade hegemónica e os não-praticantes são marginalizados. As mulheres eram, até há pouco tempo, excluídas desta actividade e afirmavam com vários graus de ironia que já tinham orgulho em lavar o equipamento desportivo dos seus maridos e filhos.

A Nova Zelândia, onde no desporto a masculinidade é muito valorizado e a dicotomia dos sexos é significativa, é todavia em questões de género um país de paradoxos. Ocupa um dos lugares mais favoráveis no Global Gender Gap Index (Índice global do fosso de género) e conhece uma história rica quanto à conquista de direitos das mulheres, nomeadamente a introdução cedo do voto feminino. Em 2001 os cinco cargos públicos mais importantes eram ocupados por mulheres<sup>60</sup>.

O futebol, na maioria dos países, é também considerado um desporto bastante masculino e a existência da masculinidade hegemónica depreende-se do facto de que entre os jogadores profissionais, mesmo na Holanda, não ter havido nenhuma (auto-)declaração de homossexualidade, mesmo em 2008<sup>61</sup>. O facto aparentemente curioso de que, nos Estados Unidos, o futebol (*soccer*) é visto como um desporto mais feminino explica-se por ser considerado mais “suave” do que, por exemplo, o *American football*. Nos países nórdicos, é o esqui todo-o-terreno que é encarado como masculino por excelência, pela sua identificação com capacidade de resistência e heroísmo (Rudie 1999). Mas esta modalidade individual também teve sempre praticantes femininas.

<sup>60</sup> James (2000). Contudo, as mulheres em questão foram bastante confrontadas com sexismo (“Tão bomo como se pode desejar” 2001). Alguns anos mais tarde, a maior parte destas funções foram de novo ocupadas por homens.

<sup>61</sup> Pesquisa pela NPS (Nederlands Public Station), televisão holandesa, na véspera do Euro 2008. Ver, sobre o futebol amador, o filme *All Stars* (1997, realizado por Jean van de Velde).

## **Masculinidades – diversidade e mudança**

Para além da masculinidade hegemónica existem formas alternativas de ser homem. Só para citar algumas: “Homossexuais, negros, asiáticos, judeus, anti-sexistas, homens que não gostam de desporto, homens pacifistas” (Whannel 1999: 253). E até rapazes que gostam de ler ou estudar não se enquadram no padrão<sup>62</sup>.

As normas de masculinidade ideal são diferentes conforme a cultura. No Sudeste Asiático, a execução de tarefas domésticas não é considerada como negação de masculinidade. As mulheres dos Ilocano (nas Filipinas) têm um papel de relevo na economia e “numa vila, as mulheres apontaram pelo menos quinze *housebands* – “maridos domesticados” – que ficavam em casa e realizavam a maior parte das tarefas domésticas, enquanto as suas mulheres ganhavam o dinheiro” (Margold 1995: 281-282).

É hoje mais visível e aceite a diversidade de “masculinidades”. Nas revistas masculinas (para o segmento superior do mercado) *FHM*, *MaxMen* e *Men’s Health*, aparecem não apenas as beldades femininas, mas também artigos sobre culinária e educação dos filhos (Melo 2006: 71-75). Através das mudanças sociais, visíveis nas relações dentro da família e entre os sexos, na individualização crescente e na atenuação de autoridade, surgem novas formas de masculinidade.

Não faltam as vozes alarmistas perante o que é chamado de “feminização” da sociedade e dos próprios homens. Não é novidade: pensava-se assim já nos Estados Unidos há um século, quando, com a “conquista” do Far West, o derradeiro desafio dos homens parecia ter-se desvanecido, e a urbanização, o trabalho cada vez mais sedentário e a imigração de grupos não-protestantes fizeram afigurar uma “domesticação” da sociedade. Foi neste clima que as autoridades (em particular o presidente Theodore Roosevelt) estimularam o desenvolvimento de desportos “duros” como o *American football*, o basebol e a introdução de mitos modernos como aqueles dos *cowboys*. Uma “crise da masculinidade” foi notável em todo o mundo ocidental nessa época (Badinter 1993 [1992]: 29-39), em que as mulheres começavam a gozar de mais direitos e a participar no mercado de trabalho.

Portanto, o período actual não é tão especial como proclama Harvey Mansfield, que no livro *Manliness* (2006) advoga um retorno aos “antigos valores masculinos”. Ideias semelhantes também já foram pronunciadas nos anos 80 e 90 do século passado, por entre outros Robert Bly, que defende uma maior participação de pais (homens) na educação dos filhos (rapazes)

<sup>62</sup> Whannel (1999: 255); Barbosa (2004: 152-153, 161).

para os tornar mais “masculinos”. O *Men’s Movement* na Inglaterra lamentava a redução dos privilégios masculinos e a sobrevalorização de características femininas, num panorama de oposição exclusiva. MacInnes (1998: 47) reproduz as queixas dos homens em questão do seguinte modo: “Aquilo que em tempos era reivindicado como sendo as maiores virtudes (heroísmo, independência, coragem, força, racionalidade, vontade, integridade, virilidade) tornou-se um conjunto de vícios masculinos (abuso, agressão destrutiva, frieza, desarticulação emocional, desprendimento, isolamento, incapacidade de ser flexível, de comunicar, de criar empatia, de ser suave, de ser encorajador ou de valorizar a vida)”<sup>63</sup>. Será verdade?

É possível que a crescente incerteza de alguns homens tenha as suas causas na “emancipação” das mulheres, como já foi afirmado sobre a Austrália, onde a socialização para atitudes “masculinas” tem persistido enquanto as mulheres se tornaram mais autónomas. Há autores que encontram nesta “crise” um dos motivos do turismo sexual australiano para o Sudeste Asiático, já que os homens descobrem nessa zona a feminilidade submissa que procuram, ou “o paraíso perdido da sensualidade natural” (Kruhse-MountBurton 1995: 196).

Estudos explicitamente sobre os homens começavam a ser realizados nos anos 70. Joseph Pleck e Jack Sawyer organizaram, em 1974, o livro *Men and Masculinities* e Stanley Brandes realizou um estudo antropológico sobre masculinidade na Andaluzia (1980). Menção merecem também Badinter (1993), Connell (1995), Amâncio (1994) e Vale de Almeida (1995), com perspectivas de áreas científicas diferentes. Recentemente, muitas pesquisas foram levadas a cabo; quanto a Portugal, algumas destas foram apresentadas no livro organizado por Lúcia Amâncio (2004), enquanto nos países nórdicos (onde provavelmente se efectuou a maior modificação nos papéis de género do século XX) foram publicados os volumes *Moulding Masculinities* (Ervø e Johansson 2003a, 2003b).

Estudos com ênfase no papel do homem na família foram realizados, entre outros, no projecto *A vida familiar no masculino: novos papéis, novas identidades*, coordenado por Karin Wall (com resultados apresentados em 2007) e, na Holanda no projecto *Working fathers, caring men* (Duyvendak e Stavenuiter 2004).

<sup>63</sup> Tradução nossa.

## CAPÍTULO 3

### Maternidade e paternidade

A maternidade é importante na vida de todas as mulheres, quer desejem ou não serem mães, porque as mulheres definem-se em termos da sua relação com a maternidade.

*Ann Woollett*

Se os homens têm o controlo político nos assuntos públicos da sociedade, há sempre um poder – o maior de todos – que permanece misterioso e para além do seu controlo: o poder da própria vida, o de dar à luz.

*Roger Keesing, com referência a Sherry Ortner (1974)*

#### Introdução

A principal diferença biológica entre homens e mulheres assenta nas funções reprodutoras, base de uma série de representações e práticas sociais importantes. Maternidade e paternidade não são apenas conceitos biológicos, como têm também fortes dimensões sociais e simbólicas. Ser mãe ou pai indica a relação com um outro, o filho, e, além disso, envolve um leque extenso de tarefas e responsabilidades, durante muitos anos. Na maior parte das sociedades, o tempo, os recursos materiais e as emoções que os pais investem nos filhos têm crescido de forma significativa nas décadas recentes<sup>[1]</sup>. Ulrich Beck assinala o sentimento predominante no mundo ocidental de que um filho dá alegria e uma vida com mais variedade, numa época de desencantamento e individualização. Ter filhos é, então, um “tipo privado de reencantamento”; daí que se assista a uma “afeição excessiva pelas crianças”<sup>[2]</sup>.

O papel da mãe é mais exigente do que o do pai, claramente no aspecto biológico, mas também em termos de actividade. Não é por acaso que na língua

<sup>1</sup> Gershunye Jones (1987: 26); *Tijdbestedingsonderzoek 1975-2005* (Den Haag: Sociaal-Cultureel Planbureau 2006). Knijn (1998) fala da “emocionalização da parentalidade”.

<sup>2</sup> Beck (1992: 118-119); ver também Roussel (1989); Crompton e Lyonette (2007); Wall (2005). Segundo o estudo europeu *International Social Survey Programme* (ISSP), 96,4% dos portugueses subscrevem que “ver os filhos crescer é a maior alegria da vida” e 62,1% acham que as pessoas sem filhos têm vida vazia, o que é mais do que noutros países. Contudo, a ideia de que os filhos dão sentido à vida é uma opinião partilhada por muitos europeus, especialmente os que têm habilitações reduzidas, como revela um estudo suíço, mais antigo, enunciada por Beck-Gernsheim (1990: 141).

inglesa o verbo “to mother” designa cuidar, não só dos próprios filhos como de outras pessoas, enquanto “to father” até muito recentemente apenas referia o papel do homem na concepção da criança.

A maternidade é complexa, como conceito e como condição, já que interferem factores fundamentais de biologia, de identidade e de poder. É por isso que neste capítulo a atenção conferida às mães é bastante superior àquela dada aos pais. Para mostrar a variedade de relações entre biologia reprodutora e práticas sociais serão apresentados exemplos de sociedades diversas, seja no tempo, seja no espaço.

### **Maternidade: vocação ou destino?**

Investigações recentes entre raparigas adolescentes em Portugal indicaram que para a maior parte delas a maternidade constitui um elemento essencial do seu projecto para o futuro e que “a maternalização da identidade parece (...) entrar em cena antes da sua conjugalização” (Almeida *et al.* 2004: 181-182). Essa opção é, na nossa visão, fruto do ambiente social ou, como afirmou Chodorow (1978: 22), “parte do desejo de ser feminina, que as crianças criam em idade precoce”. Em Portugal, a maternidade é considerada, implicitamente ou explicitamente, como o destino esperado da mulher, condição que não raras vezes marca a transição para o estatuto de adulta. O carácter normativo da maternidade está hoje em dia em declínio, mas, ao mesmo tempo, desenvolveram-se mecanismos para o seu reforço, nomeadamente as possibilidades de reprodução medicamente assistida, largamente publicitadas nos média<sup>3</sup>.

Uma mulher sem filhos não segue o padrão e até há pouco tempo aquelas que, embora casadas, conscientemente optavam por uma vida sem descendentes estavam sujeitas a acusações de egoísmo, ou até a uma rotulagem de neuróticas, como aconteceu em meados do século XX, especialmente nos EUA sob a influência das teorias freudianas. Hoje em dia, no mundo ocidental, a opção de não ter filhos já está mais vulgarizada, uma opção muitas vezes inspirada por razões que, longe de egoístas, são de responsabilidade e de amor pelas crianças em geral, porque os casais consideram que não reúnem as condições – inclusive económicas – para serem bons pais. Ou, como

<sup>3</sup> Augusto (2004: 35-82). Parte das mulheres entrevistadas na pesquisa da equipa de Ana Nunes de Almeida enunciou como primeira razão para desejar ter um filho tornar a família mais completa, embora também outras razões tenham sido mencionadas, tais como a transmissão da vida, o orgulho de ser mulher (Almeida *et al.* 2004: 180-195). Mas é uma pergunta a que muitas não podem dar resposta, já que, pela sua socialização, as mulheres “chegaram a equiparar feminilidade com casamento e maternidade” (Phoenix 1991: 383).

Beck-Gernsheim (1990: 143-144) refere, com referência a um livro de outros autores, “Kinderlos aus Verantwortung” e mesmo “aus Liebe zum Kind” (“sem filhos por responsabilidade” e “por amor à criança”).

Situação bem diferente é aquela das mulheres que, por razões biológicas, não podem ter filhos ou cujos filhos não sobrevivem à primeira infância<sup>[4]</sup>. A não-concretização do papel para que foram socializadas pode provocar sentimentos de desgosto, luto, raiva e autculpabilização<sup>[5]</sup>. Podem ser confrontadas com estigmatização e boatos acerca das causas da esterilidade<sup>[6]</sup>. O motivo da infertilidade de um casal é procurado, por regra, em primeiro lugar na mulher, também nas sociedades modernas, presumivelmente bem informadas. Mesmo os profissionais de medicina tendem a começar os exames e tratamentos de infertilidade com as mulheres<sup>[7]</sup>. Uma parte das mulheres antes consideradas estéreis tem agora, graças ao avanço da ciência, a possibilidade de engravidar, mas esta feliz oportunidade tem tido como consequência um aumento de pressão sobre os casais que não conseguem ter filhos. A infecundidade, há uma geração uma condição ou um destino, é agora uma patologia que deve ser tratada por profissionais (Augusto 2004).

## **A maternidade como processo somático**

Em muitas culturas existe a crença de que é o pai que tem um papel predominante na concepção<sup>[8]</sup>. Segundo a tradição judaico-cristã, no esperma já se encontrava o embrião num formato minúsculo e este precisava de um ambiente fecundo, o útero, para se desenvolver. Por outro lado, alguns antro-

<sup>4</sup> Ou cujos filhos morrem durante a gravidez ou na primeira infância. Em várias sociedades, uma mulher apenas com filhas também é rotulada como “estéril” (Croll 2000: 91, 93; Ali 2004).

<sup>5</sup> Para além disso, pode originar a rejeição pelo marido. Sobre os homens e os seus desejos de ser pai em Portugal, ver as pesquisas e entrevistas realizadas nos anos 2004-2005 no projecto “A vida familiar no masculino” (coordenado por Karin Wall), analisadas, em especial, por Vanessa Cunha.

<sup>6</sup> Ver os exemplos do século XIX, citados por Liberato (2002: 91). Hoje em dia, são apontados factores como um estilo de vida hedonista ou o desejo das mulheres de seguir uma carreira profissional (Augusto 2004: 56-57). Na minha pesquisa numa zona rural da Indonésia, acerca de diversas mulheres sem filhos foram feitas alusões a uma vida sexualmente desviante antes do casamento.

<sup>7</sup> Nos Estados Unidos, uma enfermeira comentou que, uma vez que “os homens são o sexo frágil”, deviam ser poupados a intervenções médicas como estas (in Miller 2007).

<sup>8</sup> Mesmo o processo de dar à luz nem sempre é considerado do domínio exclusivo da mulher, como mostra o costume de *couvade*, existente em várias culturas. O marido da grávida deve respeitar tabus alimentares, modificar os seus hábitos do dia-a-dia e, nalguns casos, sujeitar-se a seclusão durante o parto e no pós-parto. Durante o parto, o marido manifesta por gestos e gritos sinais de dor, como se fosse ele a parir, e a comunidade dá mais atenção a ele do que à sua esposa (Paige e Paige em Moore 1988: 29; Niehof 1994: 14).

pólogos têm feito pesquisas em sociedades que não reconhecem o papel biológico do homem, entre elas alguns povos de aborígenes na Austrália e, mais famosos, os trobriand, estudados por Bronislaw Malinowski. No entanto, as conclusões de Malinowski nesta matéria têm sido fortemente contestadas<sup>9</sup>. A comprovação científica, no século XIX, do contributo do óvulo, ou seja, da substância feminina, na constituição de uma gravidez, abalou gravemente tudo o que era defendido até então (Stonehouse 1999). Vários cientistas contornaram as novas descobertas sobre a reprodução humana para que persistisse uma justificação biológica da posição subalterna da mulher. Por exemplo, as raparigas seriam concebidas no início da ovulação e, por isso, o embrião feminino teria um desenvolvimento incompleto. Este manifestar-se-ia nas mulheres numa hiper-sensibilidade e inteligência inferior, entre outros (Vaquinhas 2000b: 22-23).

Sendo a gravidez um período de risco para a mulher e a criança<sup>10</sup>, em quase todas as culturas devem ser respeitadas regras, tabus e rituais, mormente na altura do parto, a fase crítica e potencialmente letal<sup>11</sup>. No Sudeste Asiático é comum “aliciar” a criança com uma cantiga prometendo prendas, às vezes já determinada conforme o sexo – ainda não conhecido –, por exemplo entre os Atta, caçadores/recolectores das Filipinas: “Se rapaz tu, há caixa tua, há arco, há flechas (...) Se és um rapaz, tens uma caixa com roupas, arcos e setas (...) Se rapariga tu, há panela tua, há colher (...) Se és uma rapariga, temos uma panela e uma colher para ti (...)”<sup>12</sup>. Hábitos portugueses para facilitar o parto são o tocar do sino, o uso de fitas vermelhas e rezas especiais<sup>13</sup>.

Os especialistas no acompanhamento do parto nas sociedades pré-modernas são, geralmente, mulheres. Elas são vocacionadas para tal pela sua própria (porventura, múltipla) experiência de parturiente, ou por uma tradição familiar, ou, ainda, por um chamamento sobrenatural, como, por exemplo, num sonho<sup>14</sup>. Muitas dessas parteiras tradicionais têm perícia na massagem e manipulação do feto, enquanto noutras culturas elas se limitam a rezar e efectuar certos rituais. O seu estatuto varia, mas em geral é elevado: a

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Pulman (2002).

<sup>10</sup> “Mulher grávida tem sempre um pé na cova” é um provérbio do Sudoeste da França citado por Joaquim (2006: 31).

<sup>11</sup> Joaquim (1983); Joaquim (2006: 11-46); Nunes (1997: 106-108).

<sup>12</sup> Marques Guedes (1996: 87). Muito semelhantes são as palavras utilizados nessas circunstâncias pelos habitantes do Sudeste Sulawesi, registadas por Van der Klift-Snijder (1995 [1958]: 76).

<sup>13</sup> Joaquim (1983: 73-78). Ver, por outro lado, Namora (1978: 219-229) para as condições insalubres em que as mulheres “do povo”, na Beira Interior, há poucas décadas, davam à luz. Comparar com Nunes (1997: 106-112), sobre Trás-os-Montes.

<sup>14</sup> Ver o exemplo de Niehof (2006). O fenómeno de parteiras no masculino é mais raro.



denominação *vroedvrouw* (parteira) para esta profissão na Holanda, e a de *sage-femme* em França significam “mulher sábia” e datam do período em que a assistência a partos por parte de médicos homens era feita apenas em casos excepcionais<sup>15</sup>. Por outro lado, em boa parte da Índia as parteiras (*dai* ou *dayan*), exercendo a sua actividade num meio tido como altamente poluente, pertencem às castas inferiores ou *dalit*<sup>16</sup>. Sendo frequentemente elas o “bode expiatório” se a criança é uma rapariga em vez do tão esperado filho varão, a sua remuneração, já parca, nesse caso diminui ainda mais (Croll 2000: 97-98). É provável que nesses circunstâncias a *dai* se preocupe pouco com os cuidados pós-natais, o que será uma das numerosas causas para a morte prematura de muitas raparigas na Índia. As vítimas de infanticídio feminino – activo ou por negligência – praticado em várias zonas do mundo foram chamadas de “mulheres perdidas” por Amartya Sen, que calculou o seu número, em 1992, em cem milhões<sup>17</sup>.

Quanto às mães, os partos difíceis podem pôr em causa a sua saúde e vida, mas também, nalgumas culturas, o seu bom nome. Entre os sarakatsani do Norte da Grécia onde o código de conduta feminina é de modéstia e autocontrolo, era de evitar que alguém “de fora” ouvisse a parturiente gemer, porque podia ser interpretado como sinal de desinibição que, na ideia “dos outros”, também se devia aplicar à sua vida e apetite sexual<sup>18</sup>. Outras sociedades atribuem um parto custoso a uma pressuposta transgressão das normas sexuais por parte da mulher, também frequentemente apontada como causa de eventuais deficiências do recém-nascido (Rich 1977: 158). Segundo Jorge Dias e Margot Dias (1970: 149-150), entre os macondes de Moçambique uma parturiente angustiada devia mencionar os nomes dos seus parceiros sexuais. O último a ser referido antes da expulsão era considerado o pai da criança. De referir que fortes dores menstruais ou dismenorreia também às vezes são explicadas pela “má conduta moral da mulher”. Era uma etiologia também comum no mundo ocidental e em meios científicos, por exemplo

<sup>15</sup> Por exemplo, só os cirurgiões, em casos em que o parto não poderia terminar de modo normal, praticavam embriotomia.

<sup>16</sup> A parturiente encontra-se num estado de alta poluição, ver Perez (1994: 124-130); Perez (1996: 46-47). Sobre os costumes à volta do parto na Ásia do Sul e Sudeste, ver Rozario e Samuel (2002).

<sup>17</sup> O infanticídio feminino tem diminuído recentemente, porque, empregando as novas tecnologias capazes de determinar o sexo do feto, muitos pais na Índia têm recorrido ao aborto no caso de se verificar que a criança é rapariga (Sen 1992; Sen 2003; Croll 2000). O enorme desequilíbrio numérico entre homens e mulheres na sociedade prejudica e prejudicará bastante as mulheres, e também os homens, como já foi indicado em 2003 no filme *Matrubhoomi: A nation without women* (com realização de Manish Jha).

<sup>18</sup> Campbell (1974: 289). Em relação a algumas outras sociedades, ver Rich (1977: 151).

no Portugal do início do século XX, quando tratados médicos apontaram a frequência de festas e a prática de desporto como algumas causas dessas maleitas (Barreira 1991: 289).

A evolução da obstetrícia nos séculos XVIII e XIX, assumindo o estatuto de uma ciência com tecnologia específica, significava a apropriação desta área por homens (cf. Schlumbohm 2002-03). Este processo já se tinha iniciado nos finais do século XVII, quando as classes altas em França começavam a recorrer a *accoucheurs* (Rich 1977: 129-130). Gravidez e parto foram medicalizados<sup>[19]</sup> e considerava-se que as mulheres deviam sujeitar-se ao “olhar obstétrico”<sup>[20]</sup>, numa posição deitada, que sublinhava a sua passividade e dependência do homem-clínico. Feministas como Adrienne Rich interpretaram esse desenvolvimento como estratégia dos homens para se apoderarem do processo de dar à luz, unicamente feminino, ou até como forma de compensar a sua alienação da reprodução.

Essas críticas não podem ser proferidas sem reconhecer a melhoria da saúde maternal e infantil que os avanços na ciência médica trouxeram. No entanto, o estado da saúde reprodutora nos países no chamado Terceiro Mundo continua a ser preocupante. Ainda em 2007, a cada minuto, algures no mundo, uma mulher sucumbia às complicações da gravidez ou do parto e 90% destas mortes ocorriam em países em vias de desenvolvimento<sup>[21]</sup>. A diminuição substancial do número destes óbitos e a melhoria da saúde materna é um dos oito objectivos do milénio das Nações Unidas, mas é precisamente aquele que nos anos iniciais menos resultados apresenta. A mortalidade materna tem-se mantido no mesmo nível, embora o objectivo seja de reduzir o número de mortos em 75% entre 1990 e 2015. Falecimentos por causas relacionadas com a gravidez – hemorragias, infecções, hipertensão, obstrução, aborto provocado em condições inseguras – em muitos casos podiam ser evitados se houvesse melhores condições de transporte e de fornecimento de medicamentos (Lane e Cibula 2000). A prática de mutilação genital feminina (FGM), a violência sexual e outros factores como a sida intensificam a miséria<sup>[22]</sup>.

<sup>19</sup> Por medicalização entende-se o processo de considerar fenómenos, antes entendidos como “fazendo parte da vida”, como factores de risco que exigem intervenção médica. Medicalização quer quase sempre dizer masculinização.

<sup>20</sup> Uma variação ao conceito de Foucault “olhar médico”.

<sup>21</sup> Thoraya Obaid, directora da UNFPA – Organização das Nações Unidas para a População, relatório de Abril de 2007; ver “Abortion and the law” (2007).

<sup>22</sup> Refira-se que um dos pretextos invocados na Minahasa (Indonésia) para melhorar a saúde reprodutora, citado em tom de brincadeira, será a diminuição do número de *pontianaks*, espíritos das mulheres que morrem na gravidez ou no parto. Acredita-se que estes espíritos vagueiam pela região, com a intenção de “assaltar” os homens (já que foi na relação com estes que a gravidez começou) (Schouten 1998: 111, 233-234; Schwarz 1907: 160-161).

A amamentação é outro estádio do laço somático entre mãe e filho/a, importante para a sobrevivência deste/a<sup>[23]</sup>. Em muitas culturas existe a convicção de que isso reforça o relacionamento parental. Em alternativa, no caso da amamentação por outra mulher, está bastante divulgada a crença de que esse acto cria um laço “extra” de parentesco. Apresentamos dois exemplos: Na Minahasa (região no Nordeste da Indonésia), as mulheres frequentemente tomam conta dos bebés das vizinhas e, quando necessário e possível, amamentam a criança. Porém, este acto só pode ser realizado por mães de raparigas, no caso de o bebé ser do sexo feminino, e mães de rapazes, no caso de o bebé ser do sexo masculino. Esta proscricção elimina a possibilidade futura de incesto, já que para os Minahasa, crianças amamentadas pela mesma mulher são consideradas parentes<sup>[24]</sup>.

O outro exemplo vem do Estado da Índia português, onde alguns dos mestiços (fruto de relações entre portugueses e indianos) afirmavam que efectivamente eram “de pura descendência europeia” e que a cor mais escura da sua pele não era herdada dos seus pais, mas que, “na sua infância, tinham sido aleitados por *ayhas* indianas, o que era suficiente para contaminar o seu sangue e o seu carácter para o resto das suas vidas”<sup>[25]</sup>. Segundo este discurso, uma mulher, não sendo a mãe, transfere pela amamentação a sua cor da pele à criança.

## **Reflexões sobre o “instinto” maternal**

O intenso laço emocional entre mãe e filho é muitas vezes explicado através de um suposto instinto maternal, próprio das mulheres. Em contrapartida, Simone de Beauvoir e outros autores de várias áreas científicas têm argumentado que o amor materno é socialmente construído. Na sua obra *L'Amour en plus* (1980), Elisabeth Badinter apresenta exemplos de indiferença de mães perante os seus bebés, em especial o costume nas classes abastadas na França do século XVIII de mandar os recém-nascidos para amas-de-leite na província, onde ficavam durante vários anos, se sobrevivessem. Esta prática de “pôr na ama” e o aparente desprendimento emocional entre mãe e bebé foram também analisados por Flandrin (1991: 212-216) e por Donzelot (1979). Recorrer a uma ama-de-leite, que coabitava ou não com a família,

<sup>23</sup> Uma das razões da elevada mortalidade infantil feminina na Índia deve-se ao facto de a mãe, perturbada pelo nascimento de (mais) uma menina, não querer ou não poder dar o leite suficiente (Miller 1997 [1987]).

<sup>24</sup> Sobre a ilha de Madura, cf. Niehof (1985: 241).

<sup>25</sup> Boxer (1988 [1963]: 67). Cf. o discurso reproduzido em Bastos (2001).

foi uma prática comum durante muitos séculos em grande parte da Europa nos grupos remediados. A maternidade e a amamentação eram encaradas como funções distintas e a carga de mulheres de classes diferentes. A amamentação materna, se não era censurada, era vista como sendo um grande sacrifício da mãe (Rackin 2005: 125-129).

Por outro lado, como já constatado, nalgumas culturas considera-se que uma mulher, pela amamentação de um filho de outra pode criar laços biológicos com este. A “maternidade biológica” é efectivamente definida por vários factores, e nas culturas ocidentais esta definição tem-se tornado cada vez mais complicada. Novas técnicas permitem a desarticulação entre concepção e gestação e, nalguns casos, a mulher que engravida com os ovócitos de uma outra será considerada a mãe biológica, noutros será a mulher que recorre a uma mãe de substituição. É uma situação pouco clara, que gera iniciativas de “bricolagem” das representações de paternidade e maternidade e sobre a qual os vários países mostram divergências na sua jurisprudência, em construção e reconstrução<sup>[26]</sup>.

É de assinalar que as mulheres que passam por uma gravidez e um parto em prol de outras mulheres, em geral pertencem a uma classe mais baixa, apresentando um paralelo com as amas na história europeia, acima referidas. São conhecidos numerosos casos – eticamente duvidosos – de *pregnancy outsourcing*, em que mulheres de países pobres (da Índia e do Leste da Europa nomeadamente) são pagas para terem uma gravidez de um filho que geneticamente não é o seu, e que devem, por contrato, ceder depois do parto.

Neste caso, está presente o pressuposto de que o laço entre uma mulher e a criança que ela deu à luz pode ser quebrado sem grandes problemas, o que nos leva a colocar mais um ponto de interrogação quanto à essência de um instinto maternal<sup>[27]</sup>. Tudo aponta para que a chamada “essência” seja definida em função das ideias e dos interesses dos envolvidos.

Quanto ao pressuposto de um amor materno biologicamente induzido, consideremos ainda que o infanticídio (activo ou por negligência) é frequentemente executado pela própria mãe. Na história da Europa, apesar de severamente punido, “o infanticídio levado a cabo pela mãe era o crime mais comum na Europa Ocidental desde a Idade Média até ao século XVIII”<sup>[28]</sup>.

<sup>26</sup> Delaisi de Parseval e Collard (2007). Na Inglaterra, um dos factores a serem considerados pelos tribunais para atribuir e reconhecer a maternidade é a “intencionalidade”, ou seja, o desejo e o projecto de ser mãe. Ver Strathern (1991).

<sup>27</sup> Ver também Levine (2003).

<sup>28</sup> Rich (1977 [1976]: 264), citando Oscar Werner. Ver também Hufton (1974); Muchembled (2007).

Quase sempre essas mães pertenciam aos grupos menos favorecidos e frequentemente eram vítimas de violação. Outra prática era o abandono dos filhos, tão comum, que a partir da Idade Média as “rodas dos expostos” foram instituídas<sup>[29]</sup>.

Contudo, filhos permanentes na família de origem não têm necessariamente laços intensos com a mãe. Na Inglaterra, em famílias aristocráticas e endinheiradas, os filhos passavam quase todo o tempo com as amas (*nannies*), na *nursery* ou divisão para as crianças, às vezes uma ala à parte, aonde os pais raramente ou nunca se deslocavam<sup>[30]</sup>. Em famílias de poucos recursos, avós e irmãos mais velhos tomavam conta dos pequenos, enquanto a mãe trabalhava, tendo-se intensificado esta situação com a industrialização, que implicava a separação espacial e temporal entre trabalho e lar. Deve ser lembrado que laços de parentesco são em primeiro lugar laços sociais, com expressão forte nas práticas de adoção em que pode crescer uma grande afectividade entre mães/pais e filhos.

A atitude em relação aos filhos é diversa, conforme a cultura. Na Minahasa, as crianças pequenas são muito mimadas, acarinhadas e raramente os seus desejos são recusados. Não são apenas as mães e os pais que dão esses mimos, mas também os demais familiares e vizinhos, onde as crianças e jovens passam com frequência a noite, podendo ficar dias ou até meses seguidos. A postura em relação às crianças muda radicalmente quando estas têm cinco ou seis anos: tornam-se uma espécie de “criados”, constantemente mandados para executar biscates.

DeLoache e Gottlieb (2000) comparam, de uma forma original, sete culturas e as suas normas relativamente ao cuidar das crianças. É um complemento precioso aos estudos históricos sobre o mundo ocidental, dos quais o autor de referência é Philippe Ariès (1973). A diversidade entre culturas e entre épocas históricas, a este respeito, sublinha que o afecto materno é um sentimento que é aprendido<sup>[31]</sup> e pode ser expresso de formas diversas. Coloca dúvidas em relação à teoria de *attachment*, desenvolvida pelo psicanalítico John Bowlby, que estudou, pouco depois da Segunda Guerra Mundial, a influência da privação materna nas vidas das crianças. Concluiu que as crianças na idade pré-escolar precisam permanentemente da sua mãe e opôs-se por isso a instituições como creches e infantários. Bowlby tem tido uma influência enorme até hoje, por exemplo, no debate sobre se é desejável que

<sup>29</sup> Sá (1992). As candidatas a ama-de-leite às vezes deixavam os seus próprios filhos na roda.

<sup>30</sup> Relatos dessas práticas estão em Raverat (1981 [1952]) e nos livros de Nancy Mitford.

<sup>31</sup> Sobre a influência das hormonas oxitocina e prolactina na mobilização de emoções maternas, as opiniões são divergentes.

uma mãe de filhos pequenos se retire por alguns anos do mercado de trabalho, para estar junto dos filhos. A popularidade das suas teorias tem oscilado ao sabor das conjunturas, e tem dependido muito do contexto social.

A observação de outras realidades pode ser elucidativa, ou, como Martha Nussbaum (1999: 15) referiu: “Um dividendo ganho do pensamento internacional acerca do feminismo é aquele que acaba por ver as diversas maneiras pelas quais as crianças têm sido cuidadas com bons resultados.” Lancy (2007) compara relatos de antropólogos sobre as formas e a intensidade de interacção entre mães e filhos. Constatou que em poucas sociedades as mães brincam com os filhos, com excepção relevante dos inuit, provavelmente porque o clima ártico obriga a família a reunir-se, durante vários meses, num espaço pequeno. Regista-se entre os gusii (no Quénia) o grande empenho das mães na sobrevivência e bem-estar dos seus bebés; no entanto, não há demonstrações verbais e faciais de afecto. É bem diferente da convicção nas classes médias dos Estados Unidos de que uma mãe deve constantemente estimular os filhos (Hewlett 2002: 276-278). Nas tribos de colectores/caçadores, por norma todo o bando participa nos cuidados dos pequenos. Nestes grupos as crianças são pouco numerosas em comparação com as sociedades agrárias, onde as mães deixam os bebés aos cuidados de terceiros, especialmente em África. Convém lembrar a importância da força de trabalho destas mulheres, como diz Lancy (2007: 276): “Mães cuidadoras são (...) tipicamente os membros mais produtivos da sociedade”.

Contudo, os dados empíricos não são suficientes para desenraizar preconceitos. A existência dum instinto maternal é o pilar do maternalismo, que é a crença de que à mulher é inerente a inclinação para “cuidar” do seu filho, mas também dos outros que precisam de atenção especial. Por este motivo, seria “natural” que as tarefas e profissões que envolvessem o prestar de cuidados fossem atribuídas a mulheres. Ainda na visão maternalista, será possível e aconselhável para as mulheres sem filhos exercerem uma “maternidade social”<sup>[32]</sup>, dedicando-se a actividades caritativas ou religiosas e/ou exercer profissões como professora primária e enfermeira<sup>[33]</sup>, ou seja, actividades que envolvam o cuidar dos outros.

<sup>32</sup> À feminista britânica Josephine Butler é atribuída a criação deste termo e o seu significado, na segunda metade do século XIX (De Vries 1997: 121)

<sup>33</sup> A médica escolástica Gracias invocou o seu género na justificação para a sua escolha de estudar a lepra; cruzando-se, na Índia Portuguesa, com pessoas com essa patologia “o meu coração de mulher não podia ser indiferente à sua sorte” (Gracias 1934: 17).

## A responsabilização da mãe

No século XIX, sob influência do movimento higienista, os governos de muitos países realizaram campanhas de vacinação e saneamento público<sup>[34]</sup>, mas também implementaram legislação para a protecção de crianças e mães trabalhadoras. Estas acções eram, em parte, inspiradas pelo nacionalismo e pelo objectivo de tornar um povo forte. “Do ponto de vista do darwinismo social, os grandes males sociais do industrialismo e do mega-urbanismo, a cuja expansão explosiva se assiste no dobrar do século XIX para o XX, caem sobre a figura da degenerescência biológica, que faz escola por essa época. As políticas eugenistas assumidas pelo estado, impedindo a reprodução de elementos degenerados da população, deveriam libertar as gerações futuras da proliferação de elementos indesejáveis” (Cascais 2001: 318, nota 20). Os flagelos da tuberculose, do alcoolismo e das doenças venéreas debilitaram o povo e fizeram prever o pior para as gerações posteriores, segundo os aderentes da ideia lamarckiana, que acreditava na transmissão aos descendentes de características adquiridas<sup>[35]</sup>.

Círculos médicos, filantrópicos e políticos apontaram como causas da mortalidade infantil e da condição débil dos recrutas a falta de cuidados regulares da mãe operária para com os filhos, a alimentação insuficiente e as habitações exíguas, mal arejadas e pouco acolhedoras. A culpa não era atribuída tanto às condições de pobreza, mas às mulheres, que mostravam “uma maternidade inadequada, ignorante e fútil”<sup>[36]</sup>, comportamento acompanhado por uma “falta de afeto pelos seus filhos”<sup>[37]</sup>. Nas chamadas *mothercraft campaigns* (campanhas de puericultura), executadas em larga parte por mulheres da classe média e média-alta num regime de voluntariado, foram visitadas e inspeccionadas habitações e as mães foram instruídas acerca da gestão da casa e as vantagens da amamentação<sup>[38]</sup>. O mesmo aconteceu, em pequena escala, em Portugal, com o apoio da Rainha Dona Amélia e com papel de destaque da escritora Ana de Castro Osório e da médica Domitila de Carvalho. No entanto, o “preceito” dirigido às mulheres das classes operárias, que deveriam dedicar mais tempo aos filhos e ao lar

<sup>34</sup> Ver para Portugal: Crespo (1990); Maia (2000).

<sup>35</sup> Vaquinhas (1992); Bossenbroek e Kompagnie (1998: 20).

<sup>36</sup> George Newman, Medical Officer to the Board of Education (1907-1918), citado por Porter (1999: 178).

<sup>37</sup> K. Pearson, citado por Porter (1999: 179); Manderson (1996: 222).

<sup>38</sup> Para França, Donzelot (1979: 42-43) descreve como os higienistas tentaram mudar as condições das casas pobres, húmidas e, segundo a sua perspectiva, desorganizadas.

era irrealista, tendo em consideração os seus baixos rendimentos, a falta de tempo e a subnutrição que prejudicava a amamentação<sup>[39]</sup>.

Também as mulheres em terras longínquas, sob influência dos poderes coloniais, deviam ter formação em *mothercraft* (ou puericultura), parte da “missão civilizadora” que os povos europeus alegavam ter de cumprir. Foram principalmente os missionários e as missionárias cristãos que se empenharam na “disciplinação do amor maternal”, já que as práticas, por exemplo, nas Novas Hebrides (hoje Vanuatu) e Fiji, eram percebidas como insuficientes, indulgentes e carecendo de *attachment* (vínculo) entre mãe e filho<sup>[40]</sup>. Nos relatórios dos missionários na Minahasa também não faltaram críticas ao tratamento das crianças que era habitual nessa cultura<sup>[41]</sup>. Contudo, tal desencontro entre culturas não é coisa do passado e também dentro do mundo ocidental existem ideias divergentes sobre o relacionamento ideal entre mães e filhos.

No século XIX, o papel da mãe como educadora foi reforçado e idealizado. A ideia emanou da Época das Luzes, quando também em Portugal, por exemplo, Ribeiro Sanches preconizou a fundação de uma escola especial para as raparigas das classes elevadas, nas quais aprenderiam tópicos úteis para futuras mães e esposas (Joaquim 1997: 39). A instrução para raparigas tinha de ser doseada e as jovens da burguesia deviam dedicar-se principalmente a trabalhos de agulha, à música e à cultura geral. Um argumento recorrente a favor da instrução das raparigas, independentemente da classe ou nação, era o facto de estas virem a ser as futuras educadoras dos homens<sup>[42]</sup>. As primeiras letras deviam ser ensinadas pela mãe, e essa era encorajada pela referência a figuras bíblicas, nomeadamente à Santa Ana que, segundo a lenda, ensinou a sua filha, Maria. Este é um tema recorrente nas belas artes, e um bom exemplo encontra-se na Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, em Lisboa, onde está em exposição o grupo escultórico *A Virgem, Santa Ana e São Joaquim*, datado do século XVIII. A jovem Maria lê, sob orientação da mãe, enquanto o pai observa as duas à distância. (Ver figura da página seguinte).

Uma grande ajuda para as mães-educadoras em Portugal a partir de 1876 foi a obra *Cartilha maternal*, do pedagogo João de Deus Ramos, um pequeno manual para o ensino e a aprendizagem das primeiras letras e palavras, explicitamente dirigido à relação entre mãe e filho/a<sup>[43]</sup>. Emanou nesse período

<sup>39</sup> Vaquinhas (1992); Bossenbroek e Kompagnie (1998: 20).

<sup>40</sup> Jolly (1998); os vários estudos em Bowie, Kirkwood e Ardener (1993). Ver também Stivens (1998b); Allman (1994).

<sup>41</sup> Tendeloo (1873); Graafland (1898); Schouten (1998: 70-71).

<sup>42</sup> Oakley (1976 [1974]: 84); Wiersma (1866: 28-29); Schouten (1998: 118-121).

<sup>43</sup> Na Inglaterra, já por volta de 1800, Anna Letitia Barbaud tinha-se tornado célebre devido aos seus livros destinados às mães para ensinarem palavras e letras aos seus filhos pequenos.





A mãe como primeira educadora.  
Uma imagem tradicional, na igreja católica,  
do relacionamento entre Sta Ana e Maria.

também a consciência de que uma melhor instrução da futura mãe iria favorecer o estado de saúde da família, como mais tarde Adelaide Cabete (1929: 7) pôde testemunhar a partir da sua prática médica.

O nome da associação feminina do Estado Novo, designada Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN) continha os conceitos-chave de Educação e de Mães. A sua direcção, constituída em grande parte por mulheres da alta sociedade era monitorizada pelo Ministério da Instrução Pública (mais tarde da Educação) e tinha o objectivo de educar as jovens portuguesas; mas isso significava principalmente orientações em higiene, puericultura e intervenção “no campo moral, pela reeducação da mulher, fazendo-a regressar ao lar e ensinando-a a amar seus filhos”<sup>[44]</sup>.

Esta citação contém uma crítica às mães da época. Ainda hoje, as mães e sobretudo aquelas que não se dedicam 24 horas por dia à família são muitas vezes responsabilizadas pelo comportamento desviante ou pela saúde frágil dos filhos, uma noção interiorizada pelas próprias. As mulheres autculpa-bilizam-se até pelas patologias congénitas da sua descendência. Patologias mentais, entre elas a esquizofrenia e o autismo, às vezes são explicadas a

<sup>44</sup> Condessa de Rilvas, dirigente da OMEN, em 1938, citada em Pimentel (2001: 54). Sobre OMEN: Pimentel (2001); Gorjão (2002: 78-83), e o sexto capítulo deste livro.

partir da atitude maternal, tendência reforçada na “antipsiquiatria” dos anos 60 e 70 do século passado. As acusações dolorosas para as mães eram pouco aliviadas pelas asserções de R. D. Laing (um dos mais conhecidos representantes desse movimento) de que as mães (e os pais) também eram vítimas “da sociedade”<sup>[45]</sup>. Nos dias de hoje, o trabalho das mães no exterior é invocado, em certos discursos, como a causa de todos os problemas dos filhos<sup>[46]</sup>.

Parece que são encontrados sempre motivos para criticar as mães, mesmo quando estas seguem as normas em vigor. O psiquiatra americano Edward Strecker, ao defrontar-se com as fragilidades psíquicas dos soldados durante a II Guerra Mundial, denunciava as mães, *the great American mom* (a grande mãe americana), considerando-as “a pessoa jovem que sacrifica a sua vida pelo seu lar”. Na sua sobreprotecção estas mulheres não desapertavam os “laços emocionais do ‘avental’”, assim criando “neuróticos obcecados pela mãe”<sup>[47]</sup>. Era o lado negro do “culto da maternidade” dos meados do século XX nos EUA, sobre o qual mais tarde Betty Friedan teceria as suas críticas.

## **A maternidade e o Estado**

A maternidade muitas vezes foi aproveitada pelas estruturas patriarcais para fins políticos, sendo um deles a geração de filhos varões, criados e educados para se tornarem homens aptos para o serviço militar. Foi assim em Esparta, onde as raparigas eram sujeitas a treino físico para terem filhos saudáveis. O mesmo se verificou na Europa no século XIX e grande parte do século XX, quando o nacionalismo e as múltiplas guerras direccionaram a atenção das autoridades para a condição física das mães e crianças, bem como nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, como já verificámos acima a propósito da obra de Strecker. Estes objectivos foram “embrulhados” em elogios e mistificações da sagrada tarefa da maternidade e do heroísmo das mães.

<sup>45</sup> Ver Laing e Esterson (1970 [1964]); Bateson *et al.* (1956); Segal (1990: 23); o filme *Family Life* (Ken Loach, 1971).

<sup>46</sup> Em redor do caso de 1997 de Louise Woodward, a *au pair* britânica acusada de ter matado, nos Estados Unidos, o bebé entregue aos seus cuidados, houve duras críticas à mãe da criança por ela própria não tomar conta desta durante 24 horas por dia.

<sup>47</sup> Strecker (1951: 25, 133). O autor apresenta vários tipos de  *moms* todos merecedores de críticas, por exemplo a “pseudo-intelectual *mom*” que frequenta vários cursos: “The mind behind the spectacles usually is just as immature as the one under the expertly tinted tresses” (1951: 63). Afirma que em casos raros o pai também pode ter uma atitude de *over-protection*, e, mais frequentemente, as mulheres chamadas *Moms by proxy* (título do seu oitavo capítulo): as enfermeiras, preceptoras, professoras, quase sempre “solteiras, emocionalmente enganadas pela vida” (1951: 99).

Dar à luz foi e é também encarado como uma garantia da continuação física e sociocultural do próprio grupo quando convive no mesmo território com culturas diferentes. Ainda nos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, cujos mandatos presidenciais coincidiram mais ou menos com o primeiro período de imigração maciça de grupos oriundos do Sul e do Leste da Europa, receava um “suicídio racial” (*race suicide*) no seio das comunidades dos protestantes brancos, com uma baixa taxa de natalidade. O presidente condenava ferozmente as mulheres desse grupo populacional que se evadiam, segundo ele, do dever de se tornarem mães (Blom 2000: 17).

Ideias semelhantes circulavam na Holanda, numa época ainda bastante recente, ou seja, as primeiras seis décadas do século XX, quando a sociedade holandesa era “segmentada”, ou seja, constituída por vários pilares religiosos, baseados em diversas religiões ou ideologias<sup>[48]</sup>. Os católicos, receosos de serem relegados novamente para um plano secundário<sup>[49]</sup>, queriam ter uma presença numericamente forte e a Igreja vigiava o comportamento reprodutivo das famílias, mediante admonições pessoais e também condecorações após o nascimento do décimo segundo filho. Sem surpresa, as famílias católicas em geral tinham uma grande prole.

Recentemente, a composição da população da Holanda sofreu alterações, provocadas pelas vagas de imigração, principalmente de famílias islâmicas, numerosas. Perante a “ameaça” que este desenvolvimento representa para parte da população holandesa, alguns líderes políticos esperam hoje a salvação da cultura holandesa por meio de um aumento da natalidade entre a população autóctone. Segundo dois parlamentares conservadores, num artigo de opinião num jornal de referência, as mulheres holandesas que têm múltiplos filhos e renunciam ao seu emprego para se dedicarem à família são as “heroínas desinteressadas do nosso tempo” (Lutter e De Kok 2007). Nestes discursos, a imigração não é encarada como contributo para a solução do problema europeu da redução populacional, mas como agravante. Na Alemanha, a tentativa, no início do novo milénio, de colmatar a falta de mão-de-obra na indústria informática através do recrutamento de indianos, foi combatida com o slogan “*Kinder statt Inder*” (“Filhos em vez de indianos”).

<sup>48</sup> Este fenómeno de “pilarização”, em neerlandês *verzuiling*, foi um factor estruturante da sociedade nos finais do século XIX e na maior parte do século XX. Cada grupo (nomeadamente protestantes, católicos, socialistas e liberais) tinha as suas próprias escolas, hospitais, partidos políticos, associações recreativas e culturais e emissoras de radiodifusão e televisão. O estudo de referência é o livro de Arend Lijphart (1968).

<sup>49</sup> 1853, ano em que a hierarquia episcopal na Holanda foi restabelecida, é geralmente considerado como marco na “emancipação” dos católicos.

Em Singapura, que desde há décadas tem deixado de pertencer ao que, em tempos, era denominado de “Terceiro Mundo”, a taxa de fertilidade é pouco mais do que um. Neste estado pluri-étnico, os bem instruídos chineses – ou, melhor, chinesas – são os primeiros visados nos programas pró-natalidade do governo<sup>[50]</sup>. No país vizinho, a Malásia, também multi-étnico mas de composição diferente, as mulheres, na sua qualidade de (potenciais) mães, têm sido censuradas por outras razões. Mahathir Muhamad, ainda antes do longo período em que exerceu o cargo de primeiro-ministro, criticou num livro influente o seu grupo étnico maioritário de malaios (oficialmente os chamados *bumiputera*) pela falta de empenho no desenvolvimento do país. Mahathir atribuiu o fraco sentido de empreendedorismo dos malaios (em contraste com o dos chineses), em grande parte, à condescendência na educação dada pelas mães malaias<sup>[51]</sup>.

Embora hoje sejam oficialmente condenados, os objectivos e as ideias do darwinismo social ou de carácter eugenista percorrem todo o século XX até aos dias de hoje. Neste contexto, as mulheres enquanto mães são censuradas ou elogiadas. Na retórica política encontramos a imagem recorrente da mãe heroína: no Estado Novo, (por exemplo nos discursos do deputado Pinheiro Torres (Pimentel 2001: 65)) entre os falangistas em Espanha, na Itália fascista e na Alemanha nazi, assim como na União Soviética<sup>[52]</sup>. Em Portugal, as famílias numerosas eram vistas como “a melhor defesa contra o comunismo”. As mães de muitos filhos tinham direito a um prémio e havia iniciativas para a criação do Dia da Mãe e da Semana das Mães. O culto mariano servia de suporte para o enaltecimento e glorificação da Mãe, em consequência dos acontecimentos de 1917 em Fátima e no período em que o dogma de Nossa Senhora da Conceição (virgem, mãe e isenta do pecado original, padroeira do País) foi sublinhado em 1950 pela constituição apostólica de Pio XII, que confirmou a Assunção de Maria.

Por sua vez, as mulheres utilizavam esse tão celebrado papel maternal como trunfo nas suas reivindicações. Na Itália fascista, onde o discurso oficial apontava para a ligação forte entre a maternidade e a glória da Nação, as

<sup>50</sup> As referências acerca da política demográfica da Singapura são, entre outros: Saw Swee-Hock (2005); Davidson e Drakakis-Smith (1997); Howley (2008). Ver também o quarto capítulo deste livro.

<sup>51</sup> Stivens (1998b: 70); Khoo (1995). A pluriteticidade da Malásia (e da Singapura) deriva da imigração de mão-de-obra para as minas e plantações na época colonial (Andaya e Andaya 2001; Harper 1999; Fenton 1999). A “sociedade plural” da Malásia colonial (Malaya) é retratado por Manderson (1996) através de um ângulo original, a partir da qual salienta as condições de higiene e de saúde e a situação das mulheres imigrantes.

<sup>52</sup> Hernando (1998); Dau Novelli (1997: 644-646, 649-654); Thalmann (1997: 638-639); Aivazova (1997: 715-721).

feministas da Unione Femminile Nazionale exigiam direitos cívicos com base, precisamente, no seu papel de mães e educadoras de futuros cidadãos (Porter 1999: 183). Já antes disso, vários dos movimentos feministas apresentavam este *organisches Sonderprinzip* (“princípio orgânico especial”; ver Honegger 1989b, 1991) como uma mais-valia. A noção da superioridade moral das mulheres em relação aos homens, pela maternidade, estava e está patente em diversos discursos femininos, conservadores ou não. A ideia de “maternidade social” ou “maternidade pública” está na base do empenho de muitas mulheres nas causas da paz e da sustentabilidade do ambiente, do bem-estar da Terra.

## **A paternidade**

A paternidade contribui para a cristalização ou até para a redefinição da identidade masculina. Até há pouco tempo, nas sociedades ocidentais, o pai era valorizado, em primeiro lugar, pelos recursos económicos que disponibilizava e era suposto também ser a figura de autoridade e o representante para o exterior. O pai, chefe de família e provedor do sustento, servia para acrescentar alguns ingredientes positivos à relação entre mãe e filho, por si só considerada incompleta. Na família, não se tratava de uma figura central, contudo era considerado indispensável. Actualmente, esta concepção encontra-se em notória mudança. O processo de individualização implica uma maior partilha de parentalidade entre mães e pais e verifica-se o desaparecimento gradual das distinções absolutas entre pai-provedor e mãe-cuidadora<sup>53</sup>. Esta tendência reflecte-se na opinião geral. Grande parte dos europeus concorda com a seguinte afirmação: “De uma forma geral, os homens são capazes de educar os filhos tão bem como as mães”, mas a percentagem de portugueses que subscreve esta declaração é uma das mais baixas da Europa (Duijvendak e Stavenuiter 2004).

Actualmente, os homens que são pais, ou que têm este desejo, dão frequentemente como motivo o facto de quererem ver os filhos crescer. O pai que cuida e mostra afectividade já não é excepção e é considerado compatível com as imagens de masculinidade. Como Segal (1990: 33) referiu: “Hoje, as imagens mais duras do homem macho podem ser combinadas com os retra-

<sup>53</sup> Beck (1992: 118-119); ver RoMann (2006); Schouten (2007). Karin Wall e co-autores distinguem neste período que parece de transição, vários perfis de pais, do tradicional até moderno, ou, nas suas palavras, “do cuidar indiferenciado à ajuda e ao prover” (Relatório final do projecto *A vida familiar no masculino: Novos papéis, novas identidades*, apresentado em Setembro de 2007 no Instituto de Ciências Sórias em Lisboa).

tos mais suaves da paternidade”. Esses *cuddly breadwinners* “ganha-pão simpáticos” ocupam-se dos filhos, embora seja em geral nas actividades mais agradáveis, como brincar ou passear<sup>[54]</sup>, enquanto a mãe permanece responsável pela organização do lar.

Os Estados europeus, nos seus programas de promoção de igualdade de oportunidades, incentivam uma melhor repartição dos cuidados dos filhos, por exemplo, através das licenças de paternidade e de parentalidade. Em Portugal, estes arranjos são cada vez mais aceites, embora não sejam utilizados até ao máximo. Há pais (em Portugal o seu número é reduzido) que depois do nascimento do(s) filho(s) passam para um regime de trabalho parcial. Na Holanda, o *Papa-dag* (o dia em que o pai não se dedica ao trabalho pago mas ao(s) filho(s)) é geralmente aceite, mas muitos pais aproveitam-no apenas para tomar conta do(s) filho(s), e não para realizar lides domésticas, ao contrário do uso que as mulheres fazem dos seus dias em casa<sup>[55]</sup>. É importante lembrar que a licença de paternidade na Holanda é apenas de dois dias, e que existem grandes resistências às iniciativas legislativas de alargar esse período. A necessidade de a mãe ter a ajuda do pai nos cuidados do recém-nascido ou nas tarefas domésticas é um argumento frágil na Holanda, onde existe a figura de “assistente para a maternidade” (*kraamverzorgende*). Esta pessoa, em grande parte paga pelo Estado, encarrega-se nos primeiros oito ou dez dias após o nascimento das tarefas caseiras e de cuidar<sup>[56]</sup>.

Depoimentos de pais em vários países indicam o seu desejo de construir um relacionamento íntimo com os filhos, relação esta inexistente na sua própria infância. Uma minoria de pais está motivada para socializar os filhos para atitudes e actividades “masculinas”, receando um acompanhamento meramente feminino (da mãe, da educadora, da professora). Verifica-se que os homens, não socializados para tarefas práticas de paternidade, tendem a procurar frequentemente apoio de “colegas”, especialmente via Internet. “A blogosfera dos papás está a expandir-se porque os papás necessitam mais do que nunca de ajuda” (Nyhan 2006).

As mudanças no papel do pai, que merecem toda a atenção, são acompanhadas das transformações no papel da mãe e, obviamente, das transformações na vida familiar. É o tópico central do próximo capítulo.

<sup>54</sup> Os homens na Holanda, quando devem indicar os seus *hobbies* nos seus currículos, mencionam frequentemente “os filhos”, enquanto as mulheres quase nunca se referem aos filhos neste sentido. (Ver “Eerlijke cvs”, 2007.)

<sup>55</sup> *Women in the Netherlands* (2007); Rosenberg e Thie (2006).

<sup>56</sup> Sobre o sistema, único no mundo, de cuidados para grávida, puérpera e recém-nascidos na Holanda, ver, entre outros, DeVries (2004).

## CAPÍTULO 4

### A família e o género

Queremos anjos do lar e guardadoras fiéis de  
nossos anseios morais.  
(António, *escriturário em África*)  
*Novas cartas portuguesas.*

(...) para o homem a casa será mais uma parte  
da vida, ao passo que, para a mulher, ela signi-  
fica a sua totalidade especialmente formada.  
*Georg Simmel*

O económico e o “social” (ou seja, o emprego  
e a família) devem ser abordados mais como  
fenómenos interligados do que separados.  
*Rosemary Crompton*

### Introdução

Houve um tempo em que a sociologia apenas se debruçava sobre as mulheres no contexto dos estudos sobre a família. A mulher tem, efectivamente, uma relação especial com a família e o espaço privado, mas isso não quer dizer, prontamente, que ela realmente era ou é a “dona” da casa, como frequentemente é sugerido. Provavelmente a expressão masculina “em casa manda ela, quem manda nela sou eu” está mais próxima da realidade, ou então a sugestão, também de um homem, de que a relação “privilegiada” da esposa com a casa a obriga à execução do trabalho doméstico: “Alguém tem que o fazer e dentro de casa quem manda é a mulher, por isso está bem”<sup>1</sup>. É irónico que, apesar da sua chamada supremacia na casa, a mulher raramente tem um espaço para si e para a sua auto-realização<sup>2</sup>, como foi referido por Virginia Woolf, no ensaio *A room of one's own*, entre outros textos. Para muitas mulheres a casa não é o lugar ideal: implica tarefas, às vezes isolamento e às vezes violência. A violência doméstica que vitima a mulher é ainda demasiado vista como inerente à relação conjugal, sendo que a visi-

<sup>1</sup> Depoimento de um homem, entrevistado por Filomena Santos, acerca da realização (quase) exclusiva da mulher das lides da casa (Santos 2006: 260).

<sup>2</sup> Aplica-se também ao “tempo”, a ser discutido no próximo capítulo.

bilidade e a condenação deste problema têm aumentado apenas recentemente<sup>3</sup>.

Merecem atenção as críticas que consideram o espaço privado como um ambiente de reprodução da ordem patriarcal. Uma corrente importante do feminismo procurou exactamente na família e no trabalho doméstico as raízes da opressão das mulheres pelos homens. Contudo, devemos constatar que a família ou o agregado doméstico (*household*) também pode ter um papel de destaque na promoção da igualdade de oportunidades. A vida familiar cria as condições para o desenvolvimento do indivíduo; também é lá que parte importante da socialização dos filhos acontece.

A família como instituição é um dos focos centrais de estudos sociológicos, devido à sua diversidade e plurifuncionalidade, e às mudanças a que está constantemente sujeita, mesmo assim mantendo um lugar central na vida das pessoas e exercendo grande influência nas outras áreas da realidade social. Felizmente, a sociologia em Portugal conta com investigação ampla e excelente neste terreno.

## **Família e agregado doméstico**

As famílias em Portugal conhecem uma grande variedade na sua composição e no seu funcionamento. A família nuclear convencional, ou seja, a família nuclear composta por mãe, pai e filhos, não é tão divulgada como a publicidade nos quer fazer acreditar. As formas de família que antigamente eram comuns quase desapareceram e novas emergem. Nos outros países da Europa assinalam-se tendências similares, embora variem de acordo com o seu contexto histórico-cultural específico, como indicado por Goody (1995 [1983]) e por Burguière e Lebrun (1999) no texto com o oportuno título de *As 1001 famílias na Europa*.

Um olhar sobre o mundo não ocidental confronta-nos com uma diversidade ainda maior. Muitas das suas comunidades foram estudadas pela antropologia cultural, disciplina que privilegia o estudo do parentesco como sendo, em regra, a base da organização social. O estudo dos sistemas de parentesco e aliança, por vezes designado de *kinship algebra*, é considerado como o ramo

<sup>3</sup> Ver o artigo sobre o “direito de bater na mulher” de Luísa Ferreira da Silva (1991), que demonstra como a violência contra a mulher está historicamente enraizada na cultura portuguesa; informativos são os estudos de Isabel Dias (2004), Elza Pais (1998) e Cláudia Casimiro (2002), entre outros. Vale a pena uma comparação com Timor-Leste, onde a tarefa das novas autoridades é, como Simião (2006) indica, a de “desnaturalizar” a violência baseada em género.



mais “duro” da antropologia clássica, contrastando com a imagem *soft* que nalguns países a sociologia da família tem no seio da sociologia.

As famílias e os agregados domésticos em Portugal têm passado por grandes mudanças no que diz respeito à composição, à base legal e à duração. A variedade tem aumentado também devido à imigração de grupos culturalmente diversificados. As mudanças nas famílias ocidentais fazem parte das tendências da modernidade tardia, em especial a privatização, a desinstitucionalização e a individualização, assim como o papel primordial atribuído aos afectos<sup>[4]</sup>. Essas alterações têm provocado, nalguns círculos, a ideia de que a família está em crise, e não são raros os interlocutores que procuram as causas dos “males” sociais observados na crescente autonomia das mulheres: na sua atitude menos submissa e nas suas actividades fora do lar<sup>[5]</sup>.

## A conjugalidade

“Antes morta do que solteira” era uma velha expressão usada na Inglaterra para as jovens mulheres. A pertinência dessa convicção é-nos transmitida, por exemplo, nos romances de Jane Austen sobre as classes média e alta na Inglaterra do início do século XIX, em que o grande objectivo dos pais era encontrar maridos que garantissem um futuro sem problemas materiais para as suas filhas, tendo o afecto entre os noivos um papel secundário. No entanto, o amor viria a ganhar mais importância no mundo ocidental, como Niklas Luhmann mostra ao longo do livro *Liebe als Passion* (1982); ao mesmo tempo Giddens, em *The Transformation of Intimacy* (1992), refere, igualmente, que o amor romântico tem-se tornado a base e condição do casamento. Beck e Beck-Gernsheim (1990) salientam a importância do afecto entre os cônjuges, já que se assiste a um enfraquecimento dos pilares antigos, como as estruturas patriarcais. O amor romântico parece de difícil articulação com as tendências modernas de individualização e realização pessoal, resultando daí o “caos” do dia-a-dia, o *ganz normale Chaos der Liebe* (o Caos normal do Amor) (Beck e Beck-Gernsheim 1990). À falta de orientações rígidas, é preciso dialogar para resolver os problemas, ou melhor, negociar. Assim, o sociólogo holandês Abram de Swaan introduziu, já em 1979, o conceito *onderhandelingshuishouding* (agregado doméstico de negociação), equivalente à noção

<sup>4</sup> Ver Bauman (2000); Beck e Beck-Gernsheim (1990).

<sup>5</sup> Não será alheia a esta opinião a atribuição, pelo Papa João Paulo II, do título *Regina Familiae* (Rainha da Família) a Maria, mãe de Jesus e a sua inclusão na Ladainha de Nossa Senhora (Ladainha de Loreto). O Ano Internacional da Família, proclamado pela ONU em 1994, contou com grande adesão e acções simultâneas da Igreja Católica (Portugal 2000).

de Ulrich Beck de *Verhandlungsfamilie* (negociação familiar)<sup>6</sup>. De resto, é interessante que Georg Simmel (1908) já tenha indicado a importância da manutenção da individualidade e o direito a segredos na vida conjugal.

Não obstante o provérbio inglês que abre esta secção, alguns estudos indicam que as mulheres casadas em geral são menos felizes do que as não casadas e os homens casados, diferença provocada principalmente pelo *stress* exercido sobre as casadas<sup>7</sup>. A maior taxa de suicídio entre mulheres casadas, constatada por Durkheim (1987 [1897]: 170-172), parece confirmar essa tendência também no século XIX. Jean-Claude Kaufmann (2000 [1999]) fornece-nos, nos seus vivos relatos de entrevistas, ampla matéria de reflexão sobre as vantagens e desvantagens do viver só, na actualidade<sup>8</sup>. À conveniência da autonomia contrapõe-se o possível desconforto da solidão. Além disso, a condição de solteira (mais ainda, se for divorciada) pode ser estigmatizante para uma mulher, provocando dúvidas acerca da sua personalidade, do seu poder de atracção, ou moral, presumindo-se, por vezes, que essas mulheres sigam normas sexuais desviantes<sup>9</sup>.

Não há muito tempo, em Portugal, principalmente nas zonas rurais, os homens solteiros estavam expostos a “suspeitas” de homossexualidade ou de falta de virilidade, não correspondendo às normas da masculinidade hegemónica<sup>10</sup>. Para as mulheres virgens, ainda havia a possibilidade de dedicação vitalícia à igreja local como beatas –, ver Babo 1999 e para França, Hufton 1974). No entanto, como afirmou Maria Lamas (2002 [1950]: 14) por volta de 1950, as jovens sonhavam com o casamento, “não que (...) lhes traga felicidade duradoura, (...) mas é a única transformação prevista no seu viver”. A nível global, o estado de casado é o mais recomendado para homens e mulheres, e Claude Lévi-Strauss até assinalou “o verdadeiro sentimento de repulsão que a maior parte das sociedades manifesta em relação ao celibato” (*apud* Agacinski 1998: 106). É para não perder a possibilidade de um casamento que as jovens em muitas culturas devem sujeitar-se a um tipo de mutilação (exemplos cruéis são o enfaixamento dos pés, antigamente na China, e a mutilação genital), e os jovens a executar actividades complexas no âmbito de rituais de iniciação.

Das grandes religiões, no Budismo teravada é valorizada a condição (temporariamente) celibatária exemplificada pelos monges, no masculino e no femi-

<sup>6</sup> De Swaan (1979); Beck (2006)

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Aboim (2006: 46-47).

<sup>8</sup> Ver também Guerreiro (2003).

<sup>9</sup> “[N]a nossa raça, dizem sempre que uma mulher sozinha é uma mulher da vida”, segundo uma guineense entrevistada por Santos (2006: 309).

<sup>10</sup> Ver, entre outros, Vale de Almeida (1997: 153).

nino. Por outro lado, no Judaísmo ortodoxo, casar e ter filhos não é nada mais do que um dever para qualquer homem. No Islão casar aproxima-se de uma obrigação, tendo como função importante a de controlar os desejos sexuais (King e Wilder 2003: 272). Wilder (1995: 321-324), no seu estudo sobre os malaios da península, refere a alta percentagem de pessoas casadas apesar da enorme taxa de divórcio – não havendo uma grande distância temporal entre o divórcio e o novo casamento<sup>[11]</sup>. No seio duma outra categoria de muçulmanos do Sudeste Asiático, os jovens javaneses, Smith-Hefner (2006: 147) constatou a universalidade da intenção de casar, tanto por motivos religiosos, como pela obrigação moral aos pais (*balas budi*, em Bahasa Indonésia)<sup>[12]</sup>. No Cristianismo, as orientações são diferentes<sup>[13]</sup>, mas o voto de celibato para padres, monges e freiras era considerado pelos protagonistas da Reforma, em particular Martinho Lutero, como uma das causas dos abusos por parte da Igreja, razão pela qual o Protestantismo incentivava o casamento também para os responsáveis religiosos. Contudo, na Europa o estado celibatário era um destino usual para leigos, como consequência das regras de herança e de fracas condições económicas<sup>[14]</sup>. Acrescente-se que em Portugal a emigração de homens deixou muitas mulheres eternamente noivas, “à espera” do regresso dos seus prometidos (Brettell 1991). Os homens (antes e hoje) têm a ganhar com o casamento (ou a coabitação<sup>[15]</sup>) nos aspectos sociais e económicos (Abbott e Wallace 1997: 145), situação bem expressa por uma das entrevistadas por Filomena Santos (2006: 388), sobre os motivos do seu companheiro para viverem juntos: “Ele disse que nos íamos juntar porque assim não era vida, tinha que andar a pagar para lhe lavarem a roupa, tinha que comer aqui e ali...”. Uma nota ainda sobre a escolha do cônjuge que também reflecte as diferenças do género: uma união é mais aceite socialmente se o homem for o mais

<sup>11</sup> Recentemente, as taxas de divórcio na Malásia têm baixado consideravelmente (Stivens 1998a: 103).

<sup>12</sup> Será que esses sentimentos podem ser comparados com as conclusões de Pedro Vasconcelos ainda no século XX, sobre Portugal: “(...) a intenção matrimonial é quase uma disposição hegemónica, e quase totalitária, na sociedade portuguesa” (Vasconcelos 1998: 223).

<sup>13</sup> Ver a admonição de São Paulo: “(...) bom seria que o homem não tocasse em mulher. Mas, para evitar a fornicação, cada um tenha a sua própria mulher, e cada uma tenha o seu próprio marido (...) Digo, porém, aos solteiros e às viúvas, que lhes é bom se ficarem como eu. Mas, se não podem conter-se, casem-se. Porque é melhor casar do que abraçar-se” (Coríntios 1: 7 1-2; 8-9).

<sup>14</sup> Ver para o Nordeste de Portugal, nos séculos XIX e XX, O’Neill (1984) e para o Noroeste de Portugal, Durães (2008) e Silva (1998); para os Açores, Matos (1998); para França no antigo regime, Hufton (1974).

<sup>15</sup> Coabitação é definida por Santos (2006: 37) como a “união de duas pessoas que vivem na mesma casa (com ou sem filhos), e que mantêm entre si uma relação afectiva e sexual sem recurso a um vínculo formal juridicamente confirmado”.

velho, o mais alto, com mais habilitações e ordenado mais elevado. Estes dois últimos critérios estão a mudar em Portugal, em parte porque hoje em dia mais jovens mulheres prosseguem os seus estudos comparativamente ao número de homens a fazê-lo. O grau de independência financeira das mulheres é, aliás, de importância fundamental para a sua posição na relação conjugal, e neste aspecto as mulheres em Portugal têm vantagem sobre as suas irmãs na maior parte dos outros países da Europa<sup>16</sup>.

Nos casos não-homogâmicos, é o marido quem por regra pertence ao grupo considerado superior, em termos de classe, etnia ou outros indicadores. É assim que provavelmente podemos interpretar as alterações no padrão de casamentos inter-étnicos na Letónia. No período da integração deste país na União Soviética, o padrão mais comum era a união de mulheres letãs com russos, bielorrussos e ucranianos. Depois da nova independência, alcançada em 1991, os letões étnicos obtiveram a supremacia no seu próprio país e a cultura letã recuperou a sua valorização em detrimento da cultura dos russos. Nos casamentos inter-étnicos, começaram a ser os homens a representar o elemento letão<sup>17</sup>. Pode, até certo ponto, ser comparado com o padrão de casamentos inter-étnicos em Macau, explorado por Pina Cabral e Lourenço (1993: 127-133). Os macaenses, a “categoria controlante” até aos anos 1990, declaram que “são os homens macaenses que se casam com chinesas, enquanto as raparigas macaenses normalmente não se casam com homens chineses”. Os autores mitigam este cliché, e os seus dados numéricos sobre o período 1960-1990 mostram uma diminuição, até quase desaparecimento, da assimetria de géneros.

Nas constelações coloniais, no casamento inter-étnico (para não falar do concubinato ou das relações mais passageiras) o protagonista masculino geralmente pertencia à categoria dos colonizadores<sup>18</sup>. As excepções a esta regra quase sempre disseram respeito à elite indígena, sendo que alguns líderes políticos proeminentes, nomeadamente nas lutas independentistas, tinham uma esposa

<sup>16</sup> Coelho (2006), num texto baseado nos *Inquéritos aos Orçamentos Familiares* (em 1994/95 e 2000) do Instituto Nacional de Estatística; Van Berkel e De Graaf (1998) sobre a Holanda. Todavia, em muitos países ocidentais nota-se uma taxa de nupcialidade (e de fecundidade) mais baixa entre as mulheres mais instruídas, explicável, entre outras razões, pela dificuldade de muitas em aceitar uma relação conjugal com um homem com menos habilitações.

<sup>17</sup> Ver também Monden e Smits (2005). Recentemente, parece ter-se instalado um equilíbrio.

<sup>18</sup> Stoler (1991); Locher-Scholten (2000); Castelo (1998: 116-117). As relações entre homens e mulheres nativas reflectiam bem a diferença de poder, e raramente foram sancionadas pelo matrimónio. Nas Índias Orientais holandesas (actual Indonésia), os homens europeus solteiros tinham por regra na sua casa uma *njai*, mulher nativa que prestava serviços domésticos e sexuais, mas que não tinha direitos formais, nem os filhos eventualmente nascidos dessas uniões (Baay 2008; Locher-Scholten 1992).

oriunda do mundo ocidental: exemplos são, na Indonésia, Sam Ratulange; na Índia, Manabendra Nath Roy; em Moçambique, Eduardo Mondlane.

## **A gestão do lar e os papéis sexuais**

Quanto à análise sociológica da família, as propostas de Talcott Parsons<sup>[19]</sup> são incontornáveis. Tendo como referência a família nuclear da classe média, nos subúrbios americanos em meados do século XX, Parsons distinguiu o papel instrumental (atribuído ao homem) e o papel expressivo (atribuído à mulher), complementares e essenciais para o funcionamento e continuidade da família. É verdade que, no lar, as tarefas que envolvem *caring* (cuidar) eram e, na sua maioria, ainda hoje são desempenhadas por mulheres a uma escala global. Esses serviços de cuidado e de apoio traduzem trabalho que não é leve nem simples, já que podem envolver bastante esforço físico e são-lhes inerentes a gestão e a organização, inclusive dos recursos financeiros. Por isso, faz sentido classificar a manutenção da casa (*householding*) também como papel instrumental. É fundamental para a sobrevivência física da família porque implica o cuidado da higiene e da alimentação dos membros do agregado familiar, ou seja, geralmente as mulheres são as mediadoras (*gatekeepers*) das condições de saúde<sup>[20]</sup>. Berta Nunes, no seu estudo sobre os hábitos de saúde em Trás-os-Montes rural, refere-se justamente à mulher como a “gestora da saúde da família”<sup>[21]</sup>. Entre os restantes papéis atribuídos às mulheres encontram-se os de *kin keeper* e de *kin mobilizer* (ou seja, de manutenção e mobilização dos contactos com familiares)<sup>[22]</sup> e também de “amortece-dora” do *stress* dos filhos, do marido e de outros co-residentes ou familiares, criando, deste modo, as condições favoráveis para o trabalho deles e para a reprodução social. O papel expressivo não é, de resto, monopólio da mulher, e o contributo “emocional” do homem para o bem-estar da família tem-se tornado mais frequente, desempenhando o papel de “ganha-pão simpático” em que é tanto “providenciador” como companheiro afectivo para os membros da família. Karin Wall identifica “um movimento que retrata diferen-

<sup>19</sup> Expostas por Giddens (2004: 113-114), com referência, entre outros, a Parsons (1956).

<sup>20</sup> Ali (2005: 211). Um programa de investigação da Universidade de Wageningen, coordenado por Anke Niehof, foca a função do agregado doméstico e em especial, das mulheres, como entidade que garante uma alimentação adequada (*food security and nutrition*) para os seus membros. Estudos neste programa foram efectuados na Etiópia, nas Filipinas, na África do Sul e em Bangladesh. Regista-se, nomeadamente neste último país, que a alimentação das mulheres é mais deficitária, porque os homens têm prioridade na escolha da comida confeccionada.

<sup>21</sup> Nunes (1997: 187-190); ver também Glazer (1994).

<sup>22</sup> Bourdieu (1998: 104-105) salienta que o trabalho doméstico também implica a organização de cerimónias, festas, troca de presentes, visitas, cartas e telefonemas.

tes gradações da inclusão do homem na dinâmica familiar”, apresentando vários perfis de pais/maridos no Portugal de hoje<sup>[23]</sup>.



A história bíblica das duas irmãs: Maria, a estudiosa, e Marta, a cuidadora (Lucas 10: 38-42), transpira uma mensagem de desvalorização das lides domésticas, mas demonstra também como Marta percebe a situação como injusta – e pronuncia-se sobre tal. É certo que este episódio, sugestivamente retratado por Diego Velázquez no seu quadro *Kitchen scene with Christ in the house of Martha and Mary* (de 1618, na National Gallery, Londres) convida à reflexão. Neste quadro é a actividade doméstica que está no primeiro plano.

Embora multifacetado e elementar, o valor do trabalho doméstico é pouco reconhecido (ver figura). Porém, as virtudes domésticas às vezes servem como critério na apreciação de uma mulher como (futura) cónjuge, seja em meios de poucos rendimentos no Portugal contemporâneo<sup>[24]</sup>, seja nos meios onde, até recentemente, as mulheres passavam o tempo com trabalhos de agulha compondo o enxoval, ou onde as raparigas frequentavam escolas especiais para serem formadas nas lides caseiras<sup>[25]</sup>. O enxoval era o símbolo do destino doméstico da mulher, mas raramente conseguiu cativar o interesse

<sup>23</sup> Relatório final do projecto *A Vida Familiar no Masculino: Novos papéis, novas identidades*, apresentado em Setembro de 2007 no Instituto de Ciências Sociais em Lisboa.

<sup>24</sup> “Era muito dada, ajudava. Era um espectáculo, uma mulher extraordinária. A mim nunca mais me faltaram umas calças passadas ou uma blusa.” (Entrevistado por Santos (2006: 315) sobre os motivos para a escolha da sua cónjuge.)

<sup>25</sup> Por exemplo, no Sabugal, a Escola Regional Dr. José Dinis da Fonseca era famosa por preparar raparigas para serem “donas de casa solícitas” e “esposas exemplares” (jornal *Público*, (29-01-2007).

dos homens, como bem relatado por Kaufmann (1992). Existe uma relação especial das mulheres com a roupa e o têxtil lar<sup>26</sup> (ver figura): as mulheres britânicas do século XIX eram advertidas de que a *laundry*, o tratamento da roupa, era mais importante do que a limpeza da casa (Simonton 1998: 198). Hoje em dia, os muitos anúncios de detergente sublinham ou incentivam a importância atribuída a roupa impecável, em especial porque a roupa estendida está sujeita à apreciação dos vizinhos, ou, melhor dito, das vizinhas.



Muitos dos quadros de Pieter de Hooch retratavam os afazeres das mulheres da classe burguesa nos seus lares, ao longo dos canais de Amesterdão no século XVII. O pintor deixou-nos essa cena exemplar: *De linnenkast* (“Colocando a roupa no armário”, de 1663, no Rijksmuseum, Amesterdão).

<sup>26</sup> No filme *Rosemary's baby* (realizado por Roman Polanski, 1968), a mulher grávida dedica uma intensa energia à preparação do enxoval, mostrando depois orgulhosamente o armário ao marido.

Em muitos casais existe actualmente alguma partilha nas tarefas domésticas, embora desigual. Apesar de haver diferenças conforme a classe, o nível de educação e outros factores, quase sempre é a mulher quem tem a responsabilidade global. O contributo dos homens consiste geralmente nas tarefas mais agradáveis e mais valorizadas e aquelas que ocorrem mais no exterior<sup>[27]</sup>. Numa distinção entre as tarefas dependentes do tempo (*time-dependent*) que não podem esperar, como por exemplo a preparação das refeições, os cuidados com os filhos e independentes do tempo (*time-independent*), que podem ser executadas à hora que mais convier, é geralmente aos homens que cabem estas últimas<sup>[28]</sup>. Esta distinção também existe quanto à visibilidade: a importância do trabalho doméstico só se nota quando não está feito.

A partilha desigual das lides da casa implica que muitas mulheres, após o dia passado no emprego, enfrentam novo turno, desta vez dedicado ao trabalho doméstico<sup>[29]</sup>. Esta “dupla jornada” é um assalto ao bem-estar da mulher; porém, elas tendem a aceitar esta situação. Muitas e variadas razões e justificações podem ser aduzidas para explicar a assimetria ou mesmo ausência de partilha das tarefas no casal. No sentido prático, o homem pode ganhar mais ou ter que dedicar mais horas ao(s) seu(s) emprego(s). Contudo, também nos casais onde os maridos estão desempregados e as mulheres não, em geral estas últimas executam a maior parte das tarefas domésticas<sup>[30]</sup>. Elas afirmam frequentemente que o facto de serem mulheres as predispõe melhor para a execução correcta e rápida das tarefas caseiras, uma “vantagem” que têm sobre os homens, não raramente referida com um certo orgulho<sup>[31]</sup>.

Os cuidados dedicados ao lar e à família podem contribuir muito para a identidade feminina, como referido por Baxter (2000), Poeschl (2000), Torres (2004) e Counihan (1999). Esta autora, que estudou a vida das mulheres da classe operária de Florença, constatou que eram as outras mulheres, não os homens, que avaliavam o desempenho nas tarefas domésticas. As mulheres italianas eram totalmente orientadas para os cuidados dos outros: “A

<sup>27</sup> Ver as descrições pormenorizadas de, por exemplo, Ferreira (1999), Perista (2002) e Amâncio (2007).

<sup>28</sup> Santos (2006: 233). Para além das distinções mencionadas, ainda há as de “tarefas molhadas” (para as mulheres) *versus* “tarefas secas”. A execução de tarefas domésticas é tanto mais penosa “quanto mais possui a marca do sexo oposto” (Zarca em Santos 2006: 233-234).

<sup>29</sup> Em Portugal, em mais ou menos dois terços dos casais os dois elementos têm emprego a tempo inteiro; apenas na Eslovénia esta percentagem é maior. O último lugar na UE, nesta lista, é ocupado pela Holanda, devido à grande prevalência do trabalho a tempo parcial neste país (Eurostat, European Labour Survey, 2003).

<sup>30</sup> Afonso (2003); Cabral (2006).

<sup>31</sup> Ver Torres *et al.* (2000) e Amâncio (2004d) sobre a percepção de (in)justiça entre os dois géneros.



mulher que não tem nada a fazer por outra pessoa sente-se perdida e ‘morta’” (Counihan 1999: 54). É de referir que as mulheres em questão eram domésticas a tempo inteiro; tratava-se de casais em que era preferível os maridos terem um segundo emprego do que as mulheres trabalharem no exterior, situação também verificada por Goddard (1996) em Nápoles. Quanto mais as mulheres se dedicam ao trabalho doméstico, mais os homens ao trabalho remunerado. Acontece também em Portugal e, de outra forma, em França e na Holanda, onde, após o nascimento do primeiro filho, quando o trabalho doméstico aumenta – mas a economia familiar se torna mais precária –, os homens dedicam-se mais ao seu trabalho no exterior<sup>[32]</sup>.

A tendência das mulheres em justificar as desigualdades na partilha das tarefas caseiras por aptidões inatas a mulheres (e outras a homens) tem paralelos noutras situações, em que elas “naturalizam” um comportamento objectivamente injusto por parte dos homens. “São homens” é uma forma de desculpar os maridos, mesmo em caso de violência doméstica, que pode ser desdramatizada, de várias formas, pelas vítimas: “Foi o álcool”; “É o feitio dele”; “São pancadas de amor” (Dias 2004: 84, 158 e *passim*).

## **Domésticas F/M?**

O fenómeno da mulher doméstica, que se dedica completamente à gestão do lar e à educação e que participa pouco na vida pública, desenvolveu-se no século XIX na classe média emergente e espalhou-se como ideal para as camadas socioeconómicas inferiores. Era um desenvolvimento articulado com o do capitalismo e já tinha começado no seio da burguesia urbana proto-capitalista, como se verificava nos Países Baixos no século XVII<sup>[33]</sup>. As normas de higiene e de cuidados das crianças tornavam-se mais estritas, como se infere da expressão na Inglaterra oitocentista “limpeza está próxima da Divindade” (Simonton 1998: 93). Processos como “a feminização

<sup>32</sup> Estes dados reportam-se ao fim do século XX; provavelmente a introdução e a extensão das licenças por paternidade e parentalidade mudam essas práticas. Contudo, como já referido, na Holanda propostas da extensão de licença de paternidade para mais do que os actuais dois dias ainda hoje encontram fortes protestos.

<sup>33</sup> Pfau-Effinger (2004); Therborn (2004). Na Inglaterra de Isabel I, havia referências à dona de casa (*housewife*), não indicando tanto o espaço, mas as suas habilidades, como consta do título do livro de Gervase Markham (1615) *A Dona de Casa Inglesa*. Contendo as virtudes internas e externas que deverão existir numa mulher completa, como as suas habilidades na física, cozinha, etiqueta dos banquetes, destilação de perfumes, lã, cânhamo, linho, lactícínios, cerveja, cozinha e todas as outras coisas que dizem respeito a tomar conta de uma casa. Um trabalho muito proveitoso e necessário, reunido para o bem geral deste reino” (Rackin 2005: 36.)

da mulher; a infantilização da criança e a higienização” (Ferreira 1981: 60) exilavam a mulher da classe média para “o interior” e excluía-na de trabalho produtivo, considerado não apropriado. As mais abastadas delegavam as lides caseiras, e assim desenvolveu-se o fenómeno, ou melhor dito, a imagem de *female idleness* (ociosidade feminina)<sup>[34]</sup>. Sob influência da burguesia, para a classe operária a “esposa doméstica” tornou-se a norma e esse ideal era uma das inspirações nas reivindicações dos operários para um salário familiar e a expulsão das mulheres das fábricas<sup>[35]</sup>. Em Portugal, com o seu reduzido grau de industrialização, esse processo também se verificou, como descrito por Ana Nunes de Almeida sobre a CUF: “as classes populares imitariam uma representação burguesa da natureza feminina sinónimo de “domesticidade” se não mesmo de “ociosidade”” (Almeida 1993: 120). O ideal de dona de casa tem sido forte nos grupos com pouco capital escolar e económico, por várias razões<sup>[36]</sup>. No entanto, no novo milénio em Portugal quase já não se encontram mulheres jovens ou bem instruídas que sejam domésticas por opção<sup>[37]</sup>.

Noutros países, como a Holanda, esse “modelo de dona de casa e homem ganha-pão no casamento” tem tido uma presença bem mais forte e durante mais tempo. Pfau-Effinger (2004: 383-386) e Hewlett (2002: 231-238) apontam bem a grande variedade quanto ao grau de participação feminina no mercado de trabalho no mundo ocidental. O modelo americano que serviu de base para as análises de Talcott Parsons foi alvo das críticas de Betty Friedan (1963), já que as mulheres com habilitações elevadas preenchem os seus dias com aquilo que para ela eram “as triviliadades da vida doméstica”<sup>[38]</sup>. Foi efectivamente constatado nesse tempo, entre domésticas de vários países, um mal-estar mental e somático, que recebeu a denominação clínica de “síndrome de doméstica”, e que apresentam sintomas como

<sup>34</sup> Mas muitas senhoras ocupavam parte do seu tempo com actividades caritativas e eclesíásticas (ver capítulo 6).

<sup>35</sup> Witz (1992: 15-18); Walby (1986: 97-108); De Swaan (1979).

<sup>36</sup> Torres e Silva (1998: 28); Torres (2004: 44). Ver o depoimento de um operário que se opôs à ideia de actividade profissional da mulher: “Sacrifico-me para a minha mulher ser uma senhora dentro de casa e ter uma casa que não é rica, mas onde se pode comer no chão!” (Torres 2004: 102).

<sup>37</sup> Guerreiro e Abrantes (2004: 29); Torres (2004: 44).

<sup>38</sup> Assim parafraseado por Lasch (1997: 106). Friedan foi *alumna* de Smith, uma das “Seven Sisters” (universidades femininas estabelecidas no século XIX no Nordeste dos EUA). Ver os depoimentos sobre, por exemplo, Vassar (Mary McCarthy 1951, 1971) e Wellesley (Hillary Clinton 2004 [2003]: 47-53).

*stress*, insónias e falta de auto-estima<sup>[39]</sup>. Na Holanda, em 1967, Joke Smit censurou o exílio das mulheres casadas no espaço doméstico com o artigo *Het onbehagen bij de vrouw* (“O desconsolo da mulher”) que se tornou um clássico do feminismo neerlandês (Kool-Smit 1967).

A partir dos anos 70, algumas feministas referiam o grande valor inerente, mas não reconhecido, do trabalho caseiro<sup>[40]</sup>, assim como a sua função de sustento do capitalismo, uma vez que libertava os homens para o trabalho no exterior e reproduzia a força de trabalho e o patriarcado, confirmando a autoridade do homem na família (Oakley 1974, 1976). A dependência das domésticas do marido era razão para a analogia, traçada por Mies (1986), com a colonização, ou a denominação de “feudalização na época industrial” (Beck 1992: 108).

Não faltam defensores de uma remuneração do trabalho doméstico, mas o modo de calcular o seu valor revelou-se um problema. Seria o tipo de trabalho um critério? Os custos de reprodução social? Os custos de oportunidade? Economistas como Marga Bruyn-Hundt (1996), Nancy Folbre (1994, 1995) e Margarida Chagas Lopes (2000) têm tecido reflexões inovadoras sobre esta matéria, assim como Maria Mies. É um assunto com relevância política actual: na Alemanha, certas correntes advogam um “salário maternal” para mães que ficam em casa, já uma realidade na Áustria; na Holanda, famílias onde a mulher não trabalha no exterior gozam de benefícios fiscais<sup>[41]</sup>.

O envolvimento mais activo dos homens enobrece a imagem do trabalho doméstico, principalmente nos casos (relativamente raros) em que eles são os maridos domésticos (*househusbands*), os principais responsáveis (Schouten 2007). Confrontados com a dificuldade e o grande leque de competências que este papel exige, estes homens reclamam mais reconhecimento e a denominação de “gestores do lar”. Os *Hausmänner*, como referem Beck e Beck-Gernsheim (1990: 32-33), são eles próprios potenciais vítimas do *Hausfrauen-Syndrom* (já referido como “síndrome de doméstica”), causado pela invisibilidade do trabalho e pela falta de reconhecimento. Tais condições serão mais difíceis de suportar por indivíduos socializados de acordo com as normas vigentes da masculinidade.

<sup>39</sup> Cf. Torres (2002a: 119-120); Torres (2004: 16). Em 1971 foi apresentada, na Holanda, uma tese de doutoramento em ciências médicas descrevendo esse síndrome de “neurastenia”, alertando para o fardo que a combinação dos muitos (vinte) papéis significava para as domésticas. (H.G.M. van der Velden, *Mulher doméstica-médica de família. Uma investigação às doenças e perturbações de saúde de algumas mulheres domésticas num consultório de médicos de família*; citado por Brinkgreve 1988: 30.)

<sup>40</sup> Por exemplo, por Oakley (1974, 1976); Dalla Costa e James (1972); Delphy (1970).

<sup>41</sup> Estas políticas têm sido ponto de discussão permanente e, por isso, sujeitas a mudanças.

Há já um século, Georg Simmel sabia apreciar “a profissão de dona de casa” como sendo de “dificuldade média”, com “originalidade secundária” e “ao nível das profissões jurídicas” (Simmel 2004: 240). O seu reconhecimento como profissão poderia ser concluído a partir da existência de escolas e cursos de preparação para este trabalho, exclusivamente destinadas a raparigas. Foi mesmo criada, por volta de 1900, a área científica de *home economics*. Durante o século XX, o trabalho doméstico foi sujeito a uma “taylorização”, sendo atribuída mais importância ao planeamento sistemático, e popularizaram-se as revistas especializadas, como a *Ladies’Home Journal* nos Estados Unidos.

Um olhar sobre outras zonas do mundo revela como o fenómeno de dona de casa (*housewife*), sendo o produto da cultura e das relações de poder, tem uma presença mais forte ou menos forte conforme a época e o meio socio-cultural. O novo papel da mulher como “doméstica” foi uma norma não apenas introduzida no mundo ocidental na época da industrialização, mas também nas suas colónias. Sucedeu-se em círculos de elite, que se encontravam mais em contacto com o mundo ocidental, frequentemente criada ou destacada pelos próprios colonizadores em prol de uma administração mais eficaz. Os homens tinham um papel administrativo ou comercial num mundo que misturava elementos ocidentais com “tradicionais”, enquanto as suas esposas deviam ser o seu suporte.

Em África e no Sudeste Asiático as mulheres costumavam estar bastante envolvidas nos processos de produção, mas os poderes coloniais directa ou indirectamente incentivavam-nas a orientar-se mais para o ambiente doméstico. Instituições especiais de ensino preparavam as jovens para o seu futuro papel de esposas e mães num ambiente “culto” e imbuído de “valores ocidentais”.

O estatuto de doméstica era apenas alcançável para as categorias economicamente mais privilegiadas e a época da sua maior divulgação incidiu – tal como no Ocidente – nos anos 50 e 60, ou seja, para a maior parte dos países do Sul, nos derradeiros anos do regime colonial e/ou nos primeiros da independência. Como constatámos na Malásia e na Indonésia, a popularidade do papel da doméstica foi um fenómeno efémero com a duração de uma ou duas gerações.

Na Malásia, nos anos 60 e 70, ser “doméstica” conferia prestígio. Ao contrário da Europa (pelo menos na Holanda), onde as mulheres sem trabalho remunerado costumavam declarar modestamente “sou apenas doméstica”, essas mulheres do Sudeste Asiático anunciavam, com orgulho “sou doméstica apenas”. Com a sua dedicação completa às lides domésticas, elas dife-

renunciavam-se das suas mães para quem o trabalho doméstico era secundário. Porém, as mulheres da geração seguinte também iriam mudar. Essas mulheres, hoje na faixa etária entre os 30 e os 50 anos, iriam estudar e optar por uma profissão, renunciando ao papel de doméstica<sup>[42]</sup>. Muitas mulheres da classe média no Sudeste Asiático são, como se diz na Indonésia, *wanita karir* ou seja, mulheres de carreira.

Apesar de ser num contexto diferente, conjunturas semelhantes verificam-se em Portugal, onde, até há pouco tempo, ser doméstica era um ideal, embora o número de domésticas fosse bastante inferior ao que se acreditava ser. Contudo, como referimos, hoje há poucas jovens que optam por este tipo de vida (Guerreiro e Abrantes 2004). Na Holanda, o número de domésticas a tempo inteiro tem diminuído fortemente, com a ressalva de que são poucas as mulheres com dependentes que se dedicam a um emprego com mais de trinta ou mesmo vinte horas semanais.

Os cuidados prestados pela doméstica no ambiente privado são essenciais para o ambiente público e os processos produtivos. Trabalho e família interpenetram-se no espaço e no tempo. Uma separação entre família e trabalho pode ser efectuada só analiticamente, como mostraram muitos autores, e em especial Tamara Hareven (1982) no seu estudo sobre as famílias e as grandes indústrias em New Hampshire. Todavia, o mundo do trabalho e do emprego merece aqui um olhar especial, sob o prisma do género.

<sup>42</sup> Niehof (1995); Strange (1980).



## Capítulo 5

### A vida económica:

#### O trabalho das mulheres e dos homens

As mulheres já não necessitam de perder os prazeres de uma esfera para fruir das satisfações da outra. O melhor dos dois mundos está ao seu alcance, se elas fizerem um esforço para tal.

*Alva Myrdal e Viola Klein em 1956*

Para que uma mulher se torne numa executiva, ela tem que mostrar ser competente, mas não pode envolver-se demasiado na carreira. Se o fizer, não será uma verdadeira mulher. Ela deve ser mais capaz e conhecedora do que a média dos seus rivais masculinos. Mas não deverá mostrar isso. Deve ter, claro, um marido. Se não tiver, poderá ser suspeita de se devotar em demasia à carreira, pois não consegue arranjar um homem. Deve ter filhos, de preferência mais que um. Se não tiver filhos, pode ser “acusada” de devotar-se à carreira, porque não consegue dedicar-se aos filhos. Mas se ela tem filhos porque é que se dedicou à profissão? Porque é que não toma conta dos filhos? Então, como é que ela pode ser uma boa profissional?

*Marjorie Galenson em 1973*

### Introdução

Nas visões clássicas da economia, o trabalho consiste em actividades humanas que geram rendimentos ou que contribuem para a produção económica, de forma mensurável<sup>[1]</sup>. No entanto, há muitas outras práticas que, embora não calculadas em dinheiro, podem ser designadas como trabalho: as lides domésticas, o cuidar, o voluntariado. Por isso, convém aplicar as expressões “trabalho remunerado” e “trabalho não remunerado”, ou trabalho mercantilizado e trabalho não mercantilizado (*market work* e *non-market work*). Enquanto o primeiro gere recursos materiais, o segundo sustenta e possibilita outro tipo de actividades, nomeadamente o *market work*.

Tendo apenas isto em conta pode-se abordar adequadamente os papéis dos homens e das mulheres no que diz respeito ao trabalho. Porque, se é verdade que as mulheres só recentemente entraram maciçamente no mercado de trabalho, também é verdade que as mulheres sempre trabalharam e certamente mais do que os homens. Grande parte do trabalho das mulheres, nas

<sup>1</sup> Perspectivas respectivamente da micro-economia e da macro-economia.

sociedades capitalistas, não foi nem está expressa em “valor económico”, sendo assim um trabalho não valorizado socialmente. A afirmação da antropóloga Margaret Mead de que o trabalho feminino em todas as sociedades conhecidas tem um estatuto inferior<sup>[2]</sup> condiz com as conclusões de Evelyne Sullerot (1969) acerca do baixo prestígio dos labores femininos na história ocidental.

As mulheres camponesas trabalharam sempre na agricultura, no artesanato e no fabrico de roupa. Em grande parte, eram elas que comercializavam os produtos da agricultura e da pesca e participavam plenamente nos afazeres familiares. As mulheres dos pescadores até traziam os maridos e parentes às costas para os barcos para evitar que eles se molhassem (Simonton 1998: 126). As mulheres têm contribuído também para o rendimento familiar mediante, por exemplo, o aluguer de quartos ou a assistência no pequeno negócio do marido (Torres 2004: 9-10). Eram tipos de trabalho que podiam ser combinados com as lides caseiras e com o cuidar dos filhos, tal como a manutenção de uma horta. Quanto ao passado recente de Portugal, vale a pena consultar a “grande reportagem” de Maria Lamas (2002 [1950]), cujos retratos (escritos, fotografados e desenhados) de mulheres portuguesas registam as suas vidas atarefadas. Vidas em que estavam ocupadas, a todas as horas, com um serviço ou outro – razão porque neste capítulo se aborda o “trabalho” no sentido lato, em que um dos tópicos é o “tempo” nas suas vertentes masculina e feminina.

### **Imagens de género e tipo de trabalho**

Em todas as sociedades faz-se alguma distinção entre ocupações masculinas e femininas, mas cada sociedade fá-lo de forma diferente. Em Portugal, as mulheres estão presentes num leque de profissões mais variado do que na maioria dos outros países (Ferreira 1999: 206). Os ofícios tipicamente femininos, nas sociedades europeias, são: a) as chamadas “profissões de assistência” (enfermeiras, professoras, educadoras, assistentes sociais); b) as ocupações administrativas; c) as profissões ligadas ao comércio e aos serviços (empregadas de balcão, cozinheiras, mulheres-a-dias e empregadas de limpeza)<sup>[3]</sup>.

A atribuição destas ocupações às mulheres costuma ser fundamentada nos estereótipos de género. Em primeiro lugar, diz-se que são tarefas mais leves e, por isso, mais condizentes com a reduzida força física das mulheres. No

<sup>2</sup> Citada em Fogelberg (1982: 5).

<sup>3</sup> Ver Pott-Buter (1993: 73).



entanto, lembremos o carácter duro, desgastante e monótono da maioria das tarefas das mulheres<sup>4</sup>. Em segundo lugar, são invocados os dedos finos (*nimble fingers*) que as habilitariam para certas tarefas, como na indústria têxtil. Na indústria electrónica na Malásia, os empresários estrangeiros apontavam a biologia feminina como apropriada para executar um “trabalho de rotina” que podia ser “comparado com fazer tricô”. Segundo um engenheiro chinês, “Não se pode esperar que um homem faça um trabalho fino durante oito horas seguidas”, ou seja, os homens não aceitariam essas condições de trabalho. Uma tradução livre deste discurso seria que as mulheres teriam “dedos ágeis, sagacidade lenta” (Ong 1987: 150-153), o que faria delas a mão-de-obra preferida pelos empresários que oferecessem trabalho árduo e salários baixos. Esta situação também acontece nas empresas no Ocidente. A insuficiência da explicação biológica é manifesta num relato duma viajante britânica sobre as bordadeiras na ilha de Madeira, nos anos 50 do século XX: “as mulheres em causa são camponesas, duras e resistentes, mas o seu trabalho é de uma finura extraordinária, realizada sobre tecidos muito delicados. O virtuosismo que demonstram parece incongruente; não se espera que uma mulher cujas mãos estão calejadas pelo duro trabalho de lavoura possa manejar uma agulha tão fina como qualquer utilizada pela alta costura de Paris”<sup>5</sup>.

Para além da crença na existência de características físicas para desempenhar certas tarefas, é avançada a ideia de um talento inato às mulheres, sobretudo para o cuidar, relacionado com o chamado instinto maternal. Cuidar é também inerente a uma profissão como secretária<sup>6</sup> e estende-se para o cuidar dos animais, principalmente o “gado pequeno”<sup>7</sup>. Um empresário do distrito de Castelo Branco afirmou: “Na parte em que temos que tratar da maternidade dos animais, de leitões, é muito melhor ser tratado por mulheres do que por homens, porque há um instinto maternal inerente ao sexo feminino que, mesmo sendo um animal, nota-se a diferença” (RoMann, 2006).

Qualidades psicológicas geralmente atribuídas às mulheres (ver Amâncio 1994), nomeadamente as capacidades de comunicação e de trabalho em

<sup>4</sup> Bem evocado no poema “Calçada do Carriche” de António Gedeão (1971: 115-120 [1958]), onde Luísa vezes sem conta “puxa que puxa, larga que larga”.

<sup>5</sup> Elizabeth Nicholas (1953), *Madeira and the Canaries*. Londres: Hamilton. Este fragmento foi traduzido por Vicente (2001: 246). Note-se que em grandes partes da Índia são as mulheres que trabalham em obras de construção. No século XIX na Europa era bem divulgado o fenómeno de mulheres mineiras, por exemplo na Bélgica, situação analisada por Scholkens (1999).

<sup>6</sup> Há poucos secretários masculinos, que, aliás, preferem a denominação de “personal assistant”, ou seja, “assessor”.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Simonton (1998: 127).

equipa, são invocadas para estimular o seu recrutamento para determinadas funções de quadro como relações públicas. Por outro lado, existem actividades que podem ser executadas no lar, ou próximo deste, consideradas adequadas para as mulheres, porque facilitam a sua combinação com as lides caseiras e o cuidar dos filhos. Exemplos dessas actividades são a exploração da loja ou do café, os cuidados com o quintal e os animais, o trabalho no domicílio – por exemplo, serviços de costura e de acabamento de produtos industriais<sup>8</sup>, e, hoje em dia, teletrabalho com aplicação das TIC. Para além disso, certas ocupações no sistema jurídico e no ensino permitem a realização de parte do trabalho em casa.

Logo que as máquinas e a tecnologia entram em palco, os homens anexam as actividades inerentes (Simonton 1998: 209). No Barroso, trabalhar com máquinas conta-se entre os “trabalhos de homens” porque, segundo ambos os sexos, as mulheres são “nervosentas” e têm medo (Ribeiro 1997: 307-314). O paralelismo entre mecanização e masculinização é universal: na Indonésia, o trabalho árduo e insalubre de plantar e colher o arroz nos campos irrigados era realizado tradicionalmente pelas mulheres, mas, com a introdução de ferramentas mais sofisticadas, os homens ocuparam os lugares delas; o trabalho, agora menos penoso, resultou em melhores colheitas e rendimentos, mas em contrapartida as mulheres perderam o seu trabalho<sup>9</sup>. Neste país, como em tantos outros sobretudo do “Sul”, muitas mulheres trabalham no que pode ser chamado o “sector informal” ou “paralelo”, ou então, na pequena produção mercantil (*petty commodity production*), actividades que, apesar de acontecerem nas franjas do modo de produção capitalista, estão integradas neste. É trabalho não permanente e com ganhos extremamente baixos, como a confecção de comida para ser vendida na rua<sup>10</sup>.

Voltando à mecanização do trabalho, refira-se por curiosidade que as máquinas de escrever, quando foram introduzidas por volta de 1880, foram consideradas demasiado “técnicas” para mulheres. Mas pouco depois (provavelmente quando os homens tomaram consciência da monotonia do labor em questão), as mulheres formavam a maioria dos dactilógrafos; os empresários invocavam para os “dedos ágeis” e até faziam analogias entre o teclado da máquina e o do piano, instrumento de predilecção entre as jovens da classe média. Curiosidade já do nosso tempo é a conhecida falta de jeito

<sup>8</sup> Entre os quais, o trabalho das cerzideiras, na zona da Covilhã.

<sup>9</sup> Locher-Scholten (1992: 83); Hüsken (1988: 176-184). Estes dados referem-se ao período 1860-1980.

<sup>10</sup> Heyzer (1986: 3); Bijlmer (1987: 72-94).

dos homens com máquinas de lavar, com certeza provocada pela aversão masculina a tudo o que se relaciona com o tratamento de roupa.

## **Um olhar sobre a História**

Evelyne Sullerot (1969: 19) ilustra a dureza do trabalho das mulheres ao longo da história ocidental, mas também a perícia que muitas vezes lhes é exigida. Segundo Tilly e Scott (1987: 48-49), antigamente, nos grêmios em França e na Inglaterra, as mulheres apenas eram admitidas após a morte do marido – muitas conheciam o ofício e exerciam-no ao lado do marido, mas não tinham estatuto oficial. Por outro lado, Rackin refere, para a Inglaterra Tudor, a presença de mulheres em ocupações como ferreiro, sapateiro, oleiro, ourives<sup>[11]</sup>.

A Revolução Industrial, que conduziu muitas mulheres para as fábricas, implicou uma segregação espacial entre trabalho e domicílio, e os salários das mulheres, ganhos em condições abjectas<sup>[12]</sup>, eram bastante inferiores aos que os homens ganhavam. Em várias das grandes empresas inglesas e holandesas existia segregação por género. Homens e mulheres serviam-se de portas diferentes, tinham espaços de trabalho separados, horários e pausas distintos<sup>[13]</sup>. Esses arranjos não foram apenas motivados pela divisão do trabalho, mas também por considerações morais, já que a decência e a honra de uma mulher com trabalho externo facilmente eram postas em questão<sup>[14]</sup>. No início do século XX, os pais de jovens mulheres da zona de Eindhoven, na Holanda, não consideravam a fábrica Philips um ambiente de trabalho apropriado. Fortemente católicos, tinham objecções relativamente ao carácter “misto” do pessoal (com várias denominações religiosas, e contando homens e mulheres, embora em secções diferentes). A família Philips, não católica, “cedeu” no sentido de garantir um ensino doméstico e religioso, ao cuidado de freiras, e de não contratar mulheres casadas, já que a Igreja e os pais receavam uma influência negativa dessas “experientes” (Van Drenth 1992).

<sup>11</sup> Rackin (2005: 21); Creighton (1996: 321).

<sup>12</sup> Amplamente registadas, por exemplo por Friedrich Engels (1967 [1844]: 26-55) e várias comissões oficiais nos respectivos países. Na Holanda, o Estado criou em 1886 duas comissões de investigação sobre condições de trabalho: uma em relação à agricultura e uma outra que investigava as condições nas fábricas e oficinas, encontrando muitas situações de trabalho duro de mulheres e raparigas. Por exemplo, nas fábricas de tijolos, as mulheres tinham que empurrar para cima carrinhos-de-mão com carga de até 80 quilos (Schilstra 1978 [1940]: 88-96; 129).

<sup>13</sup> Simonton (1998: 253); Schilstra (1976: 93-94).

<sup>14</sup> Sullerot (1969: 31-33); De Swaan (1979).

Ao fim do século XIX surgiram novas ocupações para mulheres da classe média com alguma instrução, mormente nos serviços de telefone e correios e nos sectores administrativos. Era a chamada revolução da blusa branca ou dos colarinhos cor-de-rosa. As maiores exigências na área da saúde e da educação alargaram a procura de enfermeiras e de professoras<sup>[15]</sup>. As mulheres menos favorecidas estavam condenadas ao trabalho nas fábricas, em oficinas (*sweatshops*) ou no domicílio. No entanto, em muitos países verificar-se-ia um abandono considerável do mercado de trabalho por parte das mulheres. As razões foram a nova legislação que proibia trabalho nocturno para as mulheres; as novas formas de organização do trabalho, tais como o sistema de Taylor, nos Estados Unidos, e o ainda mais intensivo de Bedaux, na Grã-Bretanha (Walby 1986: 176-177), bem como a introdução em vários países do salário familiar, ou seja, o que o marido ganhava era o suficiente para sustentar a família.

### **Mudanças na segregação ocupacional**

As primeiras mulheres que exercem ocupações monopolizadas por homens foram e são frequentemente consideradas como “masculinas” ou “assexuadas” e estão sujeitas aos olhares curiosos e supercríticos dos outros. A sobrevisibilidade e as troças excessivas das quais são alvo, inclusive o assédio sexual, dificultam ainda mais a vida destas vanguardistas, e por isso não é de admirar que muitas desistam. Estas dificuldades são maiores nas profissões consideradas mais masculinas, que, não por acaso, são profissões relacionadas com força e poder.

A entrada de mulheres nas Forças Armadas foi, em Portugal, bem estudada por Carrilho (1990) e, mais extensivamente, por Carreiras (2004). Nas forças policiais, nomeadamente na Polícia de Segurança Pública, a presença de mulheres já tem várias décadas, mas no início elas foram colocadas apenas em certas funções (como administrativas ou a laborar nas secções para mulheres e crianças). Os desenvolvimentos nestes ramos desde os anos 80, quando todas as posições se tornaram acessíveis às mulheres, foram estudados por Durão e Leandro (2003), entre outros.

<sup>15</sup> Sobre estas profissões existem bons estudos, por exemplo, os de Helena Araújo (1990, 1991) sobre as professoras primárias em Portugal.

Certas funções religiosas são vedadas às mulheres, sendo que na Igreja Católica estas nem podem proferir homilias<sup>[16]</sup>. Porém, algumas outras vertentes do Cristianismo aceitam mulheres como sacerdotes. A Minahasa, a maior igreja protestante, de cariz calvinista<sup>[17]</sup>, tem uma maioria de mulheres entre os seus pastores e estudantes de teologia, facto que os habitantes da zona explicam pelo carácter do trabalho pastoral e ritual, que consideram mais “feminino”<sup>[18]</sup>.

Destaque merece a área de medicina. Até ao período em que a ciência e o mercado começaram a caracterizar os serviços médicos na Europa, estes foram, em grande parte, do domínio das mulheres<sup>[19]</sup>. Frequentar um curso académico, seja em medicina, seja em qualquer outra área era impensável para as mulheres até meados do século XIX. A insistência de algumas resultou numa eliminação parcial dos entraves. Muitas das primeiras médicas distinguiram-se pela sua atenção especial às causas das mulheres: condições de trabalho, saúde reprodutora e saúde materno-infantil. A admissão de mulheres nas faculdades de Medicina foi, aliás, em parte motivada pelo pudor que as doentes femininas tinham face a um médico homem. Por outras palavras, as autoridades pensavam que o recurso feminino aos serviços médicos aumentaria com a presença de mulheres médicas.

Quase todas as primeiras médicas se batem pelos direitos cívicos das mulheres. Em Portugal foram exemplo disto Domitila de Carvalho, Carolina Beatriz Ângelo e Adelaide Cabete e, na Holanda, Aletta Jacobs e Catharina van Tusschenbroek<sup>[20]</sup>.

Actualmente, entre os estudantes de Medicina nos países ocidentais, as mulheres estão em maioria. Várias razões para tal situação têm sido indicadas, nomeadamente por Machado (2003), mas acrescenta-se aqui a sugestão de uma correspondência das actividades (para-)médicas com noções de feminilidade, ou seja, como afirmado por um académico inglês: “Trabalhar com animais e pessoas é mais feminino que trabalhar com minerais e matemática”<sup>[21]</sup>. A gendrificação tem também expressão na escolha da especialização clínica: por exemplo verifica-se a prevalência de homens entre os

<sup>16</sup> Na Holanda, após o II Concílio do Vaticano, havia uma ampla participação das mulheres em assuntos eclesiais a nível paroquial, o que terminou com uma proibição episcopal oficial (15-4-2007). A Igreja baseia-se, entre outros, em Paulo 1 Timoteo 2, 11-12: “Não permite à mulher que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o Homem”.

<sup>17</sup> GMIM, Gereja Masehi Injil Minahasa (Igreja Evangélica da Minahasa).

<sup>18</sup> Para contextualizar melhor essa tendência, ver Schouten (1998); Tauchmann (1968).

<sup>19</sup> Witz (1992); Nunes (1997); Johannisson (1996).

<sup>20</sup> Amâncio *et al.* (2007); Jacobs (1978).

<sup>21</sup> Resposta ao artigo de Greenfield (2007). (<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2007/jul/01/science.comment?commentpage=1>)

cirurgiões, facto que Marques (2004) relaciona com a cultura ocupacional, mas que também tem que ver com o estatuto superior dessa especialidade. Neste campo, os “dedos ágeis” das mulheres por enquanto não têm sido uma vantagem<sup>[22]</sup>.

A modificação da cultura de trabalho é uma das preocupações dos homens que criticam a (futura) preponderância feminina na profissão médica (ou seja, a *pink-collar medicine*, segundo Heru 2005). As dúvidas pronunciadas pelo ministro da Saúde Luís Filipe Pereira, em Junho de 2004, sobre o empenho das futuras médicas que, segundo ele, seria prejudicado pela combinação entre o trabalho e a maternidade, provocaram à época grande celeuma<sup>[23]</sup>. Aparentemente, para este representante do XV Governo Constitucional, a articulação entre família e emprego era um problema que não tocava aos homens-pais.

A actividade do cuidar dos doentes, ou seja, a enfermagem, tem sido rotulada de “feminina”, correspondendo às supostas qualidades “maternas” de qualquer mulher. Uma das pioneiras neste campo, Florence Nightingale, procurou dar mais dignidade e eficácia a esta ocupação; no entanto, encarou-a como uma vocação sagrada, exclusivamente para mulheres não casadas e de comportamento impecável (Nightingale 1997). Foi também graças a outras vanguardistas que se conquistaram, nos finais do século XIX, a profissionalização e o direito à remuneração para este trabalho<sup>[24]</sup>. Mais recentemente, cresceu o número de enfermeiros masculinos (em proporções variadas conforme o país, a área de especialização e a categoria). Esta evolução atípica de homens que invadem um campo profissional tradicionalmente feminino foi analisada por Simões e Amâncio (2004), inclusive as consequências (positivas, ao contrário do que se passa com mulheres em profissões masculinas) que a sua “sobrevisibilidade” tem para estes homens.

<sup>22</sup> Na cirurgia ortopédica, que transmite a imagem de “força”, há menos mulheres ainda. Mas Marques (2004: 44) registou a seguinte avaliação de um cirurgião das colegas femininas: “[Elas] aliam uma capacidade mental tremenda a uma habilidade de mãos que nós homens não temos.”

<sup>23</sup> “Por vezes levanta-se a questão de a participação feminina poder estar de alguma maneira condicionada pelas suas responsabilidades em termos domésticos, em termos de vida familiar, porque tornaria essas mulheres menos disponíveis para uma profissão que requer 24 sobre 24 horas, no que diz respeito a cuidados que são inadiáveis.” Estas declarações do ministro provocaram reacções de todos os lados do espectro político, de Ilda Figueiredo até Manuela Ferreira Leite. Cf. Marques (2004: 35, 47): “A separação clara entre os universos doméstico e de trabalho, apenas admissível aos cirurgiões (...) produz um efeito paradoxal no caso das cirurgiãs: se, por um lado, se espera que consigam um desempenho e uma disponibilidade semelhantes aos homens, por outro, ao serem avaliadas e caracterizadas como pessoas-mulheres, o seu papel doméstico é levado em conta, nomeadamente a sua função maternal”.

<sup>24</sup> Witz (1992); para Portugal, ver Escobar (2004).

O mundo do trabalho parece passar por um processo de “feminização”, termo que pode, segundo Bradley (2000: 73-79), indicar várias tendências, a saber: o aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho; o ingresso das mulheres em ramos de trabalho antes (quase) exclusivamente masculinos; a modificação do trabalho em si para adequá-lo mais ao modo de trabalhar das mulheres.

No entanto, há que ter em conta que a maior parte das jovens ainda caminha para estudos e profissões “tradicionalmente femininos”, que também incluem ocupações tais como amas e empregadas domésticas. Com efeito, é um paradoxo que a crescente ocupação por mulheres de postos bem qualificados promova a actividade de outras mulheres em postos “domésticos”. Por outras palavras, se por um lado a ocupação das mulheres em posições antes exclusivamente masculinas quebra estereótipos, o facto de estas mulheres contratarem, quase sempre, mulheres para executar tarefas domésticas, reproduz o estereótipo. Deste modo, as mulheres bem-sucedidas no mercado de trabalho reproduzem na sua própria casa as noções tradicionais dos trabalhos femininos.

## **A segregação vertical**

Independentemente do ramo de actividade, é difícil para as mulheres chegarem ao topo. A dominação masculina dos escalões mais elevados dos vários sectores profissionais, ou seja, a segregação vertical, é (ainda) uma realidade, embora em Portugal isso seja menos do que, por exemplo, na Holanda, onde mesmo nos sectores largamente ocupados por mulheres, como o ensino básico e a enfermagem, os directores são na sua grande maioria homens.

Verifica-se a existência de um “tecto de vidro” (*glass ceiling*), onde as mulheres bem qualificadas podem, com grande esforço e sorte, atingir o penúltimo degrau na hierarquia e ver o cume, mas este fica inacessível<sup>[25]</sup>. Entre as razões contam-se um défice de autoconfiança – fruto da socialização – e as atitudes dos “outros”, seja a falta de encorajamento, seja a manifestação de preconceitos. Há indicações de que os conselhos de direcção das grandes empresas constituem, a par dos meios operários não qualificados, o ambiente

<sup>25</sup> Em 1991, o Ministério do Trabalho nos EUA definiu *glass ceiling* como “aquelas barreiras artificiais baseadas no desequilíbrio atitudinal e organizacional que inibe os indivíduos qualificados de ascenderem na sua organização para posições no nível da gerência”; também se referia a membros de minorias (étnicas/religiosas). O presidente George H. Bush criou uma comissão para investigar este problema nas empresas, a Federal Glass Ceiling Commission. Ver relatório *Good for business: making full use of the nation's human capital* (1995) [digitalcommons.ilr.cornell.edu/key\_workplace/116/] Ver também “Helping women” (2005).

mais sexista na sociedade. Das mulheres que conseguiram “invadir” esse mundo, muitas, apesar das suas tentativas persistentes, não aguentaram o ambiente “machista” (Courtney 2007).

Circunstâncias práticas não ajudam as mulheres: têm menos possibilidades de estabelecer redes (*networking*), que ocorrem após o horário laboral, em cafés, jantares, ou, para altos funcionários, em clubes noturnos com ou sem *striptease*<sup>[26]</sup>. A pressão do tempo restringe também as possibilidades de formação e, em geral, de tempo livre para renovar energias. É uma consequência da difícil articulação entre família e emprego, e assim pode ser constatado que existe uma relação entre o “tecto de vidro” e a “parede de vidro”, no seu significado de segregação ou divisão desigual de trabalhos no ambiente doméstico<sup>[27]</sup>.

Poucas são as mulheres que têm o forte suporte conjugal para a carreira que muitos homens recebem. Para além dos cuidados diários, inúmeras mulheres contribuem de forma substancial para a carreira dos homens: por exemplo, sustentando, nos primeiros tempos de vida a dois, com o seu salário o marido estudante<sup>[28]</sup>. As mulheres auxilia(va)m os maridos no negócio, como assistentes no consultório, a dactilografar as teses ou relatórios, a aplaudir os desempenhos desportivos ou artísticos. O eminente historiador Jan Romein solicitava a presença da sua mulher (também historiadora eminente, embora a sua carreira fosse principalmente a de mãe e esposa) nas suas aulas na Universidade de Amesterdão<sup>[29]</sup>. Da história recente constam vários casos de casais de cientistas ou artistas em que a mulher teve de renunciar às suas actividades para se dedicar à casa e principalmente ao marido<sup>[30]</sup>. Mas também houve relações de inspiração mútua: basta lembrar Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szénes.

<sup>26</sup> Courtney (2007); Fiorina (2006).

<sup>27</sup> “Parede de vidro” é uma expressão às vezes também usada em relação à segregação horizontal.

<sup>28</sup> Até aos anos 70 do século XX, esta era uma prática comum na Holanda.

<sup>29</sup> O casal Romein-Verschoor produziu várias obras – agora clássicas – sobre a História dos Países Baixos. Depois da Segunda Guerra Mundial, Jan Romein foi nomeado catedrático na Universidade de Amesterdão, nomeação rodeada por polémicas, devido às suas simpatias e activismo de esquerda. Annie Romein-Verschoor redigiu livros, ensaios e pequenos textos, muitos dos quais na época foram considerados radicais pela atenção que dedicavam aos papéis assimétricos de homens e mulheres (ver Romein-Verschoor 1980).

<sup>30</sup> Um caso famoso é o de Alma Schindler-Mahler, que nos primeiros anos de casamento teve que se sujeitar completamente às exigências extremas, em relação à gestão do lar, de Gustav Mahler. Já Sarah Affonso teve dificuldade em se dedicar à pintura depois do casamento com Almada Negreiros (Conde 1995).



## **Mulheres empresárias**

Um estudo pioneiro sobre as mulheres empresárias em Portugal foi efectuado por Maria de Lurdes Rodrigues (1989, 1993). Desde então, esta categoria cresceu significativamente. No entanto, trata-se em geral de empresas de pequena dimensão e nas franjas mais frágeis do tecido empresarial.

O carácter familiar de muitas empresas (tanto as PME como as de grande dimensão) em Portugal pode dar a ideia de que nestes negócios há mais oportunidade de construir uma carreira para as mulheres que pertencem à família proprietária da empresa em questão. Pesquisas efectuadas em vários tipos de empresas contradizem esta ideia. Ana Maria Ussman (1998) concluiu que a presença de mulheres na direcção acontece “por motivos negativos”, ou seja, perante a falta de um parente masculino. A sucessão da firma, caso o proprietário tiver apenas filhas, transita muitas vezes para um genro ou um neto. Nos grandes grupos económicos de base familiar, Antónia Lima (2003) constatou as mesmas tendências. Nestes casos para os homens da família já está preparado o seu lugar na direcção após a conclusão dos estudos. Se familiares femininas trabalharem na empresa, começam em postos como Relações Públicas e Secretariado e num regime pouco certo. Os homens, desde tenra idade, são socializados para uma função de destaque na empresa, ao contrário das mulheres, como considera Ussman. As conclusões de Lima são semelhantes e acrescentam o pormenor significativo de que de facto, sim, as jovens dessas famílias de elite são socializadas para um futuro papel em prol da empresa, mas este papel será do âmbito familiar, de representatividade ou de organização de eventos sociais.

Maria das Dores Guerreiro (1996, 1998) no seu estudo sobre pequenas e médias empresas também destacou o envolvimento das mulheres (esposas) em empresas familiares, criando uma tipologia conforme o estatuto, incluindo tipos como “empregadas da empresa” ou “suporte da direcção”. Outras esposas trabalhavam para a empresa como apoiantes na administração e anfitriãs incidentais sem que isso fosse devidamente reconhecido. Os empresários caracterizavam a posição profissional destas suas cônjuges como sendo de “doméstica” e as próprias mulheres tinham a tendência para desvalorizar as suas actividades na empresa.

Estas pesquisas foram realizadas já há alguns anos. Nas nossas próprias investigações, mais recentes, encontrámos situações semelhantes, mas, por outro lado, também, entre as mulheres mais jovens, um espírito de empreendedorismo e uma tendência para a autonomização.

## Rendimentos

Os vencimentos das mulheres são em média bastante inferiores aos dos homens, já que ocupam postos de trabalho mais baixos e são elas quem mais assume as responsabilidades familiares, o que leva a um maior absentismo com eventuais efeitos nas regalias. Mas também o valor do salário para trabalho igual mostra discrepâncias entre homens e mulheres, embora essa diferença em Portugal seja, hoje em dia, ilegal e apenas presente no sector privado. O período em que os vencimentos das mulheres geralmente atingiam apenas metade dos atribuídos aos homens não está muito distante de nós<sup>[31]</sup>. Na indústria de lanifícios na Covilhã, até 1973, havia “tabelas para os homens e para as mulheres mesmo fazendo a mesma tarefa (...). As mulheres concentravam-se fundamentalmente nas letras de menores rendimentos(...) nas letras J, I e H (...), portanto são categorias profissionais que têm muita importância para a produção de uma empresa mas que são mais mal remuneradas (...)”<sup>[32]</sup>. Nos dias de hoje verifica-se o mesmo entre os tarefeiros na agricultura, por exemplo, na apanha de cerejas: os homens ganham mais por hora, embora seja reconhecido por todos que têm uma produtividade inferior, nomeadamente após o almoço, dado o costume de este ser “regado” com vinho.

A disparidade de salários em Portugal é um facto, apesar de contrariar a legislação laboral e as orientações da Comissão Europeia, que condenam qualquer discriminação baseada em género, e não obstante a vigilância da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e de outras entidades. Ademais, o reconhecimento legal dos direitos das mulheres tem efeitos colaterais perversos, no sentido em que torna a sua admissão a empregos menos provável, conduzindo-as para um trabalho precário. Mesmo assim, comparado com outros países do Norte, o fosso salarial em termos de género (*gender gap*) em Portugal é mais estreito<sup>[33]</sup>, provavelmente explicável pelo baixo nível dos salários em geral.

<sup>31</sup> Por exemplo, na indústria da cortiça, durante grande parte do século XX, uma mulher ganhava mais ou menos metade do salário de um homem, para tarefas iguais (Almeida 1993: 110, nota 18). Ver as observações de Maria Lamas (2002 [1950]: 45, 105) e de Berta Nunes (1997: 56) sobre as grandes diferenças entre as jornas das trabalhadoras e dos trabalhadores na agricultura.

<sup>32</sup> Depoimento de um dirigente sindical, *apud* Poças, Almeida e Rabasquinho (1995: 65).

<sup>33</sup> Na tabela 2.4, do relatório da ILO (2007: 22), são mencionados dezanove países, e destes o *gender pay gap* de Portugal é o mais pequeno, não apresentando mudanças entre 1995, 1999 e 2004.

## O tempo gendricado

Um recurso cuja problematização mais profunda se tem revelado urgente é o tempo (Walby 2000 [1997]: 8), amplamente relacionado com o trabalho, mas também com outros contextos da vida social. A dimensão de género é fundamental nos estudos do uso do tempo<sup>34</sup>.

Durante décadas era normal falar da divisão entre o “tempo de trabalho” e o “tempo livre”. Os sindicatos e os partidos políticos, na sua luta pelo dia de trabalho de oito horas, produziam cartazes com ilustrações em que se dividia o dia ideal em três blocos de oito horas: trabalho, lazer (“oito horas para o que queremos”) e sono. Na realidade, a divisão do tempo é mais complexa e o tempo fora do trabalho é empregue de várias maneiras: deslocações, cuidados pessoais (inclusive comer) e responsabilidades, entre as quais o “cuidar” dos outros. Assinalar essa diversidade de actividades é um dos grandes méritos das amostras do uso do tempo (*time use surveys*), executadas desde o período entre as duas guerras e nos anos mais recentes aplicados de forma harmonizada em numerosos países. Em Portugal, o inquérito de 1999 realizado pelo INE mostrou que o tempo que sobra para o verdadeiro lazer ou descanso depende muito do género.

Na economia, Gary Becker, com a sua “Teoria do uso do tempo”, artigo publicado em 1965, foi um dos primeiros a dar atenção ao trabalho doméstico como ocupação relevante do tempo. A sua abordagem, hoje mais conhecida como *New Home Economics*, pretende determinar a optimização dos rendimentos e da produtividade por meio de um uso “racional” do tempo, que no seu raciocínio é diferente para homens e mulheres. As mulheres rentabilizariam melhor o tempo em casa através da execução de tarefas domésticas, enquanto para os homens o trabalho no exterior seria o indicado. Este raciocínio diferencialista é bastante criticável; no entanto, tem o mérito de incluir o trabalho doméstico na consideração dos processos de produção.

As mulheres com dependentes passam muito tempo ao serviço dos outros. É uma norma de “estar de serviço” permanentemente, que corresponde à outra norma, a saber, que as mãos de uma mulher nunca devem estar paradas. Era assim no passado: “Na Escócia, como na Suécia, as mulheres faziam tricô ou fiavam enquanto caminhavam” (Simonton 1998: 129). É assim nos dias de hoje em que é, em Portugal, ainda comum ver mulheres a fazer croché na praia ou no comboio. E existem inúmeros exemplos de

<sup>34</sup> Em Portugal têm sido efectuadas e estão ainda a decorrer diversas pesquisas sobre este tema. Por exemplo, Perista (2002), Perista e Chagas Lopes (1999) e o livro organizado por Araújo, Duarte e Ribeiro (2008). Decorre uma investigação acerca de “Tempo, tecnologia e género” com investigadores da Universidade da Beira Interior e da Universidade do Minho.

outras sociedades: entre os Atoni da ilha de Timor, Schulte Nordholt (1971: 42) observou as mulheres a fiar a caminho do mercado, segurando as mercadorias em cima da cabeça. Situação semelhante à da Albânia rural, como afirma Young (2000: 25) na legenda duma fotografia de uma mulher, tirada em 1993: “Esta mulher foi buscar água e continuará a tricotar enquanto leva a garrafa de água para casa.”

As mulheres estão habituadas a fazer várias tarefas em simultâneo e têm dificuldade em se desligar daquilo que consideram ser as suas responsabilidades. Verifica-se isso no caso das mulheres que exercem a sua profissão no domicílio e que aproveitam os intervalos para as lides domésticas, mas também entre aquelas que praticam uma actividade de lazer, enquanto cuidam dos filhos.

A conciliação entre vida familiar e vida profissional é mais problemática nos agregados domésticos que contam com doentes crónicos, idosos e principalmente crianças. Por isso, na maioria dos países industrializados, é na altura do nascimento do primeiro filho que um elemento do casal deixa o emprego ou reduz o horário de trabalho. Esse elemento é, em geral, a mulher. A participação das mulheres de diversas idades no mercado de trabalho nesses países reflecte a chamada *M-shaped curve* ou curva em forma de M. Quer isto dizer que, após uma taxa de participação maciça, nas idades por volta dos 25/26 anos, o número de mulheres activas diminui, redução explicável pelo nascimento dos filhos. Na camada etária dos 40 anos ou mais, quando os filhos já estão crescidos, a participação volta a aumentar. Existe, portanto, uma diminuição da participação feminina no mercado de trabalho (também chamada a pausa dos dez anos, “*ten-year nap*”), precisamente nas idades em que os homens consolidam a sua carreira. Portugal é um caso excepcional, já que não existe essa curva em forma de M, e a fase com filhos pequenos é exactamente o período em que as mulheres participam mais no mercado de trabalho<sup>35</sup>.

Perante o investimento de tempo e de recursos financeiros que nos dias de hoje é norma dar a um filho, relacionado com a centralidade da criança na vida da família, não é de admirar que o número de filhos por casal diminua. A taxa de fecundidade em Portugal é cerca de 1,3, mais baixa do que a média europeia e muito aquém da taxa de substituição. Os casais portugueses querem ter filhos, mas por razões de natureza económica e social há muitas famílias que não vão para além do primeiro filho (Cunha 2005). Em vários países da Europa tem-se registado uma correlação entre nível de habilitações

<sup>35</sup> Não é geral nem sempre foi assim; ver Almeida (1993: 110-111) sobre as mulheres dos corticeiros na margem Sul.

da mulher e o número de filhos. Por exemplo na Alemanha, 25% das mulheres com ensino superior e com mais de 40 anos em 2007 não tinham filhos. Os dados da Holanda são semelhantes<sup>[36]</sup>. Várias circunstâncias motivam o adiamento e a não concretização da maternidade entre essas mulheres, como a sua dificuldade em estabelecer uma relação estável ou a difícil escolha entre carreira e maternidade.

Estas alterações na natalidade estão ligadas à mudança de posição e papel das mulheres. Quanto ao adiamento de gravidezes, no mundo da medicina existe uma certa preocupação com as suas consequências, tais como a subfertilidade, as gravidezes de risco, um maior risco de defeitos congénitos e de cancro da mama. Gravidezes tardias derivam em parte da “combinação de trabalho e vida privada”, como consta no título de um depoimento de um ginecologista holandês<sup>[37]</sup>. É interessante o facto de esse aviso vir da parte dos médicos, uma categoria profissional também na Holanda cada vez mais feminizada e onde a idade média das profissionais aquando o nascimento do primeiro filho ronda os 35 anos<sup>[38]</sup>. Contudo, a relação entre carreira feminina e gravidezes de risco é um tema internacionalmente discutido.

A idade em que se tem o primeiro filho aumenta em quase todos os países industrializados e o Japão é um caso paradigmático. Os muitos estudos dedicados à quebra do número de nascimentos nesse país salientam uma conclusão que provavelmente é universal: as mulheres reivindicam mais o seu direito a tempos livres (Nomaguchi 2006). Deve ser acrescentado que no Japão as exigências às mães no que respeita à dedicação de tempo aos seus filhos são muito elevadas.

## Tempo livre

As pessoas com trabalho fora de casa e responsabilidades com uma família têm pouco tempo para elas próprias. O já referido inquérito português à ocupação de tempo, de 1999, revelou que as mulheres tinham, por dia, uma hora menos de tempo livre que os homens, situação que parece não se ter alterado muito até agora<sup>[39]</sup>. Assim, as possibilidades para formação, actividades cívicas ou lazer e desporto são diminutas. As mulheres prefe-

<sup>36</sup> Centraal Bureau voor de Statistiek, Voorburg (2008).

<sup>37</sup> “Combinatie werk/privé bezorgt vrouwen gezondheidsproblemen” *Medisch Contact* web 20-02-2006 [www.knov.nl/nieuws/2006/combinatie\_werkprive\_bezo/index.xml?\_xsl=cms-prin.. Consultado em 27-02-06.] Ver também De Kroon (2006).

<sup>38</sup> Em 2005.

<sup>39</sup> Estudo Conciliação (DGEEP 2006). De referir que as autodeclarações não revelam grande falta de tempo, provavelmente o resultado da “naturalização” desse fenómeno.

rem ocupar o tempo que lhes sobra com actividades domésticas ou simplesmente a descansar. Característica é a senhora que afirma, sem qualquer ponta de ironia, que a sua actividade de lazer é limpar a casa (Santos 2006: 256). Para muitas mulheres das classes menos privilegiadas o fenómeno de “tempo livre”, na sua definição de *time free from constraint* (“tempo isento de constrangimentos”), é raro. Falta-lhes uma estratégia para a ocupação desse tempo, precisamente porque consiste em períodos reduzidos, dispersos e imprevisíveis. As formas preferidas de algumas das mulheres entrevistadas por Sofia Aboim de passar os tempos livres são “alguns momentos de intimidade pessoal”: estar deitada, na cama ou no sofá, ou tomar banho (Aboim 2006: 297).

O lazer não está em oposição com a vida familiar ou laboral. O trabalho pode ser relaxante e fonte de regozijo<sup>[40]</sup> e há tipos de lazer que poderiam ser definidos como “trabalho” por certas pessoas. A família em si pode constituir um ambiente de lazer, gratificação e alegria, em que as mulheres executam o seu trabalho de cuidar e apoiar.

O lazer e a sua gendrificação são tópicos de pesquisa premente. Thorstein Veblen (1975 [1899]) e Pierre Bourdieu (1979) redigiram obras de grande interesse sobre a correlação entre formas de lazer e classe, tema também desenvolvido dentro da Sociologia do Desporto. Sobre o lazer gendricado nas suas mais variadas formas, os contributos de Smith, Horne e Jary (1987) e Hermes (1995) devem ser mencionados. O tempo livre não é uma futilidade, mas sim fundamental para a participação na sociedade, em actividades cívicas e para a interacção com outros, fora do círculo doméstico e familiar.

## **Políticas e iniciativas sociais**

O Estado incentiva a chamada conciliação entre vida profissional e vida privada/familiar por várias razões, das quais passamos a explicitar três. Uma primeira razão assenta na promoção da igualdade de oportunidades, assumindo que, com a possibilidade de uma melhor gestão do tempo, as mulheres e também os homens podem ter uma vida mais saudável e satisfatória e podem aproveitar oportunidades para a sua realização pessoal. Em segundo lugar, espera-se que, com uma participação mais completa das mulheres no mercado de trabalho, a produtividade aumente e que um desperdício dos

<sup>40</sup> Ver Freire *et al.* (2000: 176): “o tempo de trabalho é, em muitos casos, também encarado como um tempo hedonista que permite a realização pessoal”.

seus talentos e competências seja evitado. Um terceiro objectivo inerente é a reversão das tendências demográficas.

Assim, as políticas familiares, que antigamente na maioria dos Estados europeus se baseavam no “modelo de homem provedor”<sup>[41]</sup>, estão hoje mais ligadas à igualdade de oportunidades e têm também em vista a realização pessoal de homens e mulheres. Existem, no entanto, grandes diferenças entre políticas gerais e específicas com as quais os vários países da Europa pretendem chegar às metas, o que não é de admirar perante a diversidade entre os países nos aspectos históricos e culturais<sup>[42]</sup>.

## **O contexto internacional**

Para finalizar, lancemos um breve olhar sobre o mundo. No relatório da ILO de 2007, que compara os países em assuntos de trabalho e igualdade, são aplicados indicadores de várias ordens, a saber: a participação das mulheres no mercado de trabalho; a sua taxa de emprego e desemprego; a proporção feminina no trabalho pago, tanto dentro como fora do sector agrícola; a distribuição das trabalhadoras por estatuto (não paga; trabalhadora por conta própria; trabalhadora por conta de outrem); a percentagem de mulheres em posições governamentais e de gestão e as diferenças salariais.

Constata-se que a participação das mulheres no mercado de trabalho está a crescer, com percentagens mais elevadas na América do Norte e na África subsariana, e as mais baixas no Sul da Ásia e no Médio Oriente/Norte de África. Mantém-se, no entanto, o problema do trabalho não pago, especialmente no Sul da Ásia, onde dois terços das mulheres não recebem remuneração pelo seu trabalho. O fosso de género (*gender gap*) no que diz respeito a salários e posições na hierarquia do trabalho continua a ser significativo, apesar de as novas gerações de mulheres terem habilitações mais elevadas do que os homens (com excepção do Sul da Ásia e da África subsariana).

Uma das consequências é a aposta de muitas mulheres na migração, não raras vezes intercontinental. Os trabalhos que efectuam nos países mais ricos são os mais duros, mas incluem, também, o denominado trabalho emocional. Hochschild (1983), que cunhou este termo, tomou como exemplos as profissões de hospedeira e recepcionista, mas nesta categoria também podem incluir-se as de trabalhadora de *spa* e de salão de estética, e a de trabalhadora do sexo, profissão que uma pequena parte das migrantes desempenha.

<sup>41</sup> Mas não em todos os países, como mostra Pfau-Effinger (2004).

<sup>42</sup> Esping-Andersen (1990); Pfau-Effinger (2004).

Muito mais significativo entre as mulheres migrantes é o trabalho emocional que implica o “cuidar” como ama ou “cuidadora” de idosos, cujos familiares preferem essa solução a um lugar numa instituição. O trabalho de cuidar, para o qual as famílias já não têm o tempo necessário e para cujas exigências o Estado não oferece respostas suficientes, transita, assim, para mulheres que vêm de outras partes do mundo, que não raramente deixam os seus próprios filhos para trás, entregues aos cuidados de outros.

A migração é uma estratégia incentivada pela feminização da pobreza, assinalável em todo o mundo e uma tendência que confirma a condição das mulheres como exposta neste capítulo: mais pobres do que os homens, mas muito trabalhadoras.



## Capítulo 6

### Política, cidadania e género

Como poderiam os homens negar a razão e depois usá-la como desculpa para impedi-los de uma vida activa útil?

*Mary Wollstonecraft*

#### Introdução

A política está relacionada com questões de poder e processos de decisão, geralmente na esfera pública<sup>[1]</sup>. Durante muito tempo as mulheres ficaram excluídas do terreno político, de tal maneira que Harriet Martineau escreveu justamente “sobre a não-existência política das mulheres” – com referência específica à situação norte-americana nos anos 30 do século XIX<sup>[2]</sup>. Nos tempos actuais, e na maior parte dos países, tanto mulheres como homens podem participar na vida política, mas a sua acção revela diferenças gendricadas, que carecem de melhor análise.

Vinculada à política está a cidadania, ou seja, o envolvimento colectivo e participativo na determinação dos assuntos na comunidade<sup>[3]</sup>. Expressões de cidadania são a participação em associações ou em movimentos sociais e políticos, como, por exemplo, o do feminismo. A história do feminismo como movimento constitui um dos assuntos a discutir neste capítulo, não apenas por se tratar de uma acção cívica, mas também porque uma das principais e primeiras causas da mobilização feminista foi a obtenção dos direitos políticos, cívicos e sociais para as mulheres.

<sup>1</sup> Uma definição curta e inclusiva de “política”, bastante aplicada na antropologia, será “as relações sociais que impliquem autoridade ou poder e que envolvem a tomada de decisões”.

<sup>2</sup> Título de um capítulo de *Society in America* (1837), em que se exprime um juízo mais negativo sobre a sociedade americana do que o de Alexis de Tocqueville, que estudou a jovem federação na mesma época. Martineau, já citada no primeiro capítulo, merece um reconhecimento mais amplo.

<sup>3</sup> Cf. Dietz in Lister n.d. No entendimento de Turner (*apud* Simões 2005: 39), cidadania é o “conjunto de práticas (jurídicas, políticas, económicas e culturais) que definem uma pessoa como um membro competente da sociedade e que, como consequência, moldam o fluxo de recursos das pessoas e dos grupos sociais”. Para as diversas abordagens e dimensões de “cidadania”, ver Simões (2005: 39-57); Bussemaker e Voet (orgs.) (1998) e, de interesse particular para o feminismo, Pintasilgo (1998).

## A participação política

O sufrágio feminino tem sido objecto de debate desde a Revolução Francesa, tornando-se esta reivindicação mais forte na segunda parte do século XIX. O direito feminino de votar foi adquirido primeiro em alguns territórios recém-povoados por europeus, onde a participação das mulheres em todos os tipos de tarefas era mais do que necessária: na Nova Zelândia e na Austrália por volta de 1900 e, antes disso, em territórios do “Far West” americano (Wyoming, Utah e Colorado)<sup>[4]</sup>. Seguiram-se os países nórdicos e, depois da Primeira Grande Guerra, muitos dos outros países europeus. Em França e na Itália, contudo, este direito foi concedido apenas depois da Segunda Guerra Mundial, e em Portugal foi só a Constituição de 1976 que garantiu o direito ao voto a todas as mulheres maiores de idade (ver abaixo).

Até meados dos anos 80, nas democracias ocidentais, os estudos relevantes concluíram que “as mulheres são menos participativas nos domínios públicos, que se abstêm mais eleitoralmente e que, quando votam, o fazem tendencialmente mais à direita”<sup>[5]</sup>. O frequentemente invocado “dogma do conservadorismo feminino” parece não ter validade para os dias de hoje e os estudos sobre o autoposicionamento entre “esquerda” e “direita” conforme o género não são conclusivos<sup>[6]</sup>. Augusto (2007: 340) ainda chama à atenção para a “esquerdização” das mulheres, assinalada em estudos de referência. De qualquer forma, a variável “género” é uma das mais importantes nas estratégias das campanhas eleitorais.

As sondagens e as análises pós-eleitorais, também em Portugal, apontam para divergências entre homens e mulheres no comportamento eleitoral, mas difíceis de generalizar a longo prazo. Hoje parecem não existir diferenças significativas no que toca ao uso do direito de voto. No entanto, existe, com certeza, variação quanto ao interesse pela política, sendo este em Portugal e no resto da Europa mais elevado entre homens do que entre mulheres (Baum e Espírito-Santo 2007: 126-129).

Em praticamente todos os países, a grande maioria dos eleitos, dos governantes e dos dirigentes de partidos políticos são do sexo masculino. Vários *clusters* de causas da menor participação política entre mulheres podem ser facilmente aferidos. Em primeiro lugar, existe um acesso desigual aos recursos, tais como tempo, formação e informação, rendimento e “treino” em

<sup>4</sup> O sufrágio geral foi introduzido nos EUA em 1920.

<sup>5</sup> Augusto (2007: 338), com referência aos estudos de Campbell *et al.*, e diversos outros autores.

<sup>6</sup> Martins e Teixeira (2004: 31); Baum e Espírito-Santo (2007: 116-119). Sobre a problemática da distinção entre “esquerda” e “direita”, ver Augusto (2007) e Freire (2006).

competências cívicas. Um inquérito efectuado por volta de 1991 em Portugal referiu o fraco capital cultural e cognitivo da população feminina (Villaverde Cabral 1997: 81-92), situação que se alterou, entretanto, de forma significativa. Contudo, no que toca a este recurso, e mais ainda a outros, as mulheres continuam a estar em desvantagem.

As normas e as atitudes em relação aos papéis de género assumem grande peso quanto à participação activa. A política pratica-se em grande parte na *ágora*, a praça pública. De facto, com referência à distinção conhecida entre o ambiente público e o ambiente privado, e as suas respectivas associações com o masculino e o feminino, pode-se afirmar que a política é o ambiente “público mais público”. A este terreno masculino associam-se também traços masculinos tais como agressividade, competitividade e autoridade (Viegas e Faria 1999b: 59). Uma outra razão relativa à ausência de mulheres na política é a assimetria de poder entre os sexos. No caso de mulheres candidatas a funções políticas evidencia-se, com frequência, uma desconfiança (por parte de ambos os sexos) quanto às suas capacidades de liderança e uma certa reticência por parte dos homens em reconhecer uma mulher como superior. É provável que muitas potenciais candidatas em antecipação disso optem pela auto-exclusão.

Por fim, os politólogos dão atenção aos factores institucionais, tais como a natureza do sistema eleitoral e das entidades políticas. O mundo político já foi denominado de “fratriarcado”, um sistema onde os irmãos (quer aqui dizer, os homens entre eles) decidem. Visto isso, não é de admirar em Portugal que a presença feminina na Assembleia da República e entre os membros do Governo não seja elevada, com variações conforme a legislatura e também o partido<sup>[7]</sup>. Nas autarquias, a percentagem de mulheres é ainda muito mais baixa.

É claro que esta desproporcionalidade pode ser diminuída. Para tal, existem métodos melhores do que o estabelecimento de quotas por sexo, como a facilitação do acesso das mulheres aos recursos relevantes e a eliminação dos entraves à sua participação em associações e estruturas cívicas e políticas a nível local. Quanto a este último aspecto, constata-se que em Portugal não apenas em associações cívicas, mas também nas de carácter cultural, desportivo ou recreativo, a participação das mulheres é mais fraca<sup>[8]</sup>. Todas

<sup>7</sup> Ver Freire (1998: 118-122) sobre o período 1975-1999.

<sup>8</sup> Segundo os dados de Martins e Teixeira (2005: 29), em 2004, 80,7% dos homens e 89,5% das mulheres não faziam parte de nenhuma entidade associativa. Silva *et al.* (1999) analisaram a diminuta participação feminina nas associações académicas. Por outro lado, Morgado (2008), numa pesquisa mais modesta, constatou um envolvimento maior de estudantes femininas em associações e principalmente no voluntariado. Ver também Silva (2001).

estas entidades podem dar mais visibilidade aos seus membros a nível local e regional (Jordão 2000). Isso aplica-se principalmente às autarquias locais, que constituem, nas palavras de Faria (2000: 111) um “(...) universo elegível de mais de 50 000 lugares e que, não raras vezes, constituem a primeira etapa de um *cursus honorum* que, em momentos posteriores, é complementado com passagens por outros contextos institucionais, como o Governo Civil, o Parlamento, o Governo ou outra instância de escala supra-local”. Henig (1996: 266), em relação à Inglaterra, sublinha o carácter de “escola” da política local: “Um grande número de mulheres ganha a sua primeira experiência de presidência e de tomada de decisões ao nível local e desenvolve aptidões que aumentam a sua confiança e perspectivas de emprego”. Mas a diferença entre a realidade britânica e a portuguesa já está patente na afirmação desta autora de que a política local na Inglaterra pode ser combinada com responsabilidades na família e no trabalho (Henig 1996: 266). Para as mulheres britânicas, o trabalho a tempo parcial é bastante comum, ao contrário de Portugal, onde para muitas mulheres o trabalho e o ambiente doméstico representam uma dupla jornada, e onde, portanto, não sobra tempo.

Para além disso, parece que a nível local, onde o voto é mais “personalizado”, os preconceitos de género têm maior peso. A marginalização das mulheres, por exemplo, por não fazer parte das “redes de velhos amigos”, deve ser compensada por outros trunfos. Um destes seria a posse de mais recursos cognitivos, que devem ser mobilizados de forma adequada.

Sobre a maioria masculina entre os autarcas na Covilhã, no mandato de 1997-2001, Leonel Silva comenta: “É pelo seu elevado capital social e político, adquirido por uma presença quase ininterrupta nos órgãos de decisão autárquica e reforçada pela sua forte participação nas estruturas directivas das associações locais, que os autarcas do sexo masculino dominam de forma esmagadora os órgãos autárquicos do concelho da Covilhã, permitindo-lhes também ocupar os cargos mais destacados nestes órgãos”<sup>9</sup>.

Um factor estrutural importante é o escasso número de mulheres recrutadas pelos partidos políticos (Roseta 2001: 13). Para dados mais específicos e quantitativos sobre os homens e as mulheres nos vários partidos em Portugal e sobre o comportamento eleitoral gendricado, podem ser consultados Freire (1998: 118-122) e Martins e Teixeira (2005), enquanto Viegas e Faria (1999b: 67-71) se debruçam sobre a constituição das representações parla-

<sup>9</sup> Silva (2002: 102). Nos mandatos posteriores, os órgãos municipais foram ainda mais masculinizados. O número de mulheres vereadoras baixou de uma para zero e entre os 31 presidentes de juntas de freguesia conta-se, em 2005-2009, apenas uma mulher.

mentares. Actualmente decorrem vários estudos, mas o livro que manterá por um tempo a sua actualidade no vasto campo das *Mulheres na Política*, é precisamente aquele com esse título, da autoria de Viegas e Faria (1999a).

### **Mulheres em posições oficiais de poder**

Perante esta fraca presença de mulheres na política, convém lembrar aquelas mulheres que já ocuparam o topo de uma hierarquia governamental. Algumas delas são frequentemente referidas, outras quase esquecidas, mas no mundo ocidental foram sempre casos isolados. As rainhas governantes na história europeia, até hoje, chegaram a estes postos *by default*, ou seja, pela ausência de um sucessor masculino ao monarca prévio<sup>[10]</sup>. Foi o caso, em Portugal, de Dona Maria I e de Dona Maria II. Já os Países Baixos têm conhecido, desde 1890, apenas monarcas femininas, por sorte da natalidade. A Rainha Wilhelmina (1890-1948) subiu ao trono ainda muito nova, distinguindo-se no seu reinado pelo empenho nas questões militares, bem como pela sua atitude de determinação, de tal forma que, durante o exílio do governo holandês em Londres, entre 1940 e 1945, Winston Churchill a teria designado como “o único homem no meio dos ministros”<sup>[11]</sup>, o que tencionava ser um elogio. Não é improvável que Wilhelmina tenha cultivado as características ditas “masculinas” para conquistar o respeito numa sociedade fortemente patriarcal, *a priori* desconfiada de uma soberana. Talvez isso fosse também uma razão do desinteresse e aversão que a rainha mostrava em relação a causas femininas e feministas (Fasseur 1998: 194-197). Uma postura semelhante teve a monarca inglesa Victoria (1837-1901), cuja oposição ao sufrágio feminino era notória.

Recentemente tem aumentado o número de Estados modernos que conhecem, por um período de tempo, uma mulher como líder do governo ou presidente. Começou na Ásia, onde, em 1960, Sirimavo Bandaranaike se tornou primeira-ministra do Ceilão (actualmente, Sri Lanka); subsequentemente, a Índia, o Bangladesh, o Paquistão, as Filipinas e a Indonésia tiveram mulheres no mais alto cargo político. Merece menção, também, Aung San Suu Kyi, a líder e símbolo da oposição na Birmânia (Myanmar). Na ascensão destas mulheres ao poder, o factor parentesco teve grande peso: todas foram ou são

<sup>10</sup> Recentemente mudaram as regras de sucessão em muitas monarquias europeias, sendo que o sucessor será o primogénito, independentemente do sexo.

<sup>11</sup> Esta citação, verdadeira ou apenas apócrifa, é frequentemente referida na Holanda para caracterizar a Rainha Wilhelmina (ver Fasseur 2001: 382).

filhas ou viúvas de políticos populares no seu país, na sua maioria assassinados ou depostos.

Noutros países são de referir, como pioneira, Golda Meir e, depois Margaret Thatcher e Gro Harlem Brundtland e, entre nós, Maria de Lurdes Pintasilgo, primeira-ministra de 1979 a 1980. Embora no mundo de hoje o fenómeno de mulheres como primeira-ministra ou presidente seja menos raro, as fotografias oficiais de encontros de cimeira lembram o título do romance de Heinrich Böll, *Gruppenbild mit Dame*, ou seja, “Retrato de grupo com mulher”.

Outra categoria de mulheres poderosas é constituída pelas esposas ou amantes de homens com funções públicas, como atestam muitos episódios nas dinastias reais, mas também nas repúblicas recentes e contemporâneas. A influência das mulheres nos palácios, haréns e *zenanas* é tema de numerosos contos, mas bem reais. No século XX, Imelda Marcos e Tien Suharto são exemplos de mulheres que sabiam bem tirar vantagem pessoal da posição do marido. Já Evita Perón tornou-se, ainda em vida, numa lenda e contribuiu muito para a popularidade do seu marido. Menção honrosa pelo seu empenho em prol da população da África Austral merece Graça Machel, sucessivamente ao lado de dois presidentes de países diferentes.

Nos Estados Unidos, a *First Ladyship* é uma instituição notável (Van Raamsdonk 2002). Cada primeira-dama tem o seu próprio estilo, mas foi singular a grandiosidade de Eleanor Roosevelt, *first lady* entre 1932 e 1945. Antes desse período, ela já tinha uma intensa actividade cívica, em especial incentivando a participação política feminina e a melhoria das condições de trabalho para as mulheres. Após a morte do seu marido manteve o seu dinamismo, participando, entre outros, na National Association for the Advancement of Coloured People. Teve um contributo importante na elaboração da Declaração dos Direitos Humanos (aceite na ONU, 10 de Dezembro de 1948), formulação que, aparentemente sob a sua insistência, veio a substituir a de “Direitos do Homem”<sup>12</sup>.

Ser a “esposa de...” pode conferir poder, mas a moeda tem duas faces. Mulheres de presidentes, de embaixadores, de líderes religiosos, de presidentes de câmara, têm um papel representativo e espera-se delas que apoiem o marido; mas, por outro lado, as suas actividades, como a organização de recepções e deslocações dependentes da função dos maridos, não são consideradas como “trabalho”. Como referido no capítulo anterior, a esta ambivalência estão sujeitas também as mulheres em empresas familiares e

<sup>12</sup> *Human Rights* em vez de *Rights of Man*.

mulheres pertencentes às famílias dos grandes grupos económicos (Lima 2003: 240-247). Quanto às esposas dos *préfets* e *sous-préfets* em França, De Singly e Chaland (2002) indicam bem a complexidade da sua posição. Hoje, algumas têm um “espaço para elas” em termos profissionais e acabou-se o tempo em que era impensável um *préfet* ser celibatário. Contudo, nesta função como noutras, o auxílio de uma esposa tem vantagens óbvias para um homem – nem que seja só para poder remediar ou até fazer esquecer os erros que os maridos cometem na política.

### **Associações femininas na antemanhã do feminismo**

Destaquemos agora um tipo de participação cívica – política feminina importante no século XIX, período em que as mulheres (e muitos dos homens) não tinham direito ao voto, mas em que existiam certas formas para as mulheres participar na vida pública. Foi nesse período que cresceram as associações cívicas femininas em prol dos mais desfavorecidos, num espírito de “maternidade pública” (*public motherhood*; ver Lutkehaus 1999: 213, e capítulo 3 deste livro). A importância dessas associações assentava, entre outros, na oportunidade que forneciam às suas associadas de desenvolver certas aptidões, como as de debate, gestão e oratória, e na projecção para o “exterior” que podiam dar às mulheres. Entre estas organizações encontravam-se algumas que podiam ser denominadas de “feministas”, uma vez que lutavam por mais direitos das mulheres e denunciavam abertamente a desigualdade de direitos entre os sexos. Contudo, a maior parte das organizações aceitava tacitamente esta desigualdade<sup>13</sup>.

As senhoras da burguesia, as *ladies of leisure*, podiam ocupar parte do seu tempo com acções de caridade, especialmente em relação a assuntos que estavam próximos da esfera privada, tais como o cuidar das crianças e dos doentes e o apoio aos pobres (Lasch 1997: 96-102). Também se dedicavam à luta contra o alcoolismo e contra a prostituição, fenómenos crescentes e mais visíveis neste período de expansão das cidades e considerados ameaçadores para a classe média<sup>14</sup>. O combate aos flagelos sociais andava em paralelo com as tentativas do Estado (e de elementos masculinos da burguesia)

<sup>13</sup> O movimento contra a prostituição liderado por Josephine Butler é considerado o primeiro movimento feminino com fins políticos. A sua base era precisamente a não-aceitação da desigualdade de direitos de homens e mulheres no campo sexual (Ribeiro *et al.* 2008: 59; Schouten 2008). Também certas associações para as missões cristãs obtiveram posteriormente o epíteto de “feminista”. Ver Beaver (1980); Thorne (1999).

<sup>14</sup> De Swaan (1979); ver também Walkowitz (1992).

em “disciplinar” o proletariado<sup>15</sup>. Por sua vez, as missões cristãs podiam contar com o apoio de numerosas associações femininas que recolhiam fundos em dinheiro ou géneros e organizavam eventos de carácter religioso. É de assinalar que, desde o início do século XIX, o número de mulheres missionárias não parou de crescer: freiras, evangelistas independentes, esposas de pastores protestantes e enfermeiras<sup>16</sup>.

Sobre os interesses sociais das senhoras portuguesas da época, podemos obter uma ideia através da análise de revistas femininas, como aquelas efectuadas por Lopes (2005), Ildefonso (2003) e Barreira (1991). Nestas, constam apelos para proteger os mais fracos e vulneráveis (escravos, povos oprimidos e animais), mas também em favor da educação das raparigas e de mais direitos para a mulher.

Não é de ignorar a participação significativa de mulheres operárias nos movimentos sociais do século XIX. Na Inglaterra, Dorothy Thompson (1976) efectuou um estudo importante deste fenómeno, inclusive da fundação de associações femininas de mutualidade (*female friendly societies*)<sup>17</sup>. Relatos mais gerais sobre movimentos femininos em França (com um papel destacado de Flora Tristan), Inglaterra e os Estados Unidos encontram-se em Rowbotham (1993) e Carmo e Amâncio (2004).

## **O movimento feminista**

Para a obtenção dos direitos de cidadã, o empreendimento feminista foi essencial. O início da primeira “vaga” do feminismo é normalmente situado em 1848, ano da conferência pelos direitos das mulheres em Seneca Falls, nos Estados Unidos, e o seu término nos anos 20 do século XX, quando em muitas das democracias ocidentais as mulheres obtiveram o direito ao voto. Objectivos nesta fase do movimento feminista foram, para além dos direitos cívicos, o direito de as mulheres acederem ao ensino e a profissões anteriormente reservadas aos homens. Lutava-se, igualmente, pelos direitos sociais das mulheres e dos homens, com um empenho enquadrado nos movimentos sociais da época.

As mulheres tencionavam obter mais liberdade e libertar-se dos numerosos constrangimentos legais e práticos. Esses constrangimentos eram bem patentes para as senhoras das classes mais elevadas no seu *dress code*, que

<sup>15</sup> Donzelot (1979); Crespo (1990).

<sup>16</sup> Jayawardena (1995: 21-62); Huber e Lutkehaus (1999); Schouten (1996, 1998).

<sup>17</sup> Dorothy Thompson era a esposa de Edward Thompson, autor do clássico *The making of the English working class* (1963).



tinha como base o espartilho duro e apertado. Com efeito, essa maneira de vestir era uma das principais causas para as doenças e frequentes indisposições sofridas pelas mulheres do século XIX e que constituíam a prova empírica para os cientistas afirmarem a fragilidade “por natureza” da mulher. As feministas queriam alterar as normas opressivas e por isso aplaudiam a introdução da bicicleta, pois esta dava maior mobilidade às mulheres e proporcionava uma razão para modificar o seu vestuário. Maria Pognon, presidente da Liga Francesa de Direitos da Mulher, num discurso em 1896, brindou à bicicleta, que ajudava a “libertar o nosso sexo” (Melo e Schetino 2009).

Porém, o movimento *reform*, que propagava novas ideias e práticas para a saúde (em relação ao vestuário, à alimentação e exercício físico) e também uma maior autonomia da mulher, não podia contar com a adesão de todas as mulheres e ainda menos dos homens.

“A roupa *reform* é, antes de tudo, higiênica e mantém o corpo em boa condição para o dever de mãe.”

“Enquanto a senhora vestir esses trapos, de certeza não alcançará essa posição [de mãe]” 1904 in *Simplizissimus*: Bruno Paul (Schnitger 1985: 163).

“A ilustração alude a um período de transição, mas a maternidade como vocação para a mulher é central no discurso.”



O movimento feminista organizou-se internacionalmente com a fundação, em 1888, do International Council of Women (ICW) e, em 1904, da International Alliance for Woman Suffrage (IWSA, mais tarde IAW), mais radical. Mais à esquerda, e com objectivos mais abrangentes, existia a rede de movimentos socialistas, reunidos, entre outros, na International Socialist Women's Conference, com Clara Zetkin como figura de destaque.

Fora do mundo ocidental, no seio da elite, também existiam grupos feministas. Nas suas viagens no início do século XX, as dirigentes da IAW, a americana Carrie Chapman Catt e a holandesa Aletta Jacobs tiveram reuniões e comícios no Egipto, na África do Sul, nas Filipinas e na Indonésia, entre outros países. Neste último país, à época ainda conhecido como Índias Neerlandesas e com poucos órgãos democraticamente constituídos, a Associação pelo Sufrágio Feminino contemplava apenas as mulheres europeias. As associações de mulheres indonésias que surgiram nas primeiras décadas do século XX fugiram explicitamente de tópicos que designavam “políticos”, focando-se em causas consideradas como tipicamente femininas. Estas enquadravam-se no âmbito da educação (defendendo mais oportunidades para raparigas), da família (contra a poligamia) e da higiene e saúde<sup>[18]</sup>. Esta situação contrastava com a militância feminista na Índia britânica, apoiada por partidos nacionalistas (entre os quais, a Muslim League) e onde as mulheres efectivamente obtiveram o direito de voto nos anos 20, embora só para o governo das províncias e, tal como no caso dos homens, de acordo com as suas condições económicas<sup>[19]</sup>.

Um número significativo de feministas empenhava-se no pacifismo, na convicção de que as mulheres, mais do que os homens, eram sensíveis à devastação de vidas que uma guerra implicava. Um congresso internacional em Haia, em 1915, opôs-se ao grande conflito armado, entretanto alastrado, e fundou a Women's International League for Peace and Freedom. Inspiradoras deste movimento, que conseguiu exercer influência junto dos poderosos do mundo e que ainda hoje se encontra activo, foram Aletta Jacobs e a americana Jane Addams. Esta recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1931, dois anos após a morte de Aletta Jacobs<sup>[20]</sup>.

<sup>18</sup> Locher-Scholten (1999); Kartini (1911); Rowbotham (1993: 107-108).

<sup>19</sup> Jayawardena (1995: 10-24); Bose e Jalal (1998: 153); Locher-Scholten (1999: 60). Na Indonésia, tal como na Índia, as mulheres participaram activamente na luta pela independência, nos anos 40 do século XX.

<sup>20</sup> Bosch (2005); Jacobs (1978: 146-179). As mulheres que receberam o Prémio Nobel da Paz foram Bertha von Suttner (1905), Jane Addams (1931), Emily Greene Balch (1946), Betty Williams e Mairead Corrigan (1976/7), Madre Teresa (1979), Alva Myrdal (1982), Aun San Suu Kyi (1991), Rigoberta Menchú (1992), Shirin Ebadi (2003) e Wangari Maathai (2004). A página na Internet da Women's International League for Peace and Freedom é <http://www.wilpf.int.ch/>

Em Portugal, o feminismo surgiu nos finais do século XIX e restringiu-se a um pequeno grupo de pensadores e activistas. No primeiro Congresso Feminista e da Educação, em 1924, era visível o largo espectro dos objectivos dos feministas: não só pelos direitos da mulher, mas também pela “efectiva intervenção na sociedade”<sup>[21]</sup>. Deve-se assinalar ainda que, nas palavras de Regina Tavares da Silva, “o movimento feminista em Portugal é [...] sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento” (*apud* Barreira 1991: 159). Após o segundo Congresso Feminista, em 1928, um feminismo abertamente professado foi impossibilitado pelo regime, que relacionava o feminismo (no sentido de procura de direitos iguais entre homens e mulheres) com o comunismo, ou, em geral, com a esquerda. Apenas o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP, estabelecido em 1914 por Adelaide Cabete e filiado no ICW) sobreviveu, com dificuldade, tendo nele um lugar de destaque a jornalista Maria Lamas (Fiadeiro 2000). No entanto, a exposição “Livros Escritos por Mulheres” organizada pelo Conselho em 1948, foi tomada pelo governo como motivo para proibir essa entidade. Maria Lamas manteve a sua atitude crítica, tendo sido presa várias vezes e tendo vivido no exílio, como foi o caso de tantas outras opositoras do regime<sup>[22]</sup>. Outra organização tolerada pelo regime foi a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), criada em 1936<sup>[23]</sup>. Voltando aos desenvolvimentos a nível global, a segunda vaga do feminismo teve o seu zénite nos finais dos anos 60 e nos anos 70 do século passado, pondo a tónica nos direitos reprodutores e nas desigualdades sociais e económicas persistentes. Nesta vaga desenvolveu-se um trabalho intelectual intenso e desenvolveu-se um grande leque de formas de analisar as posições relativas dos homens e das mulheres e de soluções para as injustiças constatadas. O livro de Simone de Beauvoir *Le Deuxième sexe* (1949) foi o arauto da revitalização do feminismo. Apenas quinze anos após a sua publicação as ideias expostas nesse livro transformaram-se em acção e activismo em meios intelectuais no mundo ocidental<sup>[24]</sup>. Entretanto, já foram publicadas outras obras importantes, como a de Betty Friedan, *The Feminine Mystique*, em 1963. Neste clássico do feminismo é denunciada a situação de muitas mulheres da classe média americana desse tempo, que, não obstante as suas elevadas habilitações escolares, passavam os dias nos seus lares nos subúr-

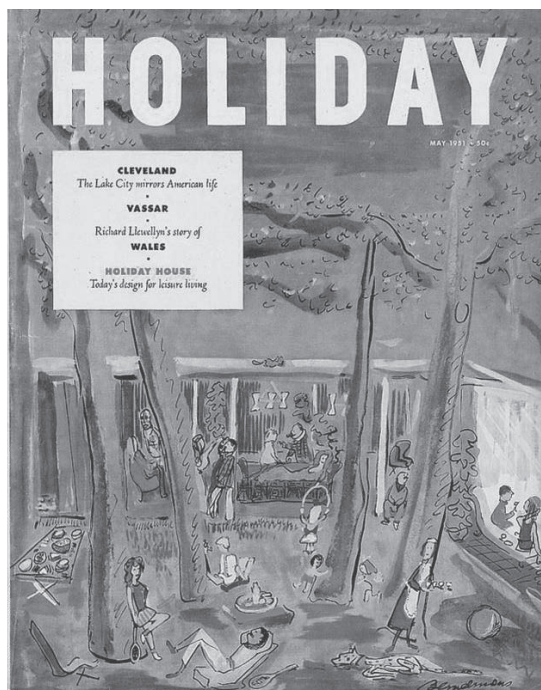
<sup>21</sup> Osório de Castro (2007: 22-23). Neste seu artigo o autor dá conta dos temas apresentados neste congresso.

<sup>22</sup> Pimentel (2001: 114-120); Fiadeiro (2000: 209).

<sup>23</sup> Gorjão (2002: 112-157); Mónica (2005: 330-331).

<sup>24</sup> No quinto e último volume das suas memórias, De Beauvoir contempla de novo a génese e o impacto de *O Segundo Sexo* (1978 [1972]: 608-643).

Na revista *Holiday* de Maio 1951, Mary McCarthy escreveu um artigo sobre “The Vassar Girl”, relembrando as suas experiências nessa prestigiada universidade feminina nos anos trinta do século XX. Em 1963 publicou o livro *The Group*, contando as experiências de oito jovens mulheres da sua geração, naquela universidade e nos anos que se seguiram. A obtenção do diploma dava a sensação de ser “[l]ost now in the wide, wide world”, mas, como referido em tom irónico, poucos anos depois quase todas eram casadas com um jurista republicano, e mães. Estas tendências inspiraram Betty Friedan a escrever o seu livro *The Feminine Mystique*, em que uma mulher doméstica com elevadas habilitações se questiona num dado momento: “Is this all?”



bios, contaminadas pelo “culto da maternidade” e com o objectivo de conseguir não o PhD, mas o *PhT*, ou seja, *Putting husband Through* “Apoiando e Salvando o Marido” (Friedan 1965:16). A dedicação exclusiva destas mulheres a uma existência como doméstica era fruto de vários factores. Mas para Friedan era difícil ver que, após a difícil conquista, na geração precedente, do direito das mulheres ao ensino superior, no segundo pós-guerra as raparigas consideravam o tempo na universidade apenas como um período de transição até ao casamento<sup>[25]</sup>. Sylvia Ann Hewlett caracterizou os anos 50 para as mulheres americanas como um período de “ultradomesticidade: o regresso ao mundo e à casa”<sup>[26]</sup>.

Como classificar os dias de hoje? Alguns defendem que estamos na terceira vaga, o período de *power feminism* e *mainstreaming*, ou seja, a aceitação da presença e dos direitos das mulheres como inerentes a qualquer aspecto da vida social. Uma outra opinião é a de que estamos na continuação da segunda vaga, já que várias reivindicações ainda estão por concretizar. É

<sup>25</sup> Esta situação está bem retratada para Wellesley nos anos 50 no filme *Mona Lisa Smile* (2003, sob a direcção de Mike Newell).

<sup>26</sup> Hewlett (2002: 231) (título do seu décimo capítulo).

certo que algumas formas do feminismo de hoje se enquadram nos Novos Movimentos Sociais, como o eco-feminismo<sup>[27]</sup>.

No entanto, também se assinala um retrocesso (*backlash*) no feminismo, ou seja, uma contra-reacção. Esta tendência já era perceptível nos anos 80, mas parece que no novo milénio se tem tornado mais forte<sup>[28]</sup>. Em especial na sociedade americana, pessoas com influência na opinião pública, algumas delas com destaque no feminismo dos anos 70<sup>[29]</sup>, questionam o movimento ou julgam que este tem tido um efeito adverso, e designam como erro feminino ou erro feminista (*the feminine mistake* e *the feminist mistake*)<sup>[30]</sup> o desejo das mulheres de participar mais na vida pública. Como consequências das aspirações feministas, são citados, ou melhor, presumidos: *stress* das mulheres, uma queda da natalidade e um grande número de mulheres que não encontram cônjuge<sup>[31]</sup>. Apesar da fragilidade da base factual destes argumentos, que lembram aqueles de Oitocentos, eles geram um debate constante a nível internacional<sup>[32]</sup>.

Uma quebra na linha de conjuntura é perceptível, não apenas no pensamento, mas também nas acções. A crítica de Betty Friedan, nos anos 50, às fracas ambições das *alumnae* das universidades pode ser repetida para grandes grupos de mulheres de hoje. Rebecca Mead (2007) refere um artigo, entre muitos similares, em que “as mulheres estudantes da Ivy League [universidades de elite no Nordeste dos Estados Unidos] depreciaram o modelo de ‘mãe-trabalhadora’ da geração das suas mães e afirmaram a sua intenção de serem providenciadas pelos seus futuros maridos, logo que lhes

<sup>27</sup> Haraway (1989); New (1997).

<sup>28</sup> *Backlash* é o título dum livro de Susan Faludi (1992) sobre esta problemática. Em 2007 esta autora publicou *The Terror Dream: Fear and fantasy in Post-9/11 America*, em que responsabilizou as reacções na Comunicação Social ao assalto às Twin Towers pelo presumível regresso ao padrão “tradicional” da família, com renovada “domesticidade” das mulheres.

<sup>29</sup> Como Phyllis Chesler, autora do livro de referência *Women and Madness* (1972), que num livro recente (Chesler 2005) denunciou a “miopia” do feminismo americano.

<sup>30</sup> Crítica evidente às ideias iniciais de Betty Friedan. São expressões muito utilizadas, também em títulos de livros tal como o de Judith Posner (1992) (*The Feminine Mistake: Women, work, and identity*. Nova Iorque, NY: Grand Central Publishing).

<sup>31</sup> Ver Stephanie Coontz “The romantic life of Brainiacs”, *The Boston Globe*, 18-02-2007. [[http://www.boston.com/news/globe/magazine/articles/2007/02/18/the\\_romantic\\_life\\_of\\_brainiacs/?page=3](http://www.boston.com/news/globe/magazine/articles/2007/02/18/the_romantic_life_of_brainiacs/?page=3)]. Esta aparente *man shortage* para mulheres instruídas é um tema recorrente em certos países. Em Singapura, o nível de instrução, mais elevado nas mulheres do que nos homens, fez prever uma crise demográfica, não só pelo facto de que as mulheres aparentemente não se casam com homens menos instruídos, mas ainda pelo maior número de filhos de casais com menos habilitações (ver também capítulos 3 e 4).

<sup>32</sup> Ver também Rosi Braidotti (2003), que aponta como alguns dos factores, a “vitória” do liberalismo económico e as novas pesquisas na biologia, cujos resultados podem levar a uma nova vaga de essencialismo.

fosse possível”<sup>[33]</sup>. Tendências parecidas verificam-se, entre outros países, na Alemanha e nos Países Baixos<sup>[34]</sup>.

Em Portugal, apesar do seu relativo isolamento na Europa, nos anos 60 já se notavam as tendências de mudança. Vários factores tiveram as suas repercussões na realidade social em Portugal e particularmente na posição das mulheres. Citamos a Guerra Colonial, que deixava mulheres sozinhas, autonomizando-as; o conhecimento de outros países na Europa pelo surto migratório e pelos novos meios de comunicação; e as reformas na Igreja Católica (Barreto 1995). A representação significativa das mulheres no ensino superior nesses anos não contribuiu exactamente para um espírito de reivindicação dos seus direitos<sup>[35]</sup>. A população estudantil no seu todo nessa época era muito reduzida e praticamente limitada aos jovens provenientes das classes privilegiadas, económica e politicamente.

A publicação, em 1972, do livro *Novas Cartas Portuguesas* foi um marco na história das mulheres portuguesas e um abalo para as autoridades políticas e eclesásticas. No livro, inspirado na obra *Lettres portugaises* (1669), de Soror Mariana Alcoforado, está presente o pensamento feminista e a crítica a vários aspectos da sociedade portuguesa, entre os quais a Guerra Colonial. Contra as autoras, as “três Marias”, foi aberto um processo, onde eram acusadas da produção de um livro “de conteúdo insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública”<sup>[36]</sup>.

A Revolução dos Cravos trouxe uma reviravolta. De um país que, no que diz respeito à lei e às práticas concernentes às mulheres, era talvez o mais atrasado da Europa, Portugal tornou-se no País com as leis que mais promoviam a igualdade, já na Constituição de 1976.

Os direitos foram adquiridos graças ao novo regime, sendo portanto introduzidos *top-down*, ao contrário do que tinha acontecido noutros países, onde a conquista dos direitos fora o resultado de uma longa e árdua luta feminista. Apesar do número respeitável, apresentado por Manuela Tavares (2000) e Maria José Magalhães (1998), de grupos reivindicando os direitos das mulheres que existiam nos anos 1970 e 1980, em Portugal o feminismo nunca assumiu grandes dimensões; era um movimento aparentemente fragmentado e pouco visível (Magalhães 1998: 7-8). Contudo, nalguns momentos-chave, tais como o da discussão sobre os direitos reprodutivos

<sup>33</sup> Reportagens de Story (2005).

<sup>34</sup> Bouma (2007); Portegijs, Hermans e Lalta (2006); Beck (2006).

<sup>35</sup> Sedas Nunes (1968: 700-705); Sedas Nunes (1970: 673, 700); Pimentel (2001: 82); Gorjão (2002).

<sup>36</sup> Ver Barreno, Horta e Costa (2001 [1972]).

(em particular, o aborto) no período 1978-1984, as campanhas feministas conseguiram influenciar a opinião pública e as decisões políticas.

Foi o governo quem instalou as principais estruturas para a promoção e a vigilância da igualdade de oportunidades, com criação, em 1977, da Comissão da Condição Feminina (CCF), cuja designação foi alterada para Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM) e em 2007 para Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). Quanto ao mundo do trabalho, em 1979 foi criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), uma entidade tripartida, formada por representantes governamentais e pelos parceiros sociais (actualmente a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal [CCP], a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional [CGTP-IN], a Confederação da Indústria Portuguesa [CIP] e a União Geral dos Trabalhadores – [UGT]). Dos movimentos feministas no Portugal de hoje, mencionamos a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta).

## **O Estado e o género**

Embora só recentemente tenham obtido os plenos direitos de cidadãs, as mulheres tiveram sempre um papel essencial no Estado: o de assegurar a reprodução biológica, social e moral.

Em várias comunidades, sejam as “imaginadas” na expressão de Anderson (1983), sejam as de pequena escala, as mulheres costumam ter a missão de proteger as fronteiras e de preservar a tradição. Na comunidade judaica de Belmonte, durante séculos privada do acesso às sagradas escrituras, foram as mulheres que transmitiram os rituais (Garcia 1999). Na Letónia, um país de cantores, as *dainas* (canções populares) foram preservadas pelas mulheres camponesas, elas que actuavam como fonte de informação sobre a tradição no movimento de revitalização da nacionalidade (*nationhood*) letã a partir de meados do século XIX<sup>37</sup>. Em Portugal também foram e são preciosos os depoimentos de mulheres para os etnógrafos. O etnomusicólogo Michel Giacometti declarou sobre o seu método na recolha de material: “[S]abemos que é a gente idosa, e sobretudo as mulheres, quem conserva a tradição. Quando chegamos a uma aldeia onde supomos valer a pena investigar começamos por reunir um pequeno grupo de mulheres e procedemos a um inquérito.”<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Ver Novikova (2000: 316); Gaters (1993); Skultans (1998).

<sup>38</sup> Michel Giacometti, numa entrevista com Mário Vieira de Carvalho, *Diário de Lisboa*, 18 de Junho de 1971 [www.cantoalentejano.com/textos/].

Quanto a Portugal, já foi referido o ideal vigente durante o Estado Novo da mulher como mãe e dona de casa, muito enaltecido pela propaganda (Vale de Almeida 1991). Os grupos feministas eram proibidos e as organizações femininas autorizadas serviam para reproduzir e pôr em prática os objectivos do Estado. De maior peso foram as organizações estatais criadas logo nos primeiros anos do regime, a OMEN (Obra das Mães pela Educação Nacional) e a MPF (Mocidade Portuguesa Feminina), esta última para incutir nas jovens a moral e o nacionalismo do regime<sup>39</sup>. Noutros países com regime ditatorial, na época, existiam associações similares. O movimento português tinha mais contactos com a Sección Femenina de la Falange Española. Mas, antes da fundação desta organização já existia, na Itália, a ONMI (Opera Nazionale per la Maternità), criada por Mussolini em 1925, e também a Fasci Femminili, fundada em 1921 (Pimentel 2006/7: 31).

A semelhança entre os acrónimos OMEN e OMNI não significava paralelismo absoluto. O movimento italiano foi orientado por mulheres de todas as classes, enquanto a direcção da OMEN “era preenchida por aristocratas e esposas de governantes” (Pimentel 2006/7: 34). A ligação das italianas à Igreja Católica também era mais ténue e o apoio prestado às mães solteiras contrastava com a política da OMEN, que se orientava apenas para as famílias legalmente (e até canonicamente) reconhecidas. Na Alemanha, já durante a República de Weimar, foi constituída para as jovens a Bund Deutscher Mädel e nos anos 30 a National-Sozialistische Frauenschaft. Enfatizava-se o sacrifício que as mulheres (alemãs, ou seja, “arianas”) deviam fazer pela “comunidade nacional”, primeiro como mães de muitos filhos, e, após o início da Segunda Guerra Mundial, como trabalhadoras nos lugares deixados vagos pelos homens combatentes<sup>40</sup>.

Foram indicados neste capítulo os desenvolvimentos políticos de dois séculos, sensivelmente desde a constatação de Harriet Martineau de que as mulheres não existiam politicamente. Hoje em dia, elas já têm existência política, mas com influência reduzida. Será por isso que os feministas falam sobre o “longo caminho” que há ainda a percorrer.

<sup>39</sup> Ver Pimentel (2001) e Gorjão (2002: 78-83).

<sup>40</sup> Pimentel (2006/7); Pimentel (2001: 358-373).



## Considerações finais

A conclusão não pode ser outra senão a de que existem, e continuam a existir, muitas desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, se fossem só desigualdades, a questão de género não teria gerado tanta movimentação política e inquietação sociológica nas últimas décadas. Também o conteúdo deste livro teria sido diferente. O que importa são as injustiças e os desequilíbrios em oportunidades que alegadamente resultam das desigualdades biológicas aparentes entre homens e mulheres. Importa também, porventura com mais gravidade, o abuso das diferenças biológicas como justificação de desigualdades.

Diversos exemplos dessas injustiças foram apresentados nos capítulos precedentes, relacionados com as ideias e atitudes, a reprodução física e social, a vida em família, o trabalho e a cidadania. Cumprindo o objectivo de apontar e tentar explicar desigualdades e injustiças sob o ponto de vista do género, mais tarde ou mais cedo deparou-se com a necessidade de desmascarar mitos. Mitos acerca do género não são poucos, e um dos mais populares é aquele que afirma que as mulheres já “conseguiram” alcançar muito – com referência à sua grande representação na população estudantil, ou à presença na vida pública. Ficou ao longo deste livro o alerta de que o estatuto de estudante, mesmo de estudante brilhante, não é garantia para uma bela carreira e de ascensão rápida, já que – devido aos constrangimentos sociais – no contexto profissional mulheres inteligentes e com elevadas habilitações muitas vezes são ultrapassadas por homens. E também deve ser perceptível que as figuras de Margaret Thatcher e até de Hillary Clinton ou das esporádicas mulheres presidentes de câmara em Portugal não servem como prova de que as mulheres estão a caminho de alcançar uma partilha de poder igualitária com os homens.

Um outro mito a ser desactivado é aquele de “devagar se vai ao longe”, que proclama que as mulheres, lenta mas firmemente, estão a caminho de uma condição de igualdade, sendo que se precisaria apenas de paciência. Nesta atitude passiva fecha-se os olhos ao facto de as mulheres de hoje e de amanhã

terem ainda de viver com as injustiças. Ademais, factos históricos apontam que essa linda esperança está baseada num equívoco. A história não é um processo linear e o futuro não é previsível. No mundo ocidental (e também noutras zonas do mundo) em certos períodos a igualdade entre os géneros cresceu, mas depois verificou-se uma recaída. Nos séculos recentes, altos e baixos alternaram rapidamente. Vimos como, após um período de militância e a conquista de certos direitos para as mulheres, muitas das suas filhas e netas, em vez de continuarem a militância ou pelo menos aproveitarem as oportunidades conquistadas, retiravam-se de novo da vida pública. Isso aconteceu, por exemplo, em meados do século XX. Um *backlash* semelhante (para utilizar as palavras de Faludi) parece acontecer no início do terceiro milénio, nalguns países e contextos. É necessário, como tal, estarmos sempre alerta para não perdermos o que foi alcançado. Infelizmente, as tendências económicas dos últimos tempos poderão dificultar o prosseguimento e o ritmo do caminho para a igualdade.

O preço que as mulheres devem pagar para a sua participação na vida pública é alto, considerando que são elas que mais responsabilidades e trabalho têm na vida privada. Nesta área da vida menos mudou, precisamente por se tratar de um terreno privado, onde a influência de acções e mensagens que vêm do exterior é incerta. Muitas pesquisas constataam que o que acontece na esfera privada e em família, principalmente a divisão das tarefas e o diálogo entre os membros do agregado, influencia todos os aspectos da vida, principalmente no caso das mulheres. Enquanto homens e mulheres não gozam de uma distribuição mais ou menos igualitária de responsabilidades caseiras, as condições básicas para uma igualdade de oportunidades não estão cumpridas. Por enquanto, a luta está tudo menos concluída. Precisa-se de reflexão e acção e espera-se que este livro dê algum contributo para tal.

## Bibliografia geral

- Abbott, Pamela e Clare Wallace (1997), *An introduction to sociology: a feminist perspective*. London: Routledge.
- Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em mudança. Percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2007) “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar”, in: Wall, Karin e Lúcia Amâncio (orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, pp. 35-91. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia (2008), “Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo”, *Análise Social* 187: 273-295.
- Abortion and the law: Safe, legal and falling”, *The Economist*, 20-10-2007: 75.
- Abramo, Laís e Rosalba Todaro (2001), “Género e trabalho nas decisões empresariais”, *Organizações e Trabalho* 25: 35-51.
- Abu-Lughod, Lila (1986), *Veiled sentiments. Honor and poetry in a Bedouin society*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Ackerman, Susan E. (1991), “Dakwah and Minah Karan. Class formation and ideological conflict in Malay society”, *Bijdragen tot de Taal-, Land-en Volkenkunde* 147: 193-215.
- Afonso, Rosa Marina Lopes Brás Martins (2003), *Representações do impacto da situação de emprego e desemprego nas práticas familiares*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- Agacinski, Sylviane (1998), *Politique des sexes*. Paris: Seuil. [traduzido ao português como *Política dos Sexos*, Oeiras: Celta, 1999.]
- Aivazova, Svetlana (1997), “La liberté et l'égalité des femmes dans les pays socialistes de l'Europe de l' Est 1960-1980”, in : Christine Fauré (org.), *Encyclopédie politique et historique des femmes*, pp. 701-728. Paris: Presses Universitaires de France.
- Ali, Ayaan Hirsi (2004), *De zootjesfabriek*. Amsterdam: Augustus.
- Ali, Ahmed (2005), *Livelihood and food security in rural Bangladesh. The role of social capital*. Tese de Doutoramento, Universidade de Wageningen.
- Allman, Jean (1994), “Making mothers: missionaries, medical officers and women's work in colonial Asante, 1924-1945” *History Workshop Journal* 38: 23-47.
- Almeida, Ana Nunes de (1993), “Mulheres e famílias operárias: a “esposa doméstica””, *Análise Social* 120: 105-132.
- Almeida, Ana Nunes de (coord.) et al (2004), *Fecundidade e contraceção. Percursos de saúde reprodutiva das mulheres*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Alsop, Rachel, Annette Fitzsimons e Kathleen Lennon (2002), *Theorizing gender*. Cambridge: Polity.
- Alves, Ana Cristina Ferreira de Almeida Rodrigues (2004), *Representações do feminino na cultura chinesa: a mulher nos discursos filosófico, religioso e sociopolítico*. Tese de Doutoramento em Filosofia, Universidade de Lisboa.
- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, Lígia (1998), “O feminismo português no final do século XX. Um olhar sobre o passado ausente e a promessa de futuro”, comunicação proferida no seminário promovido pela UMAR *Movimento feminista em Portugal nos finais do século XX*. [www.umarfeminismos.org/feminismos/docs/seminariomovfeminista.pdf].
- Amâncio, Lígia (org.) (2004a), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, Lígia (2004b), “A(s) masculinidade(s) em que-estão”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 13-27. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, Lígia (2004c), “Conclusão”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 165-167. Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, Lígia (2004d), “Percepção da discriminação e da justiça. Novos desafios na pesquisa psicossociológica”, in: Anne Cova, Natália Ramos e Teresa Joaquim (orgs.), *Desafios da comparação. Família, mulheres e género em Portugal e no Brasil*, pp. 333-342. Oeiras: Celta.
- Amâncio, Lígia et al (orgs.) (2007), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote.
- Amaro, Ana Maria (1998), *O Mundo Chinês: um longo diálogo entre culturas*. 2 vols. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.
- Andaya, Barbara Watson (2000), *Other pasts: women, gender and history in Early Modern Southeast Asia*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Andaya, Barbara Watson (2002), *Women and gender: A new field in Southeast Asian history*. Lisboa: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.
- Andaya, Barbara Watson e Leonard Y. Andaya (2001), *A history of Malaysia*. Second edition. Houndmills: Palgrave.
- Andaya, Leonard (2000), “The Bissu: study of a Third Gender in Indonesia”, in: Barbara Watson Andaya (org.), *Other Pasts: Women, Gender and History in Early Modern Southeast Asia*, pp. 27-46. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Anderson, Benedict (1983), *Imagined communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Araújo, Emília Rodrigues (2000), “Tele-trabalho e articulações temporais Vidal Sassoon”, *Sociedade e Cultura, Cadernos do Noroeste, Série de Sociologia* 13 : 157-180.
- Araújo, Emília Rodrigues (2005), *A (A)Sincronia dos Tempos e a Flexibilidade: algumas reflexões*. Covilhã: Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior, Working Paper N° 23.

- Araújo, Emília, Ana Maria Duarte e Rita Ribeiro (orgs) (1998), *O tempo, as culturas e as instituições. Para uma abordagem sociológico do tempo*. Ed. Colibri.
- Araújo, Helena Costa (1991), “As professoras primárias na viragem do século: uma contribuição para a história da sua emergência no Estado (1870-1910)”, *Organizações e Trabalho* 5/6: 127-143.
- Ardener, Edwin (1975), “Belief and the problem of women”, in Shirley Ardener (org.), *Perceiving women*. London: Malaby.
- Ariès, Ph. (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris: Seuil. [1960.]
- “As good as it gets” (2001), *The Guardian*, 17-07-2001.
- Assunção, Paulo de (2002), “D. Maria I – A mulher: entre a piedade e o poder”, *Faces de Eva* 7: 83-102.
- Augusto, Amélia (2004), *Infertilidade e reprodução medicamente assistida em Portugal: dos problemas privados aos assuntos públicos*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Augusto, Amélia (2006), “Infertilidade e reprodução medicamente assistida: definição de contextos e produção de significados”, in: Graça Carapinheiro (org.), *Sociologia da saúde. Estudos e perspectivas*, pp. 47-76. Coimbra: Pé de Página.
- Augusto, Nuno Miguel (2007), *Novos actores sobre velhos palcos: juventude, política e ideologias no Portugal democrático*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Baay, Reggie (2008), *De njai. Portret van een vergeten oermoeder*. Amsterdam: Athenaeum.
- Babo, Júlio Pedro Monteiro de (1999), *A construção social do género numa aldeia rural do Alto Douro*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade do Minho. Braga.
- Badinter, Elisabeth (1980), *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVIIe –XXe siècle)*. Paris: Flammarion. [traduzido ao português como *O amor incerto. História do amor materno do séc. XVIII ao século XX*. Lisboa: Relógio d' Água, s/d].
- Badinter, Elisabeth (1986), *Um é o outro*. Lisboa: Relógio d'Água. [1986.]
- Badinter, Elisabeth (1993), *XY, a identidade masculina*. Porto: Asa. [1992.]
- Badinter, Elisabeth (2003), *Fausse route*. Paris: Odile Jacob. [traduzido ao português como *Caminho Errado*, Porto: Asa, 2005.]
- Barbosa, Carlos (2004), “Violência escolar e a construção social de masculinidades”, in: Lúgia Amâncio org.), *Aprender a ser homem*, pp. 143-163. Lisboa: Livros Horizonte.
- Baron-Cohen, Simon (2003), “They just can't help it”, *The Guardian*, 17-04-2003.
- Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *Universos femininos em Portugal. Retrato da burguesia em Lisboa, 1890-1930*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Barreno, Maria Isabel, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (2001), *Novas cartas Portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote. [1972.]

- Barreto, António (1995), “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”, *Análise Social* 134: 841-855.
- Bastos, Cristiana (2001), “Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia”, in: M.C. Ribeiro e A.P. Ferreira (orgs.), *Fantasmagorias e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*, pp. 227-253. Porto: Campo das Letras.
- Bastos, Susana Trovão Pereira e José Gabriel Pereira Bastos (2001), *De Moçambique a Portugal. Reinterpretações identitárias do Hinduísmo em viagem*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Bateson, Gregory, D. Jackson, J. Haley, e J. Weakland (1956), “Toward a theory of schizophrenia”, *Behavioral Science* 1: 251-264.
- Baum, Michael e Ana Espírito-Santo (2007) “As desigualdades de género na participação política em Portugal: uma perspectiva longitudinal”, in: André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (orgs.), *Eleições e cultura política: Portugal no contexto europeu*, pp. 111-155. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Baxter, Janeen (2000), “The Joys and Justice of Housework”, *Sociology* 34: 609-631.
- Beauvoir, Simone de (1949), *Le Deuxième Sexe. 1. Les faits et les mythes. 2. L'expérience vécue*. Paris: Gallimard. [traduzido ao português como *O Segundo Sexo*. Lisboa: Bertrand, 1975.]
- Beauvoir, Simone de (1978), *Tout compte fait*. Paris: Gallimard. [1972.]
- Beaver, Robert Pierce (1980), *American protestant women in world mission: a history of the first feminist movement in North America*. Grand Rapids, MI: Eerdmans.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage. [1986.] [traduzido ao castelhano como *La sociedad del riesgo. En camino hacia otra sociedad moderna*, Barcelona: Paidós, 1998.]
- Beck, Ulrich (2006), “Die Verhandlungsfamilie”, *Die Zeit* n° 28. [entrevista realizada por Corinna Amundts.]
- Beck, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim (1990), *Das ganz normale Chaos der Liebe*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Beck-Gernsheim, Elisabeth (1990), “Von der Liebe zur Beziehung? Veränderungen im Verhältnis von Mann und Frau in der individualisierten Gesellschaft”, in: Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, *Das ganz normale Chaos der Liebe*, pp. 65-104. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Becker, Gary (1965), „A theory of the allocation of time“, *The Economic Journal* 75: 493-517.
- Beidelman, T.O. (1999), “Altruism and domesticity: Images of missionizing women among the Church Missionary Society in nineteenth-century East Africa”, in: Mary Taylor Huber e Nancy C. Lutkehaus (orgs.) (1999), *Gendered missions. Women and men in missionary discourse and practice*, pp. 113-144. Ann Arbor, MI: Michigan University Press.
- Berger, Peter e Thomas Luckmann (1971), *The social construction of reality*.

- Harmondsworth: Penguin [1966]. [traduzido ao português como *A Construção da Realidade Social*, Petrópolis: Vozes, 1985.]
- Berthoud, Colette (2004), “Maternidade de risco de mulheres africanas”, in: *Mulheres rebeldes*, pp. 133-140. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Bijlmer, Joep (1987), *Ambulante straatberoepen in Surabaya. Een studie naar kleinschalige economische activiteiten*. Amsterdam: VU Uitgeverij.
- Birke, Lynda (2001), “In pursuit of difference. Scientific studies of women and men”, in: Muriel Lederman e Ingrid Bartsch (orgs.), *The gender and science reader*, pp. 309-322. London: Routledge. [1992.]
- Blom, Ida (2000), “Gender and nation in international comparison”, in: Ida Blom, Karen Hagemann e Catherine Hall (orgs.), (2000), *Gendered nations. Nationalisms and gender order in the long nineteenth century*, pp. 3-26. Oxford: Berg.
- Boellstorff, Tom (2004), “The emergence of political homophobia in Indonesia”, *Ethnos. Journal of Anthropology* 69: 465-486.
- Boellstorff, Tom (2005), *The gay archipelago: Sexuality and nation in Indonesia*. Princeton: Princeton University Press.
- Bosch, Mineke (2005), Toespraak door Mineke Bosch bij de presentatie van de door haar geschreven biografie ‘Aletta Jacobs 1854–1929. Een onwrikbaar geloof in rechtvaardigheid’. Den Haag.
- Bose, Sugata e Ayesha Jalal (1998), *Modern South Asia: History, culture, political economy*. London: Routledge.
- Boserup, E. (1970), *Woman’s role in economic development*. London: Allen & Unwin.
- Bossenbroek, Martin e Jan H. Kompagnie (1998), *Het mysterie van de verdwenen bordelen. Prostitutie in Nederland in de negentiende eeuw*. Amsterdam: Bert Bakker.
- Bouma, Japke-d. (2007), “Hier heerst geloof dat moeder thuis moet zijn”, *NRC Handelsblad* 13-7-2007.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La domination masculine*. Paris: Seuil. [traduzido ao português como *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta, 1999].
- Bowie, Fiona, Deborah Kirkwood e Shirley Ardener (orgs.) (1993), *Women and missions: past and present*. Oxford: Berg.
- Boxer, Charles Ralph (1988), *Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento. [1963.]
- Bradley, Harriet (1996), *Fractured identities – changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press.
- Bradley, Harriet et al (2000), *Myths at work*. Cambridge: Polity Press.
- Braidotti, Rosi (2003), *The return of the masters’ narratives*. (draft). [www.e-quality.nl/assets/e-quality/publicaties/2003/e-quality.final.rosi%20braidotti.pdf.]
- Brandes, Stanley (1980), *Metaphors of Masculinity: sex and status in Andalusian folklore*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- Brenner, Suzanne (1995), “Why women rule the roost: Rethinking Javanese ideologies

- of gender and self-control”, in: Aihwa Ong e Michael Peletz (orgs.), *Bewitching women, pious men: gender and body politics in Southeast Asia*. Berkeley: University of California Press.
- Brenner, Suzanne (1998), *The Domestication of Desire: Women, Wealth, and Modernity in Java*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Brettell, Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote. [1986.]
- Brettell, Caroline B. e Carolyn F. Sargent (orgs.) (1997), *Gender in cross-cultural perspective*. Second edition. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Brightman, Robert (1996), “**The sexual division of foraging labor: biology, taboo, and gender politics**”, *Comparative Studies in Society and History* 38: 687-729.
- Brinkgreve, Christine (1988), *De belasting van de bevrijding*. Nijmegen: SUN.
- Bruyn-Hundt, Marga (1996), *The economics of unpaid work*. Amsterdam: Thesis Publishers.
- Burgière, André e F. Lebrun, (1999), “As mil e uma famílias da Europa”, in: Martine Segalen e André Burgière (orgs.), *História da família*, vol. 3, pp. 15-82. Lisboa: Terramar.
- “A burqa barrier” (2008), *The Economist*, 19-7-2008: 37.
- Bussemaker, Jet e Rian Voet (orgs.) (1998), *Gender, participation and citizenship in the Netherlands*. Aldershot: Ashgate.
- Butler, Judith (1990), *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge.
- Cabete, Adelaide (1929), *Eugénia e eugénica*. Tese apresentada no 2º Congresso Nacional Abolicionista, em 1929. Lisboa: Artegráfica.
- Cabral, Mavlinda Clodete Mendes (2006), *Licença de paternidade em Portugal: Redefinição de papéis conjugais/ sociais e novos modelos de partilha de responsabilidades*. Trabalho de fim de curso da Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Callaway, Helen (1987), *Gender, culture and Empire. European women in colonial Nigeria*. Urbana: University of Illinois Press.
- Campbell, J.K. (1974), *Honour, family and patronage*. New York/ Oxford: Oxford University Press. [1964.]
- Campos, Maria Amélia Clemente (2005), *As mulheres deputadas e o exercício do poder representativo em Portugal do pós-25 de Abril aos anos 90* Porto: Afrontamento
- Caplan, Pat (org.) (1987), *The cultural construction of sexuality*. London: Routledge.
- Carmo, Isabel do e Lúcia Amâncio (2004), *Vozes insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Carreiras, Helena (2004), *Gender and the military. A comparative study of the participation of women in the armed forces of western democracies*. Tese de Doutoramento, European University Institute, Florence.
- Carrilho, Maria (1990), *Mulheres e defesa nacional: elementos para a perspectiva de*



- uma política aplicada a Portugal*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- Carsten, Janet (1989), "Cooking money: gender and the symbolic transformation of means of exchange in a Malay fishing community", in: Maurice Bloch e Jonathan Perry (orgs.), *Money and the morality of exchange*, pp. 117-141. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cascais, António Fernando (2001), "A cabeça entre as mãos: Egas Moniz, a Psicocirurgia e o Prémio Nobel" in: João Arriscado Nunes e Maria Eduarda Gonçalves (orgs.), *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência*, pp. 291-359. Coimbra: CES.
- Casimiro, Cláudia Costa (2002), "Representações sociais da violência conjugal", *Análise Social* 163: 603-630.
- Castelo, Cláudia (1998), "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Chesler, Phyllis (2005), *Women and madness*. Houndmills: Palgrave Macmillan. [1972.]
- Chodorow, Nancy (1978), *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley/Los Angeles, CA: University of California Press.
- Christmann, Stefanie (1999), "Witch-Hunting ist ehrbares Verhalten", *Freitag* 24. [<http://www.freitag.de/1999/24/99241801.htm>.]
- Clinton, Hillary Rodham (2004), *Living history*. London: Headline [2003.]
- Coelho, Lina (2006), *A dependência económica das mulheres portuguesas que vivem em casal*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Working Paper N° 255. [disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/255/255.pdf>].
- Cole, Sally (1994), *Mulheres da praia. O trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote. [1991.]
- Conklin, Alice L. (1998), "Redefining "Frenchness": citizenship, race regeneration, and imperial motherhood in France and West Africa, 1914-50", in: Julia Clancy-Smith e Frances Gouda (orgs.), *Domesticating the Empire. Race, gender, and family life in French and Dutch colonialism*, pp. 65-83. Charlottesville/London: University Press of Virginia.
- Connell, R.W. (1995), *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R.W. (2002), *Gender. A short introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Counihan, Carole M. (1999), *The anthropology of food and body. Gender, meaning, and power*. New York: Routledge.
- Courtney, Polly (2006), *Golden handcuffs. the lowly life of a high flyer*. Leicester: Matador.
- Cova, Anne (2007), "O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspectiva comparada", in: Lígia Amâncio *et al* (orgs.) (2007), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, pp. 27-43. Lisboa: Dom Quixote.
- Crawley, Sara L. (1998), "Gender, class and the construction of masculinity in professional sailing: a case study of the American women's team", *International Review for the Sociology of Sport* 33: 33-42.
- Creighton, Colin (1996), "The rise of the male breadwinner family: a reappraisal", *Comparative Studies in Society and History* 38: 310-337.

- Crespo, Jorge (1990), *A História do Corpo*. Lisboa: Difel.
- Croll, Elisabeth (2000), *Endangered daughters. Discrimination and development in Asia*. London: Routledge.
- Crompton, Rosemary (2002), "Employment, flexible working and the family", *British Journal of Sociology* 53/4: 537-558.
- Crompton, Rosemary (2003), "Class and gender beyond the "cultural turn"", *Sociologia, Problemas e Práticas* 42: 9-24.
- Crompton, Rosemary e Clare Lyonette (2007), "Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português", in: Wall, Karin e Lígia Amâncio (orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, pp. 93-128. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cruz, Isabel (2003), "O primeiro jogo de futebol feminino em Portugal", *Vértice* 111: 77-101.
- Cunha, Vanessa (2005), "O filho único na sociedade portuguesa contemporânea: descendência ideal ou descendência possível?" *Actas do Colóquio Internacional "Família, Género e Sexualidade nas sociedades contemporâneas"*. Lisboa, APS, 2002.
- Cunha, Vanessa (no prelo) "Projectos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal" in: Karin Wall et al. (orgs), *A vida familiar no masculino. Negociandovelhas e novas masculinidades*.
- Dalla Costa, Mariarosa e Selma James (1972), *The power of women and the subversion of the community*. London: Butler and Tanner.
- Daly, Mary (1973), *Beyond God the Father: Towards a philosophy of women's liberation*. Boston, MA: Beacon Press.
- Daly, Mary (1985), *The Church and the second sex*. Boston: Beacon Press.
- Dau Novelli, Cecilia (1997), "Collaboration et résistance des femmes sous le fascisme italien", in C. Fauré (org.), *Encyclopédie politique et historique des femmes*, pp. 643-662. Paris: PUF.
- Davidson, Gillian e David Drakakis-Smith (1997), "The price of success: disadvantaged groups in Singapore", in: C. Dixon e D. Drakakis-Smith (orgs), *Uneven development in South East Asia*, pp. 75-99. Aldershot: Ashgate.
- Davies, Sharyb Graham (2007), *Challenging gender norms: five genders among the Bugis in Indonesia*. Boston: Thomson Wadsworth.
- De Kroon, C.D. (2006), *Gelijk zonder geluk*. [disponível em [www.nvog.nl/files/](http://www.nvog.nl/files/)]
- De Swaan, A. (1979), "Uitgaansbeperking en uitgaansangst. Over de verschuiving van bevelshuishouding naar onderhandelingshuishouding", *De Gids* 142-8: 483-509.
- De Vries, Petra (1997), *Kuisheid voor mannen, vrijheid voor vrouwen. De reglementering en bestrijding van prostitutie in Nederland, 1850-1911*. Hilversum: Verloren.
- Delaisi de Parseval, Geneviève e Chantal Collard (2007), "La gestation pour autrui. Un bricolage des représentations de la paternité et de la maternité euro-américaines", *L'Homme*, 183, Comment être parents?, [também disponível em <http://lhomme.revues.org/document9011.html>]

- Delamont, Sara (1994), “The gossips of the town: sex and gender in contemporary Europe”, in: *Appetites and identities. An introduction to the social anthropology of Western Europe*, pp. 172-192. London: Routledge.
- DeLoache, Judy e Alma Gottlieb (2000), *A world of babies. Imagined childcare guides for seven societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Delphy, Christine (1970), “L’ennemi principal”, *Partisans* 54-55: 157-172.
- Delphy, Christine (1984), *Close to home: A materialist analysis of women’s oppression*. Amherst: University of Massachusetts Press.
- DeVries, Raymond (2004), *A pleasing birth. Midwives and maternity care in the Netherlands*. Philadelphia, PA: Temple University Press.
- DGEEP (Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento) [2006], *Estudo Conciliação da Vida Familiar e Actividade Profissional: O papel da política social*. Lisboa: Ministério do trabalho e da Solidariedade Social.
- Dias, Isabel (2004), *Violência na família, uma abordagem sociológica*. Porto: Afrontamento.
- Dias, Jorge “O intersexo visto pelo etnólogo”, *Estudos de Antropologia*, Vol. 1, pp. 287-299. Lisboa: Imprensa Nacional. [1970.]
- Dias, Jorge e Margot Dias (1970), *Os Maconde de Moçambique*. Volume III: Vida Social e Ritual. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Dias, Nélia (1996), “O corpo e a visibilidade da diferença”, in: Miguel Vale de Almeida (org.), *Corpo presente: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, pp. 23-44. Oeiras: Celta.
- Donzelot, Jacques (1979), *La police des familles*. Paris: Minuit.
- Douglas, Mary (1970), *Purity and danger. An analysis of concepts of pollution and taboo*. Harmondsworth: Penguin. [1966.]
- Durão, Susana e Alexandra Leandro (2003), “Mulheres na polícia. Visibilidades sociais e simbólicas”, in: Graça Índias Cordeiro (org.), *Etnografias urbanas*, pp. 77-91. Oeiras: Celta.
- Durkheim, Émile (1987), *O Suicídio*. Lisboa: Presença. [1897.]
- Durkheim, Émile (1989), “A divisão do trabalho social”, in: M.B. da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos I*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 313-323. [1893.]
- Duyvendak, J.W. e M.M.J. Stavenuiter (orgs.) (2004), *Working fathers, caring men. Reconciliation of work and family life*. The Hague / Utrecht: Ministry of Social Affairs and Employment / Verwey Jonker Institute.
- Dworkin, Andrea (1981), *Our blood: Prophecies and discourses on sexual politics*. New York: Putnam.
- Eder, Franz X., Lesley Hall e Gert Hekma (orgs.) (1999), *Sexual cultures in Europe. Themes in sexuality*. Manchester: Manchester University Press.
- “Eerlijke cvs” (2007), *NRC Handelsblad* 19-04-2007.
- Elias, Norbert (1989-1990), *O processo civilizacional. 2 volumes*. Lisboa: Dom Quixote. [1939.]

- Engels, Friedrich (1967), “The condition of the working class in England in 1844”, in: W.O. Henderson (org.), *Engels: selected writings*, pp. 26-93. Harmondsworth: Penguin. [1845.]
- Engels, Friedrich (1972), *The origin of the family, private property and the state. In the light of the researches of Lewis H. Morgan*. Moscow: Progress Publishers. [1884.]
- Épiney-Burgard, G. e E. Zum Brunn (1988), *Femmes troubadours de Dieu*. Turnhout: Brepols.
- Epstein, T.S. et al (orgs.) (1986), *Women, work and family in Britain and Germany*. London / Sydney: Croom Helm.
- Errington, Shelly (1990), “Recasting sex, gender and power: A theoretical and regional overview”, in: Jane Monnig Atkinson e Shelly Errington (orgs.), *Power and difference: Gender in island Southeast Asia*, pp. 1-58. Stanford, CA: Stanford University Press. (1, 2).
- Ervø, Soren e Thomas Johansson (2003a), *Among Men. Moulding Masculinities*, Vol. 1 Ashgate, Aldershot.
- Ervø, Soren e Thomas Johansson (2003b), *Bending Bodies. Moulding Masculinities*, Vol. 2 Ashgate, Aldershot.
- Escobar, Lucília (2004), *O sexo das profissões. Género e identidade socioprofissional em enfermagem*. Porto: Afrontamento.
- Esping-Andersen, Gøsta (1990), *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Espírito-Santo, Ana e Michael Baum (2004), *A participação feminina em Portugal numa perspectiva longitudinal*. Actas dos Ateliers do Congresso APS, Braga.
- Estanque, Elísio (1986), “A tropa de elite: mitologias e realidades. Contribuições para um estudo de caso: os comandos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 21: 139-162.
- Estanque, Elísio (2006), “A praxe, a latada e o machismo anacrónico”, *Diário de Coimbra*, 30 de Outubro.
- Faludi, Susan (1992), *Backlash: The Undeclared War Against American Women*. New York: Random House – Doubleday.
- Fan Hong (1997), *Footbinding, feminism and freedom. The liberation of women’s bodies in modern China*. London: Frank Cass.
- Faria, Sérgio (2000), “Sobre o (difícil) trânsito feminino para o espaço do poder político”, in: José Manuel Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, integração, globalização*, pp. 107-139. Oeiras: Celta.
- Fasseur, Cees (1998), *Wilhelmina. De jonge koningin*. Amsterdam: Balans.
- Fasseur, Cees (2001), *Wilhelmina. Krijgshaftig in een vormeloze jas*. Amsterdam: Balans.
- Fausto-Sterling, A. (2000). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- Fausto-Sterling, Anne (2001), “Gender, race, and nation. The comparative anatomy of “Hottentot” women in Europe, 1815-1817”, in: Jennifer Terry e Jacqueline Urla (orgs.), *Deviant Bodies*, pp. 343-366. Bloomington, ID: Indiana University Press. [1996.]

- Feillard, Andrée (1997), “Indonesian emerging Muslim feminism: Women leaders on equality, inheritance and other gender issues”, *Studia Islamika* 4, 1: 88-111.
- Fenton, Steve (1999), *Ethnicity; Racism, Class and Culture*. Houndmills: Macmillan.
- Ferreira, Maria Luísa Ribeiro (2001), “Revisitando a caixa de Pandora: Mary Wollstonecraft e a educação da humanidade pelas mulheres.” In *Também há mulheres filósofas*, pp. 97-131. Lisboa: Caminho.
- Ferreira, Pedro Moura (2003), “Comportamentos de risco dos jovens”, in: José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral (coords.), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo*, pp. 41-166. Oeiras: Celta.
- Ferreira, Virgínia (1981), “Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 6: 47-86.
- Ferreira, Virgínia (1988), “O feminismo na pós-modernidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 24: 93-106.
- Ferreira, Virgínia (1999), “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 52/53: 199-227.
- Ferreira, Virgínia (2001), “Estudos sobre as mulheres em Portugal. A construção de um novo campo científico”, *ex aequo* 5: 9-25.
- Ferreira, Virgínia (2007), ““Quando as mulheres eram computadoras” – reflexões em torno das variações da feminização da programação em informática”, in Amâncio, Lígia et al (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, pp 375-384. Lisboa: Dom Quixote.
- Fiadeiro, Maria Antónia (2000), “Maria Lamas, uma jornalista intelectual”, *Faces de Eva* 3: 199-217.
- Fiorina, Carly (2006), *Though choices. A memoir*. London / Boston: Brealey – Portfolio.
- Firestone, Shulamith (1970), *The dialectic of sex*. New York, NY: Bantam Books.
- Firth, Rosemary (1966), *Housekeeping among Malay peasants*. London: Athlone Press.
- Firth, Rosemary (1995), “Prologue: A woman looks back on the anthropology of women and feminist anthropology”, in: Wazir Jahan Karim (org.), “Male” and “female” in *developing Southeast Asia*, pp. 3-10. Oxford: Berg.
- Flandrin, Jean-Louis (1991), *Famílias. Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa. [1984.]
- Fogelberg, Teresa (1982), *Nanumba women: working bees or idle bums? Sexual division of labour, ideology of work, and power relations between women and men*. Leiden University: Institute of Cultural and Social Studies. (ICA Publications no. 53).
- Folbre, Nancy (1994), *Who pays for the kids? Gender and the structures of constraint*. London: Routledge.
- Folbre, Nancy (1995), ““Holding hands at midnight”: The paradox of caring labor”, *Feminist Economics* 1: 73-92.
- Foucault, Michel (1976), *L'Histoire de la sexualité. Vol. 1 La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.

- Franke, Katherine (s.d.) "Legal aspects of gender assignment". [[http://www2.law.columbia.edu/faculty\\_franke/Gubbio%20Recent.pdf](http://www2.law.columbia.edu/faculty_franke/Gubbio%20Recent.pdf)]
- Frankland, Stan (2007), *Myths of the Malaya: the 'bad' women of Kampala*. Resumo de comunicação na AEGIS European Conference on African Studies. Leiden: African Studies Centre.
- Freedman, Jane (2001), *Feminism*. Buckingham: The Open University Press.
- Freire, André (1998), "Lógicas de recrutamento parlamentar. Os deputados portugueses, 1975-1999", *Sociologia – Problemas e Práticas* 28: 115-147.
- Freire, João (coord.) et al (2000), *Atitudes face ao emprego, trabalho e tempo livre – Os processos de motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Friedan, Betty (1965), *The feminine mystique*. Harmondsworth: Penguin [1963.] [traduzido ao português como *Mística Feminina*, Petrópolis, Editora Vozes, 1971.]
- Friedl, Ernestine (1975), *Women and men: an anthropologist's view*. New York, NY: Holt, Rinehart and Winston.
- Gallant, Thomas W., "Honor, masculinity, and ritual knife fighting in nineteenth-century Greece", *The American Historical Review* 105.2 (2000): 57 [<http://www.historycooperative.org/journals/ahr/105.2/ah000359.html>].
- Garcia, Maria Antonieta (1999), *Judaísmo no feminino. Tradição popular e ortodoxia em Belmonte*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões.
- Garnel, Maria Rita Lino (2001), "A mulher como homem-máquina", *Faces de Eva* 5: 75-94.
- Gaters, Alfreds (1993), *Lettsche Syntax: die Dainas*. Hildegard Radtke (org.). Frankfurt am Main: Lang.
- Gedeão, António (Rómulo de Carvalho) (1971), *Poesias completas (1956-1967)*. Lisboa: Portugália Editora.
- Gershuny, Jonathan e Sally Jones (1987), "The changing work/leisure balance in Britain, 1961-1984", in: John Horne, D. Jary e Alan Tomlinson (orgs), *Sport, leisure and social relations*, pp.9-50. London: The Sociological Review/ Routledge.
- Giddens, Anthony (1992), *The transformation of intimacy: Sexuality, love and eroticism in modern societies*. Stanford, CA: Stanford University Press. [traduzido ao português como *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta, 1995.]
- Giddens, Anthony (2004), *Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Gilmore, David D. (org.) (1987), *Honor and shame and the unity of the Mediterranean*. Washington, D.C.: American Anthropological Association.
- Gilmore, David D. (2001), "Why sexual segregation?", in: Dionizi Albera, Anton Blok e Christian Bromberger (orgs.), *L'anthropologie de la Méditerranée; Anthropology of the Mediterranean*, pp. 111-131. Paris: Maisonneuve et Larose.
- Glazer, Nona Y. (1994), "The home as workshop: Women as amateur nurses and medical care providers", in: Howard D. Schwartz (org.), *Dominant issues in Medical*

- Sociology*, pp. 362-372. New York, NY: McGraw Hill.
- Goddard, Victoria (1993), "Honour and shame: the control of women's sexuality and group identity in Naples", in: Pat Caplan (org.), *The cultural construction of sexuality*, pp. 166-192. London: Routledge. [1987.]
- Goddard, Victoria (1996), *Gender, family and work in Naples*. Berg.
- Godelier, Maurice (1982), *La production des grands hommes. Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard.
- Godelier, Maurice (1991), "'Espelho meu, espelho meu(...)". *O papel da antropologia no passado e no futuro: uma avaliação provisória*, *Ler História* 23: 101-116.
- Gombrich, Richard (1988), *Theravada buddhism. A social history from ancient Benares to modern Colombo*. London: Routledge.
- González, Maria do Pilar (2002), "Género e economia: uma abordagem na perspectiva da economia do trabalho", *ex aequo* 6: 91-116.
- Goody, Jack (1995), *Família e casamento na Europa*. Oeiras: Celta [1983.]
- Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Graafland, Nicolaas (1898), *De Minabassa. Haar verleden en haar tegenwoordige toestand*. 2 vols. Batavia: Kolff.
- Gracias, Escolástica Adelina da Piedade (1934), *Contribuição para o estudo da lepra*. Tese da Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa.
- Greenfeld, Susan (2007), "The crazy attitudes that push women out of science", *The Observer*, 1-7-2007.
- Grillet, Sophie (2001), *Não sou feminista, mas....* Lisboa: Presença. [1997.]
- Groot, Joanna de (2000) "'Sex' and 'race'. The construction of language and image in the nineteenth century", in: Catherine Hall (org.), *Cultures of empire. Colonizers in Britain and the empire in the nineteenth and twentieth centuries. A reader*, pp. 39-60. Manchester: Manchester University Press.
- Gruenbaum, Ellen (1997), "The movement against clitoridectomy and infibulation in Sudan: public health policy and the women's movement", in: Caroline B. Brettell e Carolyn F. Sargent (orgs.), *Gender in cross-cultural perspective*. Second edition. pp. 441-453. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na actividade empresarial – PME em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Guerreiro, Maria das Dores (1998), *Mulheres na vida empresarial*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003), "Pessoas sós. Múltiplas realidades", *Sociologia, Problemas e Práticas* 43: 31-50.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: DGEEP/CITE.
- Hamington, Maurice (1995), *Hail Mary? The struggle for ultimate womanhood in Catholicism*. New York/London: Routledge.

- Haraway, Donna (1989), *Primate visions: Gender, race, and nature in the world of modern science*. New York/ London: Routledge.
- Hareven, Tamara (1982), *Family time and industrial time: the relationship between the family and work in a New England industrial community*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hargreaves, Jennifer (1994), *Sporting females: Critical issues in the history and sociology of women's sports*. London: Routledge.
- Harper, Catherine (2007), *Intersex*. Oxford: Berg.
- Harper, T.N. (1999), *The end of empire and the making of Malaya*. Cambridge University Press.
- Hausmann, Ricardo, Laura D. Tyson e Saaida Zahidi (2007), *The Global Gender Gap Report 2006*. Geneva: World Economic Fórum.
- Hearn, Jeff (1998), *The violences of men. How men talk about and how agencies respond to men's violence to women*. Sage, London: Sage.
- Hearn, Jeff *et al.* (2006), *Men and Masculinities in Europe*. London: Whiting & Birch.
- "Helping women get to the top – The conundrum of the glass ceiling" (2005), *The Economist* 23-7-2005: 11; 54-56.
- Henig, Ruth (1996), "Women and political power in Britain in the 1990s", in: Tess Cosslett, Alison Easton e Penny Summerfield (orgs), *Women, power and resistance. An introduction to women's studies*, pp. 263-273. Buckingham: The Open University Press.
- Henriques, Fernanda (2007), "Elisabeth Badinter: Racionalismo, igualdade e feminismo", in: Lúcia Amâncio *et al.* (orgs.) pp. 245-261.
- Herd, Gilbert (org.) (1994), *Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and History*. New York: Zone Books.
- Hermes, Joke (1995), *Reading women's magazines. An analysis of everyday media use*. London: Routledge.
- Hernando, Rosário Coca (1998), "Towards a new image of women under Franco: the role of Sección Femenina", *International Journal of Iberian Studies* 11/1: pp 5-13.
- Heru, A.M. (2005), "Pink-collar medicine: women and the future of medicine", *Gender Issues* 22/1: 20-34.
- Herzfeld, Michael (1985), *The poetics of manhood. Contest and identity in a Cretan mountain village*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Hewlett, Sylvia Ann (2002), *Creating a Life: Professional life and the quest for children*. New York, NY: Talk Miramax Books.
- Heyzer, Noeleen (1986), *Working women in South-East Asia. Development, subordination and emancipation*. Milton Keynes / Philadelphia, PA: Open University Press.
- Hochschild, Arlie Russell (1983), *The managed heart: commercialization of human feeling*, Berkeley, CA: University of California Press.
- Honegger, Claudia (1989a), "Weiblichkeit als Kulturform". Zur Codierung der Geschlechter in der Moderne", in: Max Haller, Hans-Joachim Hoffmann-Nowotny



- e Wolfgang Zapf (orgs.), *Kultur und Gesellschaft*, pp. 142-155. Frankfurt am Main: Campus.
- Honegger, Claudia (1989b), "Frauen und medizinische Deutungsmacht im 19. Jahrhundert", in: Alfons Labisch e Reinhard Spree (orgs.), *Medizin und sozialer Wandel*, pp. 181-194. Bonn: Psychiatrie Verlag.
- Honegger, Claudia (1991) "Die Anthropologie der Aufklärung und die Moral der Frauen. Frankfurter Antrittsvorlesung vom 19. juni 1990", in: Katharina Belser (org.), *Solidarität – Streit – Widerspruch: Festschrift für Judith Janoska*, pp. 115-133. Zürich: eFeF-Verlag.
- Howley, Kerry (2008), "Baby bust!", em <http://www.reason.com/news/show/126855.html> (consultado 07 07 08).
- Huber, Mary Taylor e Nancy C. Lutkehaus (orgs.) (1999), *Gendered missions. Women and men in missionary discourse and practice*. Ann Arbor, MI: Michigan University Press.
- Hüsken, Frans (1988), *Een dorp op Java. Sociale differentiatie in een boerengemeenschap, 1850-1980*. Overveen: Acasea.
- Hufton, Olwen (1974), *The poor of eighteenth-century France*. Oxford: Oxford University Press.
- Ildefonso, Isabel (2003), "As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O jornal *A Voz Feminina* (1868-1869)", in: Teresa Joaquim e Anabela Galhardo (orgs.), *Novos olhares. Passado e presente nos estudos sobre as mulheres em Portugal*. Pp 15-21. Oeiras: Celta.
- ILO [International Labour Office] (2007), *Equality at work: Tackling the challenges. Global Report*. [disponível em [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcom m/---webdev/documents/publication/wcms\\_082607.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcom m/---webdev/documents/publication/wcms_082607.pdf)].
- Jackson, Stevi (1997), "Women, marriage and family relations", in: V. Robinson e D. Richardson (orgs.), *Introducing Women's Studies. Feminist Theory and Practice*, pp. 323-348. Houndmills: Macmillan. (1993.)
- Jacobs, Aletta (1978), *Herinneringen*. Nijmegen: SUN. [1924.]
- Jahoda, Gustav (1999), *Images of savages. Ancient roots of modern prejudice in western culture*. London: Routledge.
- James, Colin (2000), "New Zealand: Breaking glass?", *Far Eastern Economic Review*, 28-09-2000.
- Jayawardena, Kumari (1986), *Feminism and nationalism in the Third World*. London: Zed Books.
- Jayawardena, Kumari (1995), *The white woman's other burden. Western women and South Asia during British rule*. London: Routledge.
- Jeffrey, L.A. (2002), *Sex and borders*. Vancouver: UBC Press.
- Joaquim, Teresa (1983), *Dar à luz. Ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Joaquim, Teresa (1997), *Menina e moça. A construção social da feminilidade, século XVII-XIX*. Lisboa: Fim do Século.

- Joaquim, Teresa (2001), “A (im)possibilidade de ser filósofa”, in: Luísa Ferreira Ribeiro (org.), *Também há mulheres filósofas*, pp. 17-40. Lisboa: Caminho.
- Joaquim, Teresa (2006), *Cuidar dos outros, cuidar de si. Questões em torno da maternidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Joaquim, Teresa (2007), “Feminismos, estudos sobre as mulheres ou “para onde vai este barco?””, in: Lígia Amâncio *et al* (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, pp. 203-216. Lisboa: Dom Quixote.
- Johannisson, Karin (1996), *Het duistere continent. Dokters en vrouwen in het Fin-de-siècle*. Amsterdam: Van Gennep.
- Jolly, Margaret (1998) “Other mothers: Maternal “insouciance” and the depopulation debate in Fiki and Vanuatu, 1890-1930”, in: Ram, Kalpana e Margaret Jolly (orgs.) (1998), *Maternities and modernities. Colonial and postcolonial experiences in Asia and the Pacific*. pp. 177-212. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jordão, Albertina (2000), “Protagonistas do poder local: obstáculos e oportunidades”, *ex aequo* 2/3: 117-123.
- Joshi, O.P. (1995), “Continuity and change in Hindu Women’s Dress”, in: J.B. Eicher (org.), *Dress and ethnicity*, pp. 214-231. Oxford: Berg.
- Kanitkar, Helen (1994), ““Real true boys”. Moulding the cadets of imperialism”, in: Andrea Cornwall e Nancy Lindisfarne (orgs.) (1994), *Dislocating masculinity. Comparative ethnographies*, pp. 184-196. London: Routledge.
- Kartini, Raden Adjeng (1911), *Door duisternis tot licht: gedachten over en voor het Javaansche volk*. Semarang: Van Dorp.
- Kaufmann, Jean-Claude (1992), *La trame conjugale. Analyse du couple par son linge*. Paris: Nathan. [traduzido ao português como *O labirinto conjugal*. Lisboa: Ed. Notícias, 2002.]
- Kaufmann, Jean-Claude (2000), *A mulher só e o príncipe encantado. Inquérito sobre a vida a solo*. Lisboa: Ed. Notícias. [1999.]
- Kawanami, Hiroko (1996), “Women in Buddhism revisited”, in: Tess Cosslett, Alison Easton e Penny Summerfield (orgs.), *Women, power and resistance. An introduction to women’s studies*, pp. 67-78. Buckingham: Open University Press.
- Keesing, Roger (1987), *Cultural anthropology. A contemporary perspective*. New York, NY: CBS College Publishing.
- Khoo, Boo Theik (1995), *Paradoxes of Mahathirism. An intellectual biography of Mahathir Mohamad*. Oxford: Oxford University Press.
- King, Victor T. e William D. Wilder (2003), *The modern anthropology of South-East Asia*. London: RoutledgeCurzon.
- Knijn, Trudie (1998), “Participation through care? The case of the Dutch housewife”, in: Jet Bussemaker e Rian Voet (orgs.), *Gender, Participation and Citizenship in the Netherlands*, pp. 65-78. Aldershot: Ashgate.
- Kool-Smit, Joke (1967), “Het onbehagen bij de vrouw”, *De Gids* 130/9-10: 267-281.
- Kruhse-MountBurton, Suzy (1995), “Sex tourism and traditional Australian male

- identity”, in: Marie-Françoise Lanfant, John B. Allcock e Edward Bruner (orgs.) *International tourism: identity and change*, pp. 192-204. London: Sage.
- Kuper, Adam (1994), *The chosen primate. Human nature and cultural diversity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Laing, R.D. e A. Esterson (1970), *Sanity, madness and the family*. Middlesex: Penguin Books. [1964.]
- Lamas, Maria (2002), *As mulheres do meu País*. Lisboa: Caminho. [1950.]
- Lamchich, Abderrahim (2004), “Rumo a um feminismo islamita?”, in: *Mulheres rebeldes*, pp. 187-198. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Lammes, F.B. (2007), “De Hottentot-Venus”, *Geschiedenis der Geneeskunde* 11, 6: 333-337.
- Lancy, David (2007), “Accounting for variability in mother-child play”, *American Anthropologist* 109: 271-284.
- Lane, Sandra D. e Donald A. Cibula (2000), “Gender and health”, in: G.L. Albrecht, R. Fitzpatrick e C. Scrimshaw (orgs.), *Handbook of social studies in health and medicine*, pp. 136-154. London/New York: Sage.
- Langhamer, Claire (2000), *Women’s leisure in England 1920-1960*. Manchester: Manchester University Press.
- Laqueur, Thomas (1992), *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Laranjeira, Ana Rita (2004), “Não és homem não és nada: masculinidade e comportamentos de risco”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 51-73. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lasch, Christopher (1997), *Women and the common life: love, marriage, and feminism*. Elisabeth Lasch-Quinn (org.). New York, NY: Norton. [1979.]
- Lawrence, D. (1982), “Reconsidering the menstrual taboo: A Portuguese case”, *Anthropology Quarterly* 55, 2: 84-98.
- Leandro, Engrácia (2001), *Sociologia da Família nas sociedades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Lemos (Júnior), Alfredo Tovar de (1908), *A Prostituição: Estudo anthropologico da prostituta portugueza*. Lisboa: Centro Typographico Colonial.
- Lever, A. (1987), “Honour as a red herring”, *Critique of Anthropology* 6, 3: 83-106. .
- Lévi-Strauss, Claude (1958), *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- Lévi-Strauss, Claude (1967), *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris/ La Haye: Mouton. [1949.]
- Levine, Hal B. (2003), “Gestational surrogacy: nature and culture in kinship”, *Ethnology* 42-3: 173-185.
- Liberato, Isabel (2002), *Sexo, ciência, poder e exclusão social. A tolerância da prostituição em Portugal (1841-1926)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Lijphart, A. 1968: *The Politics of Accomodation: Pluralism and Democracy in the Netherlands*. Berkeley, CA: The University of California Press.

- Lima, Antónia Pedroso de (2003), *Grandes famílias, grandes empresas. Ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lima, Antónia Pedroso de (2004), “Homens de negócios e gestoras familiares: complementaridades e assimetrias de género numa elite de Lisboa”, in: Anne Cova, Natália Ramos e Teresa Joaquim (orgs.), *Desafios da comparação. Família, mulheres e género em Portugal e no Brasil*, pp. 291-311. Oeiras: Celta.
- Lister, Ruth (n.d.), “Citizenship and gender” in K. Nash e A. Scott (orgs.), *Blackwell Companion to Political Sociology*. Blackwell. (draft, disponível em [www.socscie.aau.dk](http://www.socscie.aau.dk))
- Locher-Scholten, Elsbeth (1992), “The nyai in colonial Deli: a case of supposed mediation”, in: Sita van Bemmelen *et al.* *Women and mediation in Indonesia*, pp. 265-280. Leiden: KITLV Press.
- Locher-Scholten, Elsbeth (1999), “The colonial heritage of human rights in Indonesia: the case of the vote for women, 1916-41”, *Journal of Southeast Asian Studies* 30: 54-73.
- Locher-Scholten, Elsbeth (2000), *Women and the colonial state: essays on gender and modernity in the Netherlands Indies, 1900-1942*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Lombroso, C. e G. Ferrero (1927), *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Torino: Bocca [1893.]
- Lopes, José Luís (2005), *Comportamentos antidesportivos no futebol. Um estudo das competições distritais*. Guarda: Edição do Autor.
- Lopes, Margarida Chagas (2000), “Trabalho de valor igual e desigualdade salarial: breve contributo na base dos pressupostos do capital humano”, *ex aequo* 2/3: 107-116.
- Luhmann, Niklas (1982), *Liebe als Passion. Zur Codierung von Intimität*. Frankfurt: Suhrkamp. [traduzido ao português como *O amor como paixão. Para a codificação da intimidade*, Lisboa: Difel, 1991.]
- Lumley, Henry de (org.) (1999), *Trésors méconnus du Musée de l'Homme. Dans le secret des objets et des mondes*. Paris: Le Cherche Midi.
- Lupton, Deborah e Leslet Barclay (1997), *Constructing fatherhood. Discourses and experiences*. London: Sage.
- Lutkehaus, Nancy C. (1999), “Missionary maternalism: Gendered images of the Holy Spirit sisters in colonial New Guinea”, in: Mary Taylor Huber e Nancy C. Lutkehaus (orgs.) (1999), *Gendered missions. Women and men in missionary discourse and practice*, pp. 207-236. Ann Arbor, MI: Michigan University Press.
- Lutter, Ton e Wim de Kok (2007), “Krijg kinderen en red onze cultuur”, *NRC Handelsblad* 28-6-2007.
- Machado, Maria do Céu Soares (2003), “A feminização da medicina”, *Análise Social* 166: 127-137.
- MacInnes, John (1998), *The end of masculinity. The confusion of sexual genesis and sexual difference in modern society*. Buckingham: Open University Press.
- Magalhães, Maria José (1998), *Movimento feminista e educação – Portugal, décadas de 70 e 80*. Oeiras: Celta.

- Mahathir bin Muhamad (1970), *The Malay dilemma*. Singapore: Moore.
- Maia, José João (2000), “Transição epidemiológica, infra-estruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto”, *Análise Social* 156: 583-604.
- Mak, Geertje (1989), “De verklede werkelijkheid? Analyse van aan vrouwen toegekende “mannelijkheid”, 1625-1920”, *Jaarboek voor Vrouwengeschiedenis* 10: 113-135.
- Malson, Helen (1998), *The thin woman. Feminism, post-structuralism and the social psychology of anorexia nervosa*. London: Routledge.
- Manderson, Lenore (1996), *Sickness and the state: health and illness in colonial Malaya, 1870-1940*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Manderson, Leonore (1998), “Shaping reproduction: maternity in early twentieth-century Malaya”, in: Kalpana Ram e Margaret Jolly (orgs.), *Maternities and Modernities. Colonial and Postcolonial Experiences in Asia and the Pacific*, pp. 26-49. Cambridge: Cambridge University Press.
- Manji, Irshad (2003), *The trouble with Islam: A wake-up call for reform in her faith*. Toronto: Random House Canada.
- Mansfield, Harvey C. (2006), *Manliness*. Princeton, NJ: Yale University Press.
- Margold, Jane A. (1995), “Narratives of masculinity and transnational migration: Filipino workers in the Middle East”, in: Aihwa Ong e Michael Peletz (orgs.), *Bewitching women and pious men: Gender and body politics in Southeast Asia*, pp. 274-298. Berkeley, CA: University of California Press.
- Marivoet, Salomé (2002), “Violent disturbances in Portuguese football”, in Dunning, E. et al (orgs.), *Fighting fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*, pp. 158-173. Dublin: University College Dublin Press.
- Marivoet, Salomé (2006), *Euro 2004™ Um evento global em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, António Manuel (2004), “Os trabalhos da masculinidade. Culturas ocupacionais sob hegemonia masculina”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 29-50. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques Guedes, Armando (1996), *Rituais igualitários. Ritos dos caçadores e relectores Atta de Kalinga-Apayao, Filipinas*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Martinho, Teresa (2004), “Viver jovem, morrer depressa. Masculinidade e condução de risco”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 75-90. Lisboa: Livros Horizonte.
- Martins, Manuel Meirinho e Conceição Pequito Teixeira (2005), *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher.
- Matos, Patrícia Ferraz de (2006), *As Côres do Império. Representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Matos, Paulo Lopes (1998), “Emigração, níveis de riqueza e mães solteiras”, *Arquipélago* 11/12: 535-580.

- Mauss, Marcel (2003), *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France. [1950.].
- McCarthy, Mary (1951), “The Vassar Girl”, *Holiday*, May.
- McCarthy, Mary (1971), *The group*. Harmondsworth: Penguin. [1963.]
- Mead, Margaret (1955), *Male and female*. Mentor edition [1949.]
- Mead, Rebecca (2007), “The wives of others”, *The New Yorker*, 4-4-2007.
- Meillassoux, Claude (1975), *Femmes, greniers et capitaux*. Paris: Maspero.
- Melman, Billie (1996), “Under the western historian’s eyes: Eileen Power and the early feminist encounter with colonialism”, *History Workshop Journal* 42: 147-168.
- Melo, Carla (2006), *O papel do homem no contexto doméstico – A desconstrução de obstáculos e contradições*. Trabalho de fim de curso da Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Melo, Victor Andrade de e André Schetino (2009) “A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX”, *Revista Estudos Feministas* vol.17 no.1 Janeiro/Abril 2009 [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000100007&script=sci_arttext)
- Meneses, Inês (2000), “Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa”, *Análise Social* 153: 933-955.
- Mernissi, Fatema (2001), *Scheherazade goes West: Different cultures, different harems*. New York, NY: Washington Square Press.
- Messing, Karin (org.) (2000), *Compreender o trabalho das mulheres para o transformar*. Lisboa: CITE.
- Mewett, Peter G. (2003), “Conspiring to run. Women, their bodies and athletics training”, *International Review for the Sociology of Sport*, 38: 331-349.
- Midgley, Clare (1998), *Gender and imperialism*. Manchester/ New York: Manchester University Press.
- Mies, Maria (1986), *Patriarchy and accumulation on a world scale: Women in the international division of labour*. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books.
- Miller, Barbara D. (1997), “Female infanticide and child neglect in rural North India”, in: Caroline B. Brettell e Carolyn F. Sargent (orgs.), *Gender in cross-cultural perspective*. Second edition. pp. 453-465. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall. [1987.]
- Miller, Cheryl (2007), “Parenthood at any price”, *The New Atlantis* 2007: 96-104. [www.TheNewAtlantis.com](http://www.TheNewAtlantis.com) (review of: Liza Mundy, *Everything conceivable*. New York, NY: Knopf 2007.)
- Millett, Kate (1978), *Sexual politics*. New York: Ballantine Books. [1969.]
- Momsen, Janet (1991), *Women and development in the third world*. London: Routledge.
- Monden, Christiaan W.S. e Jeroen Smits (2005), “Ethnic intermarriage in times of social change: the case of Latvia”, *Demography* 42: 323-345.
- Mónica, Maria Filomena (2005), *Bilhete de identidade. Memórias 1943-1976*. Lisboa: Alêtheia.

- Moore, Henrietta (1988), *Feminism and anthropology*. Cambridge: Polity Press.
- Moreira, Catarina Frade e Tânia Sofia Correia (2002), “Corpos velados – uma abordagem à mutilação genital feminina”, in: Maria Engrácia Leandro, Maria Marta Lobo de Araújo e Manuel da Silva e Costa (orgs.), *Saúde. As teias da discriminação social*, pp. 91-111. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- Morgado, Liliana (2008), *As desigualdades de género: o envolvimento em assuntos políticos*. Trabalho de fim de curso da Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Moskalenko, Lena (1996), “Beauty, women, and competition “Moscow Beauty 1989””, in: Colleen Ballerino Cohen, Richard Wilk e Beverly Stoelje (orgs.) (1996), *Beauty Queens on the global stage. Gender, contests, and power*. London: Routledge.
- Muchembled, Robert (2007), “Fils de Caïn, enfants de Médée. Homicide et infanticide devant le parlement de Paris (1575-1604)”, *Annales* 62: 1063-1094. .
- Murphy, Patrick, John Williams e Eric Dunning (1994), “Comunidade, masculinidade e futebol”, in *O futebol no banco dos reús*, pp. 125-159. Oeiras: Celta. [1990.]
- Namora, Fernando (1978), *Retalhos da vida de um médico*. Primeira Série. Lisboa: Bertrand. [1949.]
- Nanda, Serena (1997), “Neither man nor woman: The hijras of India”, in : Caroline B. Brettell e Carolyn F. Sargent (orgs.), *Gender in cross-cultural perspective*. Second edition. pp. 198-201. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall. [1990.]
- New, Caroline (1997), “Man bad, woman good? Essentialisms and ecofeminisms”, in: Linda McDowell e Joanne P. Sharp (orgs.), *Space, gender, knowledge. Feminist readings*. 177-192. London: Arnold.
- Nguyen-vo Thu-huong (2006), “The Real and the True”, *NIAS nytt* 2006-2: 6.
- Niehof, Anke (1985), *Women and fertility in Madura*. Tese de doutoramento em antropologia cultural, Universidade de Leiden.
- Niehof, Anke (1993), *Het duveltje uit de zwarte doos. De ongemakkelijke verhouding tussen gender en huishouden*. Wageningen: Wageningen University and Research Centre.
- Niehof, Anke (1995), “Recensão de Ingrid Rudie, *Visible women in East Coast Malay Society; On the reproduction of gender in ceremonial, school and market*”, *Bijdragen tot de Taal-, Land-en Volkenkunde* 151: 310-311.
- Niehof, Anke (1998) “The changing lives of Indonesian women; Contained emancipation under pressure”, *Bijdragen tot de Taal-, Land-en Volkenkunde* 154: 236-258.
- Niehof, Anke (2006), “De veranderende rol van traditionele verloskundigen in Indonesië”, in: Willem van der Molen (org.), *Milde regen; Liber amicorum voor Hans Teeuw bij zijn vijfentachtigste verjaardag op 12 augustus 2006*, pp. 167-187. Nijmegen: Wolf.
- Nightingale, Florence (1997), *Florence Nightingale. Letters from the Crimea 1854-1856*. Edição organizada por Sue M. Goldie. Manchester: Mandolin.
- Nisbett, Richard e Dov Cohen (1996), *Culture of honor: the psychology of violence in the South*. Boulder, CO: Westview Press.

- Noble, D.F. (1992), *A world without women. The Christian clerical culture of western science*. New York, NY: Knopf.
- Nogueira, Conceição (2001), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, Maria da Conceição (2001), “Construcionismo social, discurso e género”, *Psicologia* 15: 43-65.
- Nomaguchi, Kei M. (2006), *Time of one's own. Employment, leisure, and delayed transition to motherhood in Japan*. [http://jfi.sagepub.com.]
- Noordenbos, Greta (s.d.), *Vrouwen in de Academies van wetenschappen. Van uitsluiting tot uitzondering*. Zutphen: Walburg Pers.
- Novikova, Irina (2000), “Constructing national identity in Latvia. Gender and representation during the period of National Awakening”, in: Ida Blom, Karen Hagemann e Catherine Hall (orgs.), *Gendered nations. Nationalisms and gender order in the long nineteenth century*. pp 311-334. Oxford: Berg.
- Nunes, Berta (1997), *O saber médico do Povo*. Lisboa: Fim do Século.
- Nunes, João Arriscado (2006), *A pesquisa em saúde nas ciências sociais e humanas: tendências contemporâneas*. Oficina do CES, nº 253. Coimbra.
- Nussbaum, Martha C. (1999), *Sex and social justice*. Oxford: Oxford University Press.
- Nyhan, Paul (2006), “21<sup>st</sup>-century dads turn to blogs for help”, *Seattle Post-Intelligencer*, June 17<sup>th</sup>. [disponível em [http://seattlepi.nwsourc.com/local/274314\\_dadsday17.html](http://seattlepi.nwsourc.com/local/274314_dadsday17.html).]
- Oakley, Ann (1974), *Woman's work: The housewife, past and present*. New York: Vintage Books.
- Oakley, Ann (1976), *Housewife. High value – Low cost*. Harmondsworth: Penguin Books. [1974.]
- Oakley, Ann (1976), “Wisewoman and Medicine Man: changes in the management of childbirth”, in: Juliet Mitchell e Ann Oakley (orgs.), *The rights and wrongs of women*, pp. 17-58. Harmondsworth: Penguin.
- Oakley, Ann e Juliet Mitchell 1997 (orgs.) *Who's afraid of feminism? Seeing through the Backlash*. London: Hamish Hamilton.
- Oetomo, Dede (2000), “Masculinity in Indonesia: Genders, sexualities, and identities in a changing society”, in: Richard Parker, Regina Maria Barbosa e Peter Aggleton (orgs.), *Framing the sexual subject: The politics of gender, sexuality, and power*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Ogden, Annegret (1986), *The great American housewife. From helpmate to wage earner, 1776-1986*. Westport, CT: Greenwood Press.
- Oliveira, João Manuel de (2007), ““Ler a natureza é um acto sociocultural”: Ciência, género e feminismo na obra de Anne Fausto-Sterling”, in: Lúcia Amâncio *et al* (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, pp. 262-277. Lisboa: Dom Quixote.



- O'Neill, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: Dom Quixote.
- Ong, Aihwa e Michael G. Peletz (1995), *Bewitching women, pious men: gender and body politics in Southeast Asia*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Oostvogels, Robert (1994), "The Waria of Indonesia: a traditional third gender role", in: Gilbert Herdt (org.) (1994), *Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and History*. New York: Zone Books.
- Ortner, Sherry (1974), "Is female to male as nature is to culture?", in: Michelle Rosaldo e Louise Lamphere (orgs), *Women, culture, and society*, pp. 68-87. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Ortner, Shelly B. e Harriet Whitehead (orgs.) (1981), *Sexual meanings. The cultural construction of power and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Osório de Castro, Zília (2007), "Seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação em Portugal. Palavras de abertura", in: Lígia Amâncio *et al* (orgs.) (2007), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, pp. 19-26. Lisboa: Dom Quixote.
- Pacheco, José (2000), *O sexo por cá*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pais, Elza Maria Henriques Deus (1998), *Homicídio conjugal em Portugal. Rupturas violentas da conjugalidade*. Lisboa: Hugin Editores.
- Pais, José Machado (1986), "A imagem da mulher e os rituais da galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal", *Análise Social* 92/93: 751-768.
- Papanek, Hanna (1982), "Purdah: Separate Worlds and Symbolic Shelter", in: Hanna Papanek e Gail Minault (orgs.), *Separate Worlds: Studies of Purdah in South Asia*. Delhi: Chanakya Publications.
- Papanek, Hanna e Laurel Schwede (1988), "Women are good with money. Earning and managing in an Indonesian city", in: D. Dwyer e J. Bruce (orgs.), *A home divided*, pp. 71-98. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Papataxiarchis, Evtymios (1991), "Friends of the heart: Male commensal solidarity, gender and kinship in Aegean Greece", in: Peter Loizos e Evtymios Papataxiarchis (orgs.), *Contested identities: Gender and kinship in modern Greece*, pp. 156-179. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Paringaux, Roland-Pierre (2004), "Índia: homicídios em série em nome do dote", *Mulheres rebeldes*, pp. 103-109. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Park, J. (2000), "'The worst hassle is you can't play rugby': haemophilia and masculinity in New Zealand", *Current Anthropology* 41: 443-453.
- Parsons, Talcott (1951), *The social system*. New York: The Free Press.
- Paulos, Rita (2002), *Descobrendo a sociedade rosa – estudo sociológico da conjugalidade homossexual masculina*. Trabalho de fim de curso da Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Peletz, M. (1994), "Neither reasonable nor responsible: contrasting representations of masculinity in a Malay society", *Cultural Anthropology* 9, 2: 135-178.

- Perez, Rosa Maria (1994), *Reis e intocáveis. Um estudo do sistema de castas no noroeste da Índia*. Oeiras: Celta.
- Perez, Rosa Maria Reis (1996), “Corpos impuros. Mulheres e intocáveis na Índia”, in: Miguel Vale de Almeida (org.), *Corpo presente. Treze reflexões antropológicas sobre o corpo*, pp. 45-53. Oeiras: Celta.
- Perista, Heloísa (2002), “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social* 163: 447-474.
- Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes (coords.), (1999), *A licença de paternidade: um direito novo para a promoção da igualdade*. Lisboa: DEPP/CIDES.
- Peristiany, J.G. (1965), *Honour and shame. The values of Mediterranean society*. London: George Weidenfeld & Nicolson. [traduzido ao português como *Honra e vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.]
- Pfau-Effinger, Birgit (2004), “Socio-historical paths of the male breadwinner model – an explanation of cross-national differences”, *The British Journal of Sociology* 55: 379-399.
- Phipps, Alison (2007), “Re-inscribing gender binaries: Deconstructing the dominant discourse around women’s equality in science, engineering, and technology”, *The Sociological Review* 55, 4: 768-787.
- Phoenix, Ann, Anne Woollet e Eva Lloyd (orgs.) (1991), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies*. London: Sage.
- Pietra, Régine (2001), “As mulheres filósofas da Antiguidade greco-romana”, in: Maria Luísa Ribeiro Ferreira (org.), *Também há mulheres filósofas*, pp. 49-70. Lisboa: Caminho.
- Pimentel, Irene Flunser (2001), *História das organizações femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pimentel, Irene Flunser (2006/07), “Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina”, *Campus Social* 3/4: 19-43.
- Pina Cabral, João de (1991), “As categorias de comparação regional: uma crítica à noção de Mediterrâneo”, in: *Os contextos da antropologia*, pp. 69-89. Lisboa: Difel.
- Pina Cabral, João de e Nelson Lourenço (1993), *Em terra de tufões. Dinâmicas da etnicidade macaense*. Lisboa: Instituto Cultural de Macau.
- Pinker, Steven (2002), *The Blank Slate: The Modern Denial of Human Nature*
- Pintasilgo, Maria de Lurdes (1998), “As mulheres, a cidadania e a sociedade activa”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 50: 15-26.
- Pitt-Rivers, Julian A. (1971), *The people of the Sierra*. Chicago: The University of Chicago Press. [1954.]
- Ploss, Hermann Heinrich (1899), *Das Weib in der Natur-und Völkerkunde. Anthropologische Studien von Dr H. Ploss*. (6ª edição, editada por Max Bartels). Leipzig: Grieben. [1884.]
- Poças, Helena, Lúcia Almeida e Carla Rabasquinho (1995), *Situação laboral das mulhe-*

- res no sector dos lanifícios. Estudo social e histórico da Covilhã*. Trabalho de fim de curso da Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Poeschl, Gabrielle (2000), “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais”, *Análise Social* 156: 695-719.
- Poeschl, Gabrielle, Cláudia Murias e Eleonora Costa (2004), “Desigualdades sociais e representações das diferenças entre os sexos”, *Análise Social* 171: 365-387.
- Portegijs, Wil, Brigitte Hermans e Vinodh Lalta (2006), *Emancipatiemonitor 2006*. Den Haag: Sociaal en Cultureel Planbureau.
- Porter, Dorothy (1999), *Health, civilization and the state. A history of public health from ancient to modern times*. London: Routledge.
- Porter, Roy e Mikulas Teich (orgs.) (1994), *Sexual knowledge, Sexual science: The history of attitudes to sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Portugal, Sílvia (1995), “As mãos que embalam o berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 42: 155-178.
- Portugal, Sílvia (2000), “A igualdade nas políticas de família: um estudo de caso sobre o Ano Internacional da Família”, *ex aequo* 2/3: 175-189.
- Pott-Buter, Hettie (1993), *Facts and fairy-tales about female labor, family and fertility: a seven-country comparison*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Prazeres, Vasco (2004), “Tratar da vida, tratar do corpo: masculinidades e políticas de saúde”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 121-141. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pringle, Richard (2001), “Competing discourses. Narratives of a fragmented self, manliness and Rugby Union”, *International Review for the Sociology of Sport* 36: 425-439.
- Pulman, Bertrand (2002), “Malinowski et l’ignorance de la paternité”, *Revue Française de Sociologie* 43-4: 739-763.
- Putney, C. (2003), ‘Muscular Christianity’, *The encyclopedia of informal education*, [www.infed.org/christianeducation/muscular\_christianity.htm.] [Primeiro publicado em ABC-CLIO (2003) *Men and Masculinities: A Social, Cultural, and Historical Encyclopedia*.]
- Qi Wang (2008), “Sex, money, social status – Chinese men and women in the whirlwind of modernization and market economy”, *NIAS nytt* 41,1: 12-14.
- Rackin, Phyllis (2005), *Shakespeare and Women*. Oxford: Oxford University Press.
- Ram, Kalpana e Margaret Jolly (orgs.) (1998) introduction
- Ram, Kalpana e Margaret Jolly (orgs.) (1998), *Maternities and modernities. Colonial and postcolonial experiences in Asia and the Pacific*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ramos, João de Deus de Nogueira (2001) *Cartilha maternal ou arte de leitura*. Estarreja: Moderna Editorial Laves. [1876.]
- Rang, Brita (1998), “A “learned wave”. Women of letters and science from the Renaissance to the Enlightenment”, in: Tjitske Akkerman e Siep Stuurman (orgs.), *Perspectives on feminist political thought in European history*, pp 50-66. London: Routledge.

- Raverat, Gwen (1981), *Period piece: A Cambridge childhood*. London: Faber and Faber [1952.]
- Rebelo, Glória (2002), *Trabalho e igualdade: Mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial*. Oeiras: Celta.
- Reid, Anthony (1988), *Southeast Asia in the age of commerce. Volume I: The lands below the winds*. New Haven/ London: Yale University Press.
- Ribeiro, Manuela (1997), *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, Manuela, Manuela Carlos Silva, Maria Johanna Schouten, Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento (2008), *Vidas de raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Afrontamento.
- Rich, Adrienne (1977), *Of Woman Born: motherhood as experience and institution*. New York, NY: Norton (Bantam Books). [1976.]
- Robinson, Victoria e Diane Richardson (orgs.) (1997), *Introducing Women's studies: feminist theory and practice*. (2<sup>nd</sup> ed.) Houndmills: Macmillan.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1989), “As mulheres na função empresarial: problemas e hipóteses”, *Organizações e Trabalho* 1: 122-134.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (1993), “Mulheres empresárias: contribuição para o estudo do trabalho feminino”, *Organizações e Trabalho*, 5/6.
- RoMann Project (2006), *RoMann – O Papel dos Homens na Conciliação da Vida familiar e Profissional em Pequenas e Médias Empresas*. A parte sobre Portugal foi elaborado pelo UBI\_CES (Vanusa Santos, Joana Almeida, Maria Johanna Schouten). Covilhã: UBI\_CES. / Berlim: Tamen / Paris: Virgil. [Disponível em <http://www.project-romann.eu/>]
- Romein-Verschoor, Annie (1980), *Vrouwenwijsheid*. Amsterdam: De Arbeiderspers. [1937-1978.]
- Roque, Ricardo (2001), *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Roseta, Helena (2001), “O feminino na política e na administração pública”, *Faces de Eva* 5: 9-24.
- Rouse, Shahnaz (1998), “The Outsider(s) within. Sovereignty and Citizenship in Pakistan”, in: Patricia Jeffery e Amrita Basu (orgs.), *Appropriating gender: Women's activism and politicized religion in South Asia*, pp. 53-70. London: Routledge.
- Roussel, L. (1989), *La Famille Incertaine*. Paris: Odile Jacob.
- Rowbotham, Sheila (1992), *Women in movement. Feminism and social action*. London: Routledge.
- Rozario, Santi e Geoffrey Samuel (orgs.) (2002), *Daughters of Hariti. Childbirth and female healers in South and Southeast Asia*. London: Routledge.
- Rudie, Ingrid (1999), “Equality, hierarchy and pure categories: Gender images in the Winter Olympics”, in: Arne Martin Klausen (org.) *Olympic games as performance*

- and public event. *The case of the XVII Winter Olympic Games in Norway*. Oxford: Berghahn Books.
- Sá, Isabel Guimarães (1992), *The circulation of children in eighteenth-century southern Europe: the case of the Foundling Hospital of Porto*. Tese de Doutoramento, Instituto Universitário Europeu, Florença.
- Saavedra, Luísa e Conceição Nogueira (2006), *Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras / Memories about feminism in psychology: for the construction of future memories*. Memorandum 11, Outubro, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP; ISSN 1676-1669. [disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6358/1/memorandum.pdf>].
- Santos, Ana Cristina e Fernando Fontes (2001), “O Estado português e os desafios da (homo)sexualidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 59: 173-194.
- Santos, Filomena Matias dos (2006), *Sem cerimónia nem papéis. Um estudo sobre uniões de facto em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Santos, Gonçalo Duro dos (2005), *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950. O que significa seguir uma regra científica?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Santos, Helena (2004), “Sexo para o que der e vier: masculinidade e comportamentos preventivos face à SIDA”, in: Lígia Amâncio (org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades*, pp. 91-120. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, Maria José Moutinho (1987), “A ama de leite na sociedade tradicional – uma leitura de folhetos de cordel”, *Revista da Faculdade de Letras* 4: 213-226. [disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2062.pdf>].
- Saw Swee-Hock (2005), *Population Policies and Programmes in Singapore*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies.
- Sax, Leonard (2002), “How common is intersex? A response to Anne Fausto-Sterling”, *Journal of Sex Research*, August, [disponível em: [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_m2372/is\\_3\\_39/ai\\_94130313/pg\\_6](http://findarticles.com/p/articles/mi_m2372/is_3_39/ai_94130313/pg_6)].
- Schandevyl, Eva (2008), “De toegang van vrouwen tot het gerecht”, *Historica* 31: 16-18.
- Schaser, Angelika (2000), “Women in a nation of men: The politics of the League of German Women’s Associations (BDF) in Imperial Germany, 1894-1914”, in: Ida Blom, Karen Hagemann e Catherine Hall (orgs.), *Gendered Nations: Nationalisms and gender order in the long nineteenth century*, pp. 249-268. Oxford: Berg.
- Schilstra, W.N. (1976), *Vrouwenarbeid in landbouw en industrie in Nederland in de tweede helft der negentiende eeuw*. Nijmegen: SUN [1940.]
- Schlumbohm, Jürgen (2002/3), “Comment l’obstétrique est devenue une science; La maternité de l’Université de Göttingen, 1751-1830”, *Actes de la recherche en sciences sociales* 143: 18-30.
- Schnitger, Carin (1985), “Ijdelheid hoeft geen ondeugd te zijn. De Vereniging voor Verbetering van Vrouwenkleding”, *Jaarboek voor Vrouwengeschiedenis* 6: 162-185.
- Scholliers, Peter (1999), “Vreugde heerst aan de dis”. Een essay over de huisvrouw en de

- voeding van arbeiders in de politieke economie van Belgie (1840-1940)”, *Jaarboek voor Vrouwengeschiedenis* 19: 73-97.
- Schoon, Lidy (1988), “Catharine van Tusschenbroek (1852-1925). Een feministische medica”, *Jaarboek voor Vrouwengeschiedenis* 9: 115-119.
- Schouten, M.J.C. (1996), “Socialization for domesticity: the reception of a European doctrine among Southeast Asian women”, *Anais Universitários da Universidade da Beira Interior* 7: 123-140.
- Schouten, M.J.C. (1998), *Leadership and social mobility in a Southeast Asian society. Minahasa, 1677-1983*. Leiden: KITLV Press.
- Schouten, M.J.C. (2002), “Rivalidade e Fraternidade: Desporto em estados jovens”, in: Salomé Marivoet, Cláudia Pinheiro, José Vasconcelos Raposo (orgs.), *Um olhar sociológico sobre o desporto no limiar do século XXI*, pp. 81-89. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva.
- Schouten, M.J.C. (2003a), “Géneros e espaços: um percurso antropológico”, *Acta do Colóquio da ADM Estrela “Fórum desigualdades de Género”*. Guarda: ADM Estrela.
- Schouten, M.J.C. (2003b), “Têxtil e Status. A fabricação artesanal de panos por mulheres na Ásia do Sudeste”, *Acta das Jornadas da Arqueologia Industrial*, pp. 249-262. Covilhã: Universidade da Beira Interior/Museu de Lanifícios.
- Schouten, M.J.C. (2005), “Por detrás do véu: As mulheres islâmicas”, in: *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*, pp. 185-198. Lisboa: SOS Racismo.
- Schouten, M.J.C. (2006/07), “Género e domesticidade na Indonésia – a Nova Ordem”, *Campus Social* 3/4: 123-132.
- Schouten, M.J.C. (2007), “Homens – domésticos ou “gestores do lar”?”, *Concili@re. Conciliação entre a Vida Familiar e Trabalho*. Newsletter publicada e divulgada pela União de Sindicatos de Castelo Branco.
- Schouten, M.J.C. (2008), *Mulheres na ciência e ciência sobre mulheres: Os Países Baixos*. Comunicação apresentada no Congresso Feminista, Lisboa, 26-28 de Junho de 2008.
- Schouten, M.J.C. (2010), “Imagens e auto-imagens de trabalhadoras sexuais”, in *Mulheres da vida, mulheres com vida*, V.N.Famalicão: Edições Húmus.
- Schrijvers, Joke (1975), “Viricentrisme en culturele antropologie”, *Sociologische Gids* 22: 233-253.
- Schulte Nordholt, H.G. (1971), *The political system of the Atoni of Timor*. The Hague: Nijhoff.
- Schwarz, J.A.T. (1907), *Tontemboansche teksten met vertaling en aanteekeningen*. Leiden: Brill.
- Sedas Nunes, Adérito (1968), “A população universitária portuguesa: uma análise preliminar”, *Análise Social* 22/23/24: 295-385.
- Sedas Nunes, Adérito (1970), “A Universidade no sistema social português: uma primeira abordagem”, *Análise Social* 32: 646-707.

- Segal, Lynne (1990), *Slow motion: changing masculinities, changing men*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Sen, Amartya (1992), “Missing women”, *British Medical Journal* 304: 596-587.
- Sen, Amartya (2003), “Missing women – revisited. Reduction in female mortality has been counterbalanced by sex selective abortions”, *British Medical Journal* 327: 1297-1298. [[http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=286281&blobtype=pdf.](http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=286281&blobtype=pdf)]
- Sen, Krishna (1998) “Indonesian women at work: reframing the subject”, in: Krishna Sen e Maila Stivens (orgs.), *Gender and power in affluent Asia*, pp. 35-62. London: Routledge.
- Silva, Fátima Geraldês da (2001), *Associações desportivas, recreativas e culturais – o caso da Covilhã*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Silva, Fátima Geraldês da et al (1999), *Participação feminina nas organizações estudantis da UBI*. Trabalho de fim de curso da Licenciatura em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Silva, Leonel Geraldês (2002), *O perfil dos eleitos para as autarquias. O caso da Covilhã*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade da Beira Interior. Covilhã.
- Silva, Luísa Ferreira da (1991), “O direito de bater na mulher. Violência interconjugal na sociedade portuguesa”, *Análise Social* 111: 385-397.
- Silva, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carlos (2003), “Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres?”, in: José Portela e João Castro Caldas (orgs.), *Portugal chão*, pp. 67-86. Oeiras: Celta.
- Silva, Maria Cardeira da (1999), *Um Islão prático. O quotidiano feminino em meio popular muçulmano*. Oeiras: Celta.
- Silva, Maria Regina Tavares (1999), *A Mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*. Lisboa: Cosmos.
- Simião, Daniel Schroeter (2006), “As Donas da Palavra: gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor-Leste”. Comunicação apresentada no congresso *Afinidade e Diferença*, III Congresso da Associação Portuguesa da Antropologia, ISCTE, Lisboa.
- Simmel, Georg (1908), “Das Geheimnis und die geheime Gesellschaft”, in: *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Berlin: Duncker & Humblot Verlag, (primeira edição), pp. 256-304. (in: Georg Simmel online, <http://socio.ch/sim/unt5a.htm>)
- Simmel, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e outros textos*. Trad. Maria João Costa Pereira e Michael Knoch. Prefácio de Maria João Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água. [1902-1920.]
- Simões, Bárbara e Clara Viana (2007), “Em 2006 nasceram menos 4100 bebés que no ano anterior”, *Público*, 11-7-2007.
- Simões, Joaquim e Lúcia Amâncio (2004), “Gênero e enfermagem: Um estudo sobre a minoria masculina”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 44: 71-81.

- Simões, Maria João (2005), *Política e tecnologia: tecnologias da informação e da comunicação e participação política*. Oeiras: Celta.
- Simon, Edith (1972), *The saints*. Harmondsworth: Penguin. [1968.]
- Simonton, Deborah (1998), *A history of European women's work. 1700 to the present*. London: Routledge.
- Singly, François de e Karine Chaland (2002), "Femmes de préfet: le second rôle", *Revue Française de Sociologie* 43-1 : 127-158.
- Skultans, Vieda (1998), *Testimony of lives: narrative and memory in post-soviet Latvia*. London: Routledge.
- Smith, Nicola (2008), "Blood feuds trap 1,200 Albanian youths at home", *The Sunday Times* 20-01-2008.
- Smith-Hefner, Nancy J. (2006), "Reproducing respectability: sex and sexuality among Muslim Javanese youth", *Review of Indonesian and Malaysian Affairs* 40, 1: 143-172.
- Smith, J. J Horne e D Jary (1987), *Men and women at play: gender, life-cycle and leisure*. London: Routledge.
- Spierenburg, Pieter (1998), "Knife fighting and popular codes of honor in early modern Amsterdam", in: Pieter Spierenburg (org.) *Men and violence: gender, honor and rituals in modern Europe and America*. Columbus, OH: Ohio State University Press.
- Spiers, Edward M. (2004), *The Victorian Soldier in Africa*. Manchester: Manchester University Press.
- Stearns, Peter N. (2000), *Gender in world history*. London: Routledge.
- Stivens, Maila (1998a), "Sex, gender and the making of the new Malay middle classes", in: Krishna Sen e Maila Stivens (orgs.), *Gender and power in affluent Asia*, pp. 87-126. London: Routledge.
- Stivens, Maila (1998b), "Modernizing the Malay mother", in: Kalpana Ram e Margaret Jolly (orgs.), *Maternities and modernities. Colonial and postcolonial experiences in Asia and the Pacific*, pp. 50-80. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stoler, Ann Laura (1991), "Carnal knowledge and imperial power. Gender, race, and morality in Colonial Asia", in: Micaela di Leonardo, *Gender at the crossroads of knowledge*, pp. 51-101. Berkeley, CA: University of California Press.
- Stonehouse, Julia (1999), "Procreation, patriarchy and medical science. The resistance to recognizing maternal contributions in European embryological thought", in: Peter Loizos e Patrick Heady (orgs.), *Conceiving Persons. Ethnographies of procreation, fertility and growth*, pp. 219-242. London: Continuum International Publishing Group.
- Story, Louise (2005), "Many women at elite colleges set career path to motherhood; background: reporting on the aspirations of young women", *New York Times* 20-09-2005 e 23-09-2005. [[http://www.nytimes.com/2005/09/20/national/20women.html?\\_r=2&oref=slogin&pagewanted=print](http://www.nytimes.com/2005/09/20/national/20women.html?_r=2&oref=slogin&pagewanted=print) <http://www.nytimes.com/2005/09/23/national/23women-si-debar.html?pagewanted=print>]
- Strange, Heather (1980), "Some changing socio-economic roles of village women in Malaysia", in: S.A. Chipp e J.J. Green (orgs.), *Asian women in transition*, pp.



- 123-151. Philadelphia, PA: Pennsylvania State University Press.
- Strathern, Marilyn (1991), "Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução", *Análise Social* 114: 1011-1022.
- Strecker, Edward (1951), *Their Mother's Sons: The psychiatrist examines an American problem*. Philadelphia, PA: J.B. Lippincott. [1946.]
- Strecker, Edward Adam e Vincent T. Lathbury (1956), *Their mothers' daughters*. Philadelphia, PA: Lippincott.
- Sullerot, Évelyne (1969), *Geschiedenis van de vrouwenarbeid*. Hilversum: Paul Brand [1968.]
- Sullivan, Gerald (1999), *Margaret Mead, Gregory Bateson, and Highland Bali. Fieldwork photographs of Bayung Gedé, 1936-1939*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Tamagnini, Eusébio (1944), "Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa. XXII – o índice nasal dos portugueses", *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*. 12-2.
- Tao, Yue (2004), "On the manifest and latent functions of the mistress", *IIAS Newsletter* 35: 28.
- Tauchmann, Kurt (1968), *Die Religion der Minahasa-Stämme (Nordost-Celebes/ Sulawesi)*. Tese de Doutorado, Universität zu Köln.
- Tavares, Manuela (2000), *Movimentos de mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Teresa (2004), "Recensão de: Isabel do Carmo e Lígia Amâncio, *Vozes insubmissas*", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 69: 159-161.
- Taylor, Jean Gelman (1997), "Costume and gender in colonial Java, 1800-1940", in: Henk Schulte Nordholt (org.), *Outward appearances. Dressing state and society in Indonesia*, pp. 85-116. Leiden: KITLV Press.
- Tendeloo, H.J. (1873), "De toestand der vrouw in de Minahassa", *Mededeelingen vanwege het Nederlandsche Zendelinggenootschap* 17: 10-31.
- Thalmann, Rita R. (1997), "La condition féminine sous le nazisme; entre tradition, modernité et hiérarchisation raciale", in C. Fauré (org.), *Encyclopédie politique et historique des femmes*, pp. 623-642. Paris: PUF.
- Therborn, Göran (2004), *Between sex and power. Family in the world, 1900-2000*. London: Routledge. [Traduzido ao português como *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.]
- Thompson, Dorothy (1976), "Women and nineteenth-century radical politics: A lost dimension", in: Juliet Mitchell e Ann Oakley (orgs.), *The rights and wrongs of women*, pp. 112-138. Harmondsworth: Penguin.
- Thorne, Susan (1999), "Missionary-imperial feminism", in: Mary Taylor Huber e Nancy C. Lutkehaus (orgs.), *Gendered missions: women and men in missionary discourse and practice*, pp. 39-65. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press.
- Tilly, Louise A. e Joan W. Scott (1987), *Women, work, and family*. London: Methuen.

- Timm, Annette F. e Joshua A. Sanborn (2007), *Gender, sex and the shaping of modern Europe. A history from the French Revolution to the present day*. Oxford: Berg.
- Tocqueville, Alexis de (1986), *De la démocratie en Amérique*. Paris: Gallimard. [1835.]
- Tong, Rosemarie (1994), *Feminist thought. A comprehensive introduction*. London: Routledge.
- Torres, Anália Cardoso (2002a), “A sociologia da família, a questão feminina e o género”, *ex aequo* 6: 117-146.
- Torres, Anália Cardoso (2004), *Vida conjugal e trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Oeiras: Celta.
- Torres, Anália Cardoso e Francisco Vieira da Silva (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 28: 9-65.
- Torres, Anália Cardoso *et al* (2000), “Porque não se revoltam as mulheres? Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão de trabalho entre os sexos”. Comunicação apresentada no IV Congresso da APS – *Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Coimbra. [disponível em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR462dfe43b4acc\\_1.PDF](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dfe43b4acc_1.PDF)].
- Tuana, Nancy (1993), *The less noble sex: scientific, religious, and philosophical conceptions of woman's nature*. Bloomington and Indianapolis, ID: Indiana University Press.
- Turkina, E. (1962), *Latviesiu-angļu vārdnīca*. Riga: Avots.
- Turner, Bryan S. (1984), *The body and society*. Oxford: Basil Blackwell.
- Turner, Victor (1967), *The forest of symbols: Aspects of Ndembu ritual*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Tusschenbroek, A.P.C. van (1887), *Over normale en abnormale melkafscheiding*. Tese de Doutoramento, Universidade de Utreque. Publicada por W.J. Lammerts van Bueren.
- Ussman, Ana Maria (1998), “Influências culturais sobre a função empresarial no feminino”, *Organizações e Trabalho* 20: 41-62.
- Vale de Almeida, Miguel (1991), “Leitura de um livro de leitura: A sociedade contada às crianças e lembrada ao Povo”, in: Brian O’Neill e Joaquim Pais de Brito (orgs.), *Lugares d’Aqui: Actas do Seminário ‘Terrenos Portugueses’*, pp. 245-261. Lisboa: Dom Quixote.
- Vale de Almeida, Miguel (1995), *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Vale de Almeida, Miguel (1996a), “Profana família”, in: *Os tempos que correm. Crónicas do Público*, pp. 4-6. Oeiras: Celta.
- Vale de Almeida, Miguel (org.), (1996b), *Corpo presente: Treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta.
- Vale de Almeida, Miguel (1997), “Gender, masculinity and power in southern Portugal”, *Social Anthropology* 5: 141-158.

- Van Berkel, M. e Nan Dirk de Graaf (1998), “Married women’s economic dependency in the Netherlands”, *British Journal of Sociology* 49: 97-117.
- Van der Klift-Snijder, A.G. (1995 [1958]), *Geroepen, gezonden en gezegend. Memoires van een zendelingsvrouw in Zuidoost-Celebes*. Chr. F. de Jong (coord.). Haia: Boekencentrum.
- Van Drenth, Annemieke van (1992), “Fabrieksmeisjes bij Philips: tussen huishouding en montage” in: K. den Dekker (org.), *Een tien voor vlijt. Meisjesonderwijs vanaf de oudheid tot de mms*, pp. 134-139. Zutphen: Walburg.
- Van Esterik, Penny (org.) (1996), *Women of Southeast Asia*. DeKalb, IL: Northern Illinois University. [1982.]
- Van Esterik, Penny (1996), “The politics of beauty in Thailand”, in Colleen Ballerino Cohen, Richard Wilk e Beverly Stoelje (orgs.) (1996), *Beauty Queens on the global stage. Gender, contests, and power*, pp. 203-216. London: Routledge.
- Van Raamsdonk, Alice Garcia (2002), “A “separação de esferas” e a instituição das Primeiras Damas dos E.U.A.”, *Faces de Eva* 7: 19-44.
- Van Reenen, Joke (1983), *Vrouwen, vruchtbaarheid en onreinheid. Een antropologische verkenning op Bali en in Tunesië*. Amsterdam: VU Boekhandel/ Uitgeverij.
- Vaquinhas, Irene Maria (1992), “O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal”, *Revista de História das Ideias* 14: 365-288.
- Vaquinhas, Irene Maria (2000a), “Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: O século XIX”, *Faces de Eva* 3: 81-101.
- Vaquinhas, Irene Maria (2000b), “*Senhoras e Mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Colibri.
- Vasconcelos, Pedro (1998), “Práticas e discursos de conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses”, in: Manuel Villaverde Cabral *et al* (orgs.), *Jovens Portugueses de Hoje*, pp. 215-305. Oeiras: Celta.
- Veblen, Thorstein (1975), *The theory of the leisure class*. New York, NY: Augustus M. Kelley. [1899.]
- Vicente, Ana (2001), *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros*. Lisboa: Gótica.
- Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (1999a), *As mulheres na política*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Viegas, José Manuel Leite e Sérgio Faria (1999b), “Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 30: 55-87.
- Villaverde Cabral, Manuel (1997), *Cidadania, política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Walby, Sylvia (1986), *Patriarchy at work*. Cambridge: Polity.
- Walby, Sylvia (1990), *Theorizing patriarchy*. Oxford: Blackwell.
- Walby, Sylvia (1997), *Gender transformations*. London: Routledge.

- Walkowitz, Judith (1992), *City of dreadful delight: Narratives of sexual danger in Late-Victorian London*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Wall, Karin (2005), “Atitudes face aos papéis de género e à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa”. Comunicação proferida no VII Seminário de *Apresentação e Discussão de Resultados “Família e Papéis de Género”*, 14 de Janeiro de 2005, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin (2007), Relatório final do projecto *A vida familiar no masculino: Novos papéis, novas identidades*. (versão preliminar).
- Wall, Karin e Lúcia Amâncio (orgs.) (2007), *Família e género em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Weber, Max (1981), *Die protestantische Ethik I. Eine Aufsatzsammlung*. (Johannes Winckelmann, org.) Gütersloh: Mohn. [1904-1906.]
- Weeks, Jeffrey (1981), *Sex, politics and society: The regulation of sexuality since 1800*. London: Longman.
- Weideger, Paula (org.) (1986), *History's mistress. A new interpretation of a 19<sup>th</sup>-century ethnographic classic*. Harmondsworth: Penguin.
- Whannel, Garry (1999), “Sport stars, narrativization and masculinities”, *Leisure Studies* 18: 249-265.
- Whitehead, H. (1981), “The bow and the burden strap: a new look at institutionalized homosexuality in Native North America”, in: S.B. Ortner e H. Whitehead (orgs.), *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Wiersma, J.N. (1866), “Brief, 1-4-1865”, *Maandberigten vanwege het Nederlandsch Zendinggenootschap* 9: 1-18.
- Wilde, Inge de (1985), ““Er is een heilig moeten, waartegen geen bezwaar is bestand”: de betekenis van Hélène Mercier voor de vrouwenbeweging” *Jaarboek voor Vrouwengeschiedenis* 6: 59-77.
- Wilder, William D. (1995), “More on madness: The case of Malay divorce”, in: Laura Summers e William D. Wilder (orgs.), *Gender and the sexes in the Indonesian Archipelago*, pp. 318-339. Oxford/ London: Oxford University Press/School of Oriental and African Studies (*Indonesia Circle* 67).
- Witz, Anne (1992), *Professions and patriarchy*. London: Routledge.
- Woolf, Virgínia (1929), *A room of one's own*. Penguin Books.
- Woolf, Virgínia (1992), *A woman's essays. Selected essays: Volume one*. Edited with an introduction and notes by Rachel Bowlby. Harmondsworth: Penguin. [1905-1918.]
- Young, Antonia (2000), *Women who become men: Albanian sworn virgins*. New York, NY: Berg.
- Yuval-Davis, Nira (1997), *Gender and the Nation*. London: Sage.

# Índice

Notas Introdutórias	9
Capítulo 1 <i>O enigma género</i>	13
Capítulo 2 <i>Representações de mulheres e homens</i>	29
Capítulo 3 <i>Maternidade e paternidade</i>	53
Capítulo 4 <i>A família e o género</i>	71
Capítulo 5 <i>A vida económica: O trabalho das mulheres e dos homens</i>	87
Capítulo 6 <i>Política, cidadania e género</i>	105
<i>Considerações finais</i>	121
<i>Bibliografia geral</i>	123

UMA SOCIOLOGIA DO GÉNERO

Autora: Maria Johanna Schouten

Capa: Gonçalo Gomes

Director de Colecção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2011

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2011

Depósito legal: 336770/11}

ISBN: 978-989-8549-02-0

Colecção: Debater o Social – 07



/ Pela sua importância na organização da vida social, mas também por ser um factor que está na raiz de muitas situações de desigualdade e injustiça, o género, ou seja, a especificidade que as culturas atribuem aos homens e às mulheres, constitui uma temática que merece ser explorada. Esta obra, tendo por base as provas de agregação da autora, pretende ser uma introdução ao estudo sobre o género. Constitui uma das várias abordagens sociológicas possíveis da problemática do género, recorrendo também a outros campos de conhecimento, nomeadamente à antropologia cultural e à história, e, em menor grau, à linguística e à biologia. São apresentadas, quando apropriado, situações em países distintos de Portugal, dos quais se destacam os Países Baixos e a Indonésia. Salienta-se que existem diversas formas de ser homem ou mulher e problematiza-se a pertinência absoluta desta dicotomia. As principais temáticas do livro abrangem as representações acerca de mulheres e homens e os seus respectivos papéis na família, no mundo do trabalho e na vida política.

**Maria Johanna Schouten** Doutorada em ciências sociais e culturais pela Vrije Universiteit em Amesterdão. Vive em Portugal desde 1987, e é actualmente professora associada do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e directora-adjunta do Centro de Investigação em Ciências Sociais. As suas áreas de interesse científico incluem a sociologia e a antropologia do género, a sociologia da saúde, e a história e a antropologia do Sudeste Asiático.



Universidade do Minho  
 Centro de Investigação em Ciências Sociais

**FCT**  
 Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ISBN 978-989-8549-02-0



9 789898 549020